

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CAMPUS - SOROCABA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGGEO

AGRICULTURA URBANA E IDENTIDADE: mecanismos e dinâmicas
para a transformação do urbano e dos sujeitos no Sistema Agroflorestal
Odara em Itapetininga, São Paulo.

PEDRO HENRIQUE CARVALHO CARPIGIANI

SOROCABA -SP

2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS CAMPUS – SOROCABA

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGGEO

AGRICULTURA URBANA E IDENTIDADE: mecanismos e dinâmicas para a transformação do urbano e dos sujeitos no Sistema Agroflorestal Odara em Itapetininga, São Paulo.

PEDRO HENRIQUE CARVALHO CARPIGIANI

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba, para obtenção do título de mestre em geografia.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Henrique Bernardes

SOROCABA -SP

2023

Pedro Henrique Carvalho, Carpigiani

Agricultura urbana e identidade: mecanismos e dinâmicas para a transformação do urbano e dos sujeitos no Sistema Agroflorestal Odara em Itapetininga, São Paulo. / Carpigiani Pedro Henrique Carvalho -- 2023. 196f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba, Sorocaba
Orientador (a): Antonio Henrique Bernardes
Banca Examinadora: Antonio Henrique Bernardes, Ismail Barra Nova de Melo, Ronaldo Barros Sdré
Bibliografia

1. Agricultura urbana. 2. Sujeito ecológico. I. Pedro Henrique Carvalho, Carpigiani. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Maria Aparecida de Lourdes Mariano -
CRB/8 6979



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Ciências Humanas e Biológicas
Programa de Pós-Graduação em Geografia

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato Pedro Henrique Carvalho Carpigiani, realizada em 10/05/2023.

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Antonio Henrique Bernardes (UFF)

Prof. Dr. Ismail Barra Nova de Melo (UFSCar)

Prof. Dr. Ronaldo Barros Sodré (UFMA)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Este trabalho é dedicado à Amora e Francisco, que nasceu logo após seu início. Tenho certeza de que ele não compensará minhas ausências em alguns momentos de brincadeiras e bagunças e, por isso, essa dedicatória também vale como um singelo pedido de desculpas

AGRADECIMENTOS

A primeira pessoa que agradeço é minha companheira, Vic. Sem sua compreensão, carinho e incentivo, tenho certeza de que esta pesquisa não seria a mesma. Ela foi fundamental para a realização desta dissertação. Muito obrigado, meu amor!

Agradeço também aos meus pequenos bagunceiros, Amora e Kiko. Com suas brincadeiras e aventuras diárias, os dias ficam mais leves, intensos e divertidos.

Meus pais também foram fundamentais ao me incentivarem nos estudos, além do total apoio para meu desenvolvimento acadêmico e pessoal.

Cris, mãe da Vic, é outra pessoa que sempre me apoiou e me deu possibilidades e plantas para o desenvolvimento deste trabalho.

Fica aqui também meu muito obrigado ao meu orientador, o professor Antonio, que sempre foi muito atencioso, solícito e compreensivo. Ele me ajudou a dar mais consistência ao trabalho e a aprofundar meu olhar para a Geografia e as Ciências Humanas.

Tenho o dever de citar aqui os queridos amigos Luccas, Luara e a pequena e curiosa Manu. São pessoas com quem divido sonhos, ideais e um bom bate-papo na beira do fogão.

Um agradecimento mais que especial para o grupo Odara, que não só participou da pesquisa, mas também participa da vida de muitas pessoas propondo uma cidade mais democrática e acessível.

Agradeço também às secretarias de Meio Ambiente e Agricultura, Agronegócio, Trabalho e Desenvolvimento pelo tempo e atenção dispendidos comigo, aprofundando ainda mais meu conhecimento sobre o município de Itapetininga.

Sou grato também ao Gui e à Katy pelas longas conversas, devaneios e sucos essenciais para seguir por esses dias atribulados.

Infelizmente, a pandemia nos afastou, mas mesmo à distância, as professoras e os professores da PPGGeo – UFSCar foram sempre muito próximos e humanos nesse caminho que estou trilhando na academia.

Os colegas da pós-graduação, mesmo que basicamente tenhamos contato cibernético, já têm um lugar garantido nesta minha curta história.

RESUMO

Existem diversas ações que procuram tornar as cidades viáveis e sustentáveis, buscando ser uma alternativa para os presentes problemas no cotidiano da urbanização. Nesta dissertação é apresentada uma dessas alternativas, a agricultura urbana (AU), que agrega diferentes práticas voltadas para o consumo próprio e/ou venda para o mercado local urbano. Ocorre em diferentes áreas, em termos de tamanho, localização e propriedade da terra, sejam elas públicas ou privadas. Este trabalho se debruça em apontar que as práticas de AU ocorrem de modo informal, espontâneo e em diferentes localidades. As técnicas da AU como o manejo do solo, cultivo de hortifrútis e animais que vêm se incorporando ao conceito não são novas no meio urbano, mas no meio acadêmico e institucional esse objeto é novidade. Assim, o objetivo deste trabalho é: Analisar como o Sistema Agroflorestal (SAF) Odara se torna um mecanismo para o desenvolvimento de sujeitos ecológicos por meio da transformação do espaço urbano. Os dados foram levantados por meio de entrevistas semi-estruturadas realizadas com o Grupo Odara, moradores do entorno do SAF Odara e, com o poder público do município de Itapetininga. Com esta dissertação, conclui-se que a agricultura urbana desempenha um papel importante na formação de um sujeito ecológico, contribuindo para a conscientização e a transformação social em relação às questões ambientais.

Palavras-chave: Agricultura urbana. Identidade. Sustentabilidade

ABSTRACT

There are several actions in which we strive to make cities viable and sustainable, pursuing to be an alternative to the actual problems in the daily life of urbanization. In this dissertation, one of these alternatives is presented, urban agriculture (UA), which aggregates diversified practices aimed at self-consumption and/or sale to urban local markets. It occurs in distinct areas, in terms of size, location and land ownership, whether public or private. This paper focuses on pointing out that UA practices happen informally, spontaneously and in different localities. UA techniques such as soil management, vegetable and animal farming which have been incorporated into the concept are not new in the urban environment, but in the academic and institutional environment this subject is a novelty. Thereby, the objective of this work is: To analyze how the Agroforestry System (AFS) Odara becomes a mechanism for the development of ecological subjects through the transformation of urban space. The data were collected through semi-structured interviews carried out with the Odara Group, residents at the surroundings of the Odara AFS and, the public power of the municipality of Itapetininga. With this dissertation, it is concluded that urban agriculture plays an important role in shaping an ecological subject, contributing to awareness and social transformation regarding environmental issues.

Keywords: Urban agriculture. Identity. Sustainability

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Prefeito Pingree e membros do comitê de agricultura em visita a um jardim urbano de cultivo de batatas	42
Figura 2 - Montagem de cartazes do programa "Dig for Victory"Fonte: Dig for victory	44
Figura 3 - Benefícios da agricultura urbana.....	50
Figura 4 - Horta da vila SotemoFonte: G1 ITAPETININGA E REGIÃO, 2021	91
Figura 5 - Placa do programa "adote uma praça" próxima do SAF	96
Figura 6 - Área inicial do SAF ODARA	101
Figura 7 - SAF Odara transformando a paisagem urbana.....	102
Figura 11 - Montagem de fotos de família participando de uma intervenção espontânea no SAF Odara	108
Figura 12 - Ação da prefeitura no local do SAF Odara.	112
Figura 13 - Maracujá e banana presentes no SAF	121

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Censo demográfico do Brasil (1950 - 2010).....	34
---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO	19
1.1 BREVE HISTÓRICO SOBRE A URBANIZAÇÃO EM PAÍSES DESENVOLVIDOS.....	24
1.2 A URBANIZAÇÃO EM PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO	25
1.3 BREVE HISTÓRICO SOBRE A URBANIZAÇÃO NO BRASIL.....	28
1.4 A URBANIZAÇÃO E OS IMPACTOS AMBIENTAIS.....	35
2 CONSIDERAÇÕES ACERCA A AGRICULTURA URBANA	39
2.1 AGRICULTURA URBANA NO BRASIL: RECONHECIMENTO E INSTITUCIONALIZAÇÃO.....	51
2.2 AGRICULTURA URBANA, PANDEMIA E O DIREITO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA	55
2.3 AGRICULTURA URBANA COMO TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO E DO SUJEITO.....	62
3 POSICIONANDO ALGUNS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	70
3.1 INSTRUMENTOS DE CAPTAÇÃO DE DADOS	72
3.1.1 <i>Entrevistas semi-estruturadas</i>	72
3.1.1.1 Grupo focal.....	73
3.1.2 <i>Análise Documental</i>	76
3.1.3 <i>Análise de dados</i>	77
4 ESTUDO DE CASO: O SISTEMA AGROFLORESTAL ODARA	79
4.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITAPETININGA.....	80
4.1.1 <i>Desenvolvimento sustentável e agricultura urbana em Itapetininga</i>	84
4.2 O SAF ODARA.....	98
4.2.1 <i>O início e desenvolvimento do SAF Odara</i>	100
4.2.2 <i>O conflito socioambiental envolvendo o SAF odara</i>	112
4.2.3 <i>Os moradores e o SAF</i>	115
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	126
REFERÊNCIAS	131
APÊNDICE A – ROTEIROS DAS ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS	143
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	147
APÊNDICE C – ENTREVISTAS TRANSCRITAS.....	151
APÊNDICE C – ENTREVISTAS TRANSCRITAS.....	162

APÊNDICE C – ENTREVISTAS TRANSCRITAS.....	167
APÊNDICE C – ENTREVISTAS TRANSCRITAS.....	181
APÊNDICE C – ENTREVISTAS TRANSCRITAS.....	184
APÊNDICE C – ENTREVISTAS TRANSCRITAS.....	187
APÊNDICE C – ENTREVISTAS TRANSCRITAS.....	191
APÊNDICE C – ENTREVISTAS TRANSCRITAS.....	193

INTRODUÇÃO

A população brasileira tem crescido exponencialmente nos últimos 150 anos. O primeiro censo demográfico, realizado em 1872, registrou 9.930.478 habitantes. Já em 2010, esse número chegou a 191.755.799 habitantes, sendo que a grande maioria, mais de 80% da população brasileira, vivia em áreas urbanas. No mesmo período, aproximadamente 50 milhões de pessoas residiam em seis grandes áreas metropolitanas do país (MARICATO, 2001; IBGE, 2010).

Esse processo de transformação do cenário demográfico brasileiro pode ser caracterizado, entre outros fatores, pelo êxodo rural, que foi ocasionado pela modernização do campo e reforçado por diversos fatores atrativos. Tanto a busca por uma melhor qualidade de vida quanto a oferta de empregos, tanto na indústria quanto em serviços, contribuíram para o significativo crescimento da urbanização e do crescimento demográfico no Brasil (RIBEIRO; VARGAS, 2015).

Os pequenos agricultores são os mais afetados, especialmente aqueles que não possuem propriedades de terra, o que os torna extremamente vulneráveis. O êxodo rural coloca em risco a dinâmica da população no que diz respeito à perda de vitalidade social. Esse fenômeno está diretamente relacionado à estrutura fundiária predominante no país (WANDERLEY, 2009).

A modernização do campo, juntamente com a integração de mercado, reorientou os sistemas de produção, beneficiando os grandes produtores em detrimento dos pequenos, o que resultou em uma problemática do êxodo rural. Pesquisas indicam que cerca de 11 milhões de pessoas deixaram o campo na década de 1950 (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1998); já nas décadas de 1960 e 1970, esse número chegou a 30 milhões (MUELLER; MARTINE, 1997).

A partir desse período, a migração rural perdeu força. Estima-se que, na última década, aproximadamente 5,6 milhões de pessoas deixaram o campo rumo às cidades. Mesmo com a redução da intensidade, esse número ainda é significativo. As regiões que mais tiveram perda populacional no campo foram o Nordeste, com 2,2 milhões, seguido pelo Sudeste, com 1,9 milhão. Em terceiro lugar está a região Sul,

com 1,2 milhão (ALVES; SOUZA; MARRA, 2011).

Além disso, outros fatores contribuem para a diminuição da população no campo, como a baixa taxa de fecundidade (CAMARANO; ABRAMOVAY,1998) e a redução da mão de obra permanente (MUELLER; MARTINE,1997).

Esta mudança demográfica causada pelo êxodo rural e a rápida urbanização “gera enormes problemas, deteriora o ambiente urbano, provoca a desorganização social, com carência de habitação, desemprego, problemas de higiene e de saneamento básico. Modifica a utilização do solo e transforma a paisagem urbana” (SILVA, 1997, p. 21).

Esta intensa urbanização também é acompanhada por um processo de metropolização, ou seja, a concentração demográfica nas principais áreas metropolitanas do país (VESENTINI, 1994).

As aglomerações urbanas e seus usos de recursos estão se tornando a característica dominante da presença humana na Terra, mudando profundamente a relação da humanidade com o planeta hospedeiro e seus ecossistemas. As cidades do século XXI são onde o destino humano será jogado fora e onde o futuro da biosfera será determinado. É improvável que o planeta seja capaz de acomodar uma humanidade urbanizada que continua a recorrer a recursos de um interior cada vez mais distante, ou que usa a biosfera, os oceanos e a atmosfera como um sumidouro para seus resíduos com as atuais taxas aceleradas. O desafio enfrentado é se as cidades podem se transformar em sistemas autorregulados e sustentáveis - não apenas em seu funcionamento interno, mas também em suas relações com o mundo exterior. É possível tornar um mundo de cidades viável a longo prazo - social, econômica e ambiental? A resposta a esta pergunta é crítica para o futuro bem-estar do planeta, assim como da humanidade. Não pode haver mundo sustentável sem cidades sustentáveis (DEELSTRA; GIRARDET, 2000, p. 43).

No meio urbano, é onde se encontram os maiores riscos de desastres ambientais, bem como a chance de serem atingidos pelos mesmos. A urbanização incide diretamente nas condições naturais para a ocorrência desses eventos e ainda amplia o seu potencial de danos devido à urbanização. Quando desenvolvida sem planejamento e em condições precárias, a urbanização aumenta ainda mais esses riscos para as populações em situação de vulnerabilidade social (JATOBÁ, 2011).

A evolução do meio urbano gerou um conjunto de efeitos integrados que podem levar as cidades ao caos caso não haja controle sobre eles (TUCCI, 2007).

Existem diversas ações que procuram tornar as cidades viáveis e sustentáveis, buscando ser uma alternativa para os problemas enfrentados no cotidiano da urbanização. Nesta pesquisa, será apresentada uma dessas alternativas, a Agricultura Urbana (AU), que engloba diferentes práticas voltadas para o consumo próprio e/ou venda no mercado local urbano. Ela ocorre em diferentes áreas, variando em tamanho, localização e propriedade da terra, tanto em espaços públicos quanto privados.

A agricultura urbana se torna um importante e novo caminho que surge para responder aos desafios do desenvolvimento e crescimento das cidades. Um aspecto relevante é que "não é a localização urbana que distingue agricultura urbana da rural, senão o fato de que está integrada e interage com o ecossistema urbano" (AQUINO; ASSIS, 2007, p.139). A agricultura urbana possui uma forte conexão com a agricultura rural, assim como a segurança alimentar, a gestão do solo, os sistemas de abastecimento e o desenvolvimento sustentável urbano. Dessa forma, a sustentabilidade nas cidades encontra um dos seus fatores de promoção (MOUGEOT, 2000).

Dentro das práticas da agricultura intra e periurbana, que caminham com a ideia da sustentabilidade e se baseiam no manejo agroecológico, busca-se utilizar técnicas de controle de pragas e doenças, conservação e uso do solo, além de otimizar o uso do espaço e integrar diferentes conhecimentos (LEFF, 2006). Essas adaptações, que evitam o uso de produtos químicos prejudiciais ao meio ambiente e aos seres humanos, visam evitar a contaminação e mostram que existem formas saudáveis e naturais de manejar a agricultura urbana por meio da agroecologia.

Diferentes argumentos são apresentados para destacar os incentivos às práticas da AU e ressaltar suas potencialidades como contribuição para a solução de problemas sociais e ambientais urbanos, relacionados à promoção de um conceito de cidade que integra a cidade ecológica, a cidade produtiva e a cidade inclusiva (COSTA, 2000).

A cidade, como reflexo da sociedade, torna-se o local onde os sujeitos utilizam as diferentes disponibilidades espaciais existentes para seu desenvolvimento econômico. Nesse processo, a Agricultura Urbana (AU) desempenha um papel fundamental, ocorrendo no espaço urbano e englobando não apenas a prática do cultivo em si, mas também uma série de fatores sociais, econômicos e ambientais (GEORGE, 1993).

Este trabalho busca destacar que as práticas da AU ocorrem de forma informal, espontânea e em diferentes localidades. Além disso, discute-se aqui que essa atividade pode ajudar a revisar a ideia de que a cidade é exclusivamente constituída por ambientes construídos, sendo que também há espaços destinados a diversos tipos de usos, como terrenos vagos, praças, quintais, entre outros, incluindo o uso agrícola.

Além disso, a migração rural-urbana propicia a apropriação pelo meio urbano de conhecimentos, simbolismos, tradições e hábitos tipicamente rurais. "O que caracteriza o rural e o urbano percorre a história e inclui elementos que oscilam no decorrer da mesma. [...] alteram-se conforme as dimensões espaços-temporais" (ENDLICH, 2006, p.13).

As técnicas da AU, como o manejo do solo e o cultivo de hortifrúteis e animais, que estão sendo incorporadas ao conceito, não são novas no meio urbano. No entanto, no meio acadêmico e institucional, esse tema é algo novo. O assunto está sendo inserido na agenda pública, impulsionado por agências multilaterais que buscam sensibilizar a academia, o poder público e a sociedade civil organizada para a implementação de ações relacionadas à prática da AU (COUTINHO; COSTA, 2011).

Existem diferentes fatores que contribuem para a construção do espaço geográfico, incluindo aspectos econômicos e políticos, e, ao mesmo tempo, ele é moldado pelas próprias ações sociais e culturais. Portanto, é impossível compreendê-lo em sua forma, estrutura e função sem considerar suas inter-relações. Nesse sentido, a Geografia contribui para uma reflexão sobre a AU, pois é um campo científico que possui métodos que permitem compreender os processos sociais por meio do uso do espaço geográfico.

Esta dissertação considera o ambiente vivido e o sujeito que o experimenta, bem como as transformações que podem ocorrer nele a partir das modificações no espaço urbano. Dessa forma, discute-se o desenvolvimento da identidade cultural, em particular a identidade ambiental.

O estudo da identidade é um tema complexo que envolve muitas variáveis. Apesar das diferentes abordagens que serão propostas neste estudo, o objetivo será focado na compreensão dos aspectos relacionados à apropriação do espaço.

Diante do exposto, foi identificado o problema de pesquisa: Como a agricultura urbana pode transformar o espaço urbano e influenciar na formação de sujeitos ecológicos?

Essa pesquisa busca contribuir para o campo acadêmico da área da Geografia, aprofundando o entendimento da Agricultura Urbana (AU), aproximando-se das práticas realizadas e compreendendo o significado atribuído a ela, juntamente com a vivência dos agricultores urbanos. Essas abordagens metodológicas permitem uma compreensão mais fundamentada sobre o tema. Essa aproximação com a realidade apontará caminhos e demonstrará que a AU está relacionada a questões mais amplas, como a produção capitalista, o planejamento do espaço urbano e o fenômeno da globalização.

O estudo de caso será realizado no Sistema Agroflorestal (SAF) Odara, localizado no município de Itapetininga. Esse projeto de agricultura urbana foi implementado pelo grupo Odara, formado por pessoas com o objetivo de promover reflexões e desenvolver projetos relacionados ao meio ambiente e à produção de alimentos dentro da cidade.

Na presente dissertação de mestrado sobre agricultura urbana, é importante ressaltar que o tópico da sustentabilidade não será aprofundado de forma extensiva. Tal decisão é baseada na ampla discussão que ocorre na área da geografia em relação à sustentabilidade, abrangendo diversas vertentes e enfoques que extrapolam o escopo deste estudo específico.

A agricultura urbana é um tema complexo e multifacetado, que aborda várias questões já anteriormente citadas. A sustentabilidade, por sua vez, é um conceito

fundamental e inerente à discussão da agricultura urbana, sendo amplamente debatida em diferentes disciplinas e contextos, inclusive na Geografia.

No entanto, para garantir a delimitação e a profundidade adequadas deste trabalho, optou-se por focar em outros aspectos relevantes da agricultura urbana, como a importância da segurança alimentar em áreas urbanas, a integração entre espaços verdes e urbanos, o papel da agricultura em sistemas alimentares sustentáveis, a participação comunitária e a governança local.

Ao adotar essa abordagem, busca-se contribuir para o entendimento e a reflexão sobre a agricultura urbana, explorando suas diferentes dimensões e seus impactos na dinâmica das cidades. É válido ressaltar que a não profundidade na discussão da sustentabilidade não diminui sua importância, mas sim reconhece a necessidade de um recorte específico e coerente com os objetivos desta dissertação de mestrado.

Este trabalho foi submetido ao Conselho de Ética por meio da plataforma Brasil e recebeu aprovação. O processo de avaliação ética da pesquisa seguiu as normas estabelecidas pela Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde e foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da instituição onde o estudo foi realizado, sob o registro CAAE 58900822.0.0000.5504. O parecer de aprovação está disponível para consulta, garantindo, assim, a transparência e a validade ética do trabalho acadêmico.

A dissertação apresenta uma análise sobre a Agricultura Urbana e Identidade, com foco na transformação do ambiente urbano e dos sujeitos no Sistema Agroflorestal Odara, localizado em Itapetininga, São Paulo. No primeiro capítulo, são abordados a urbanização e seus desdobramentos, com destaque para os problemas ambientais decorrentes desse processo e as diferenças observadas entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. No segundo capítulo, são apresentados os conceitos gerais da agricultura urbana, enfatizando sua relação com a transformação do espaço urbano e dos sujeitos. No terceiro capítulo, são discutidos os elementos metodológicos utilizados na pesquisa. No quarto capítulo, é fundamentado o estudo de caso do SAF Odara, com ênfase na discussão e análise das entrevistas semi-estruturadas realizadas com representantes do poder público do município de

Itapetininga, membros do grupo Odara e moradores próximos ao SAF. Por fim, nas considerações finais, são apresentadas as principais conclusões da dissertação. Nas referências e apêndices, estão listadas as fontes bibliográficas e os materiais adicionais utilizados na pesquisa.

1 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

A formação e transformação do espaço urbano são objetos de estudo na área da Geografia e das ciências humanas, sendo constantemente abordados na literatura nacional e internacional.

A necessidade de abordar este tema nesta pesquisa é discutir a formação do espaço urbano em diferentes locais do globo terrestre, com ênfase na configuração urbana atual do Brasil. Isso permite refletir sobre o crescimento exponencial do fenômeno da urbanização e as questões correlatas que surgem nas cidades.

Desenvolver um breve relato histórico da urbanização busca transcender a compreensão da Geografia apenas como paisagem e percepção sensorial. Quando não se considera a recuperação histórica desse tipo de processo, o estudo pode levar a uma concepção de espaço imutável. É necessário considerar diferentes aspectos para compreender o desenvolvimento do espaço urbano, incluindo as determinantes econômicas, sociais, políticas e culturais. Ao longo do tempo, esses aspectos dinâmicos constroem, transformam e reconfiguram a cidade, resultando em um espaço fluido em constante reestruturação, tanto para ela mesma quanto para seus habitantes (SPOSITO, 1988).

É essencial caracterizar o processo de urbanização não apenas como um simples crescimento das cidades. Para que esse fenômeno exista de fato, uma série de fatores precisa promover as mudanças que ocorrerão tanto na transformação da paisagem urbana quanto no comportamento dos seus moradores (SILVA; MACEDO, 2009).

Ao abordar a urbanização, é necessário observar aspectos como:

o nível de urbanização, o desenho urbano, as manifestações das carências da população são realidade a ser analisada à luz dos subprocessos econômicos, políticos e socioculturais, assim como das realizações técnicas e das modalidades de uso do território nos diversos momentos históricos (SANTOS, 2008, p.11)

No entanto, o fenômeno da urbanização pode ser definido como " um processo caracterizado pelo aumento da população urbana devido à migração de pessoas que saem do campo em direção à cidade" (LUCCI et al., 2005, p. 434).

A urbanização implica na concentração de pessoas em espaços restritos, ou seja, nas cidades, resultando na transformação das atividades primárias, como a agropecuária, para as atividades secundárias, como a indústria, e posteriormente para as atividades terciárias, como o setor de serviços. Esse processo é caracterizado pelo aumento da população urbana em relação à população rural (SILVA et al., 2014).

As atividades rurais estão cada vez mais conectadas às áreas próximas às cidades, como indústrias, serviços e setor financeiro. O espaço urbano se expande além dos limites da cidade. A relação entre o rural e o urbano não se limita à oposição, mas se complementam, adquirindo uma nova dinâmica e reconfigurando os espaços (CLENES; CARDOSO; DOURADO, 2010).

Cidade e campo, elementos socioespaciais opostos e complementares, constituem a centralidade e a periferia do poder na organização social. As cidades garantem adversidade e a escala da vida social, bem como a competição e a cooperação, características da vida humana contemporânea. Os campos, por sua vez, tão diversos entre si, garantem, também, diversidades dentro da sua homogeneidade extensiva e de suas escalas de produção, quando tomados de forma abrangente. Contêm, do mesmo modo, processos de competição e cooperação, mesmo que gerenciados pelas cidades e limitados pela auto-suficiência relativa que ainda mantêm (MONTE-MÓR, 2006, p.11).

O modo de produção não coloca cidade e campo de forma oposta, mas sim como partes integrantes de um conjunto, ou seja, uma totalidade completamente articulada (SPOSITO, 1988).

A cidade desempenha um papel controlador na comercialização e produção do campo, agregando um valor quantitativo sem precedentes. O campo, que antes era autossuficiente e independente, passa a depender significativamente do urbano, desde ferramentas e equipamentos agrícolas até mesmo na determinação do que e quanto produzir (MONTE-MÓR, 2006).

Outro ponto importante para compreender a urbanização é reconhecer que ela é essencialmente um fenômeno espacial, marcado principalmente por um processo de transformações sociais e econômicas que estão na base do desenvolvimento do próprio sistema capitalista.

Urbanização é um fenômeno relacionado ao processo de desenvolvimento da esfera urbana em determinadas sociedades, em oposição ao desenvolvimento da esfera rural. Está historicamente ligada à evolução do capitalismo, especialmente em sua fase industrial. A urbanização é estudada por ciências diversas, como a sociologia, a geografia e a antropologia, cada uma delas propondo abordagens diferentes sobre o problema do crescimento das cidades. (SILVA et. Al, 2014, p. 199)

A transformação das cidades em direção ao urbano está associada à entrada da indústria, o que contribuiu para a compreensão da urbanização atual. Com o desenvolvimento da indústria fabril em várias regiões da Europa, o processo de urbanização ficava limitado a áreas onde se concentrava o poder de decisão ou os mercados. Poucos aglomerados populacionais poderiam ser considerados cidades nos tempos anteriores à Revolução Industrial (MONTE-MÓR, 2006).

Um dos principais impulsionadores da urbanização contemporânea foi o desenvolvimento da industrialização. Embora tenham ocorrido avanços técnicos para fortalecer o capitalismo, a industrialização foi um marco importante nas relações entre a sociedade e a natureza, tornando-se a forma predominante de produção, inclusive em países socialistas. A cidade se configura como um território de suporte para diferentes atividades industriais, uma vez que estas são caracterizadas pela concentração das condições necessárias para esse tipo de produção. É evidente que o desenvolvimento do fenômeno da urbanização não se resume apenas à existência das condições ideais para o desenvolvimento da indústria. Dessa forma, as cidades mudaram, pois adquiriram um caráter produtivo, tornando-se o centro da gestão do capitalismo (SPOSITO, 1988).

A urbanização vai além dos limites das cidades. Pode ser compreendida como uma condensação dos processos sociais e espaciais que permitiram a reprodução do capitalismo com suas relações necessárias de produção, criando assim um espaço

social em constante crescimento, instrumental e mistificado, capaz de sustentá-lo (LEFEBVRE, 1991).

As cidades se tornaram o ambiente mais propício para o desenvolvimento do capitalismo. Elas geram uma condensação que acelera o ciclo do capital, reduzindo o tempo entre o investimento na produção e o consumo do produto (SPOSITO, 1988).

As teorias que fundamentam a urbanização reconhecem que as cidades se desdobram em uma nova escala de organização social e econômica, afastando-se da forma predominante anterior, especialmente no meio rural. O processo de urbanização se tornou um importante divisor cultural.

A primeira sociedade a experimentar esse processo foi a Inglaterra, pois foi pioneira na industrialização e, conseqüentemente, na transformação do cenário rural-urbano.

Em 1800, um percentual bem inferior a 20% da população residia em cidades de mais de 10 mil habitantes. Até 1900, essa proporção já havia chegado a 74%. No ano de 1800, a capital, Londres, abrigava cerca de 1,1 milhão de pessoas; e sua população expandiu-se para mais de 7 milhões de pessoas até o início do século xx. Londres era então, de longe, a maior cidade que o mundo jamais havia visto, um vasto centro manufatureiro, comercial e financeiro no coração de um império britânico ainda em expansão (GIDDENS, 2005, p. 456)

As cidades são formas espaciais que são socialmente produzidas e, portanto, se modificam ao longo do tempo de acordo com as influências e necessidades que surgem, sustentando as transformações estruturais decorrentes do modo de produção capitalista. A indústria tem um impacto significativo no ambiente urbano, e o desenvolvimento industrial a partir da Primeira Revolução Industrial fortaleceu o papel produtivo das cidades, que passaram a abrigar produções artesanais e manufatureiras (SPOSITO, 1988).

Nos séculos XIX e XX, as cidades europeias e norte-americanas passaram por transformações significativas. No início de 1800, os Estados Unidos ainda eram predominantemente uma sociedade rural, mais do que muitos países europeus.

Menos de 10% da população vivia em aglomerações com mais de 2.500 habitantes. No século seguinte, mais de 75% da população passou a viver em áreas urbanas. Para ilustrar esse crescimento, a população de Nova York aumentou de 60.000 pessoas em 1800 para 4,8 milhões em 1900. Muitos estudiosos dos processos de urbanizatórios consideram a urbanização contemporânea como um fenômeno global e generalizado (SILVA; MACEDO, 2009).

A urbanização é um fenômeno global que afeta praticamente todas as sociedades, gerando um espaço de desigualdade social e econômica e sendo altamente dinâmico. A cidade se manifesta como um espaço de transformações territoriais, sociais, políticas e econômicas, concentrando a produção de riqueza e serviços, além de se tornar o centro das decisões políticas (CLENES; CARDOSO; DOURADO, 2010).

Atualmente, com o processo de globalização, o capital pode ser internacionalizado, com as empresas multinacionais espalhadas pelo globo, gerando uma maior interligação entre os lugares.

Ao se exportar o capital (dinheiro e tecnologia) do “centro” (países desenvolvidos) para a “periferia” (países subdesenvolvidos), promove novas etapas no processo de industrialização. Assim, é possível realizar, na “periferia”, uma produção do mesmo tipo que a do “centro”, promovendo a integração de diferentes territórios em diferentes continentes numa economia globalizada. Esse processo cria no espaço geográfico, atual, processo de acumulação do capital de forma desigual e combinada. Cria espaços geográficos desiguais. Tal fato pode ser visto atualmente, com cidades em níveis diferenciados de desenvolvimentos. Também, este processo ocorre entre países, regiões e lugares (SILVA et al., 2014, p.200)

A existência de uma articulação entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, imposta pelo sistema capitalista, se concretiza em diferentes escalas, desde as cidades até os níveis nacionais. Essa articulação entre as diversas economias nacionais ao redor do globo, sob a perspectiva do capitalismo, assim como sua integração mais ampla, ocorre devido ao fato de que, mesmo havendo um desenvolvimento e uma industrialização em escala mundial, esses processos são diferenciados, mas ao mesmo tempo combinados.

Nessa interligação entre países que se encontram em estágios distintos de desenvolvimento, encontra-se a base para o desenvolvimento do capitalismo monopolista, onde os países desenvolvidos exercem uma posição de subordinação em relação aos países subdesenvolvidos, estabelecendo assim uma relação de dependência (SPOSITO, 1988).

1.1 Breve histórico sobre a urbanização em países desenvolvidos

Os países desenvolvidos experimentaram um processo gradual de urbanização, que esteve intimamente ligado ao desenvolvimento industrial ocorrido no final dos séculos XVIII e meados do século XIX, bem como à modernização da agropecuária. Esses avanços possibilitaram a transferência gradual da população rural para as cidades (SILVA *et al.*, 2014).

As revoluções industriais desempenharam um papel importante na transformação dos setores produtivos, atraindo camponeses para trabalhar nas indústrias, localizadas principalmente nas áreas urbanas. Além disso, houve mudanças no regime de propriedade rural, o que resultou na expulsão de trabalhadores rurais e no aumento da população urbana (LEITE, 2005).

A urbanização nos países desenvolvidos ocorreu de maneira gradual, permitindo que as cidades se estruturassem lentamente para receber os migrantes, oferecendo infraestrutura urbana e oportunidades de emprego de forma mais adequada. Isso contribuiu para que os problemas urbanos e rurais não se multiplicassem tanto quanto nos países subdesenvolvidos (SILVA *et al.*, 2014).

No entanto, é importante ressaltar que mesmo com esse processo mais gradual, os problemas urbanos ainda existiram nas cidades dos países desenvolvidos. A absorção da nova população demandou esforços e enfrentou desafios, mas em menor escala se comparado aos países em desenvolvimento.

No início do século XX, as grandes cidades europeias ainda eram lugares de multidões de pobres e desempregados sem residência. Cidades como Paris e Londres, ou mesmo Nova York, possuíam grandes áreas pobres, com moradias precárias, carentes de todos os serviços básicos (água encanada, pavimentação de vias, eletricidade, transportes coletivos). Isso só irá mudar com o decorrer o tempo, quando a classe trabalhadora nesses países, através dos movimentos populares, lutas e reivindicações garantir o direito à moradia, transporte e infraestrutura suficientes para atender às demandas da sociedade moderna (SILVA; MACEDO, 2009, pp. 5-6)

Após a 2ª Guerra Mundial, ocorreu um aumento significativo da população nas cidades devido ao crescimento do consumo de bens e serviços, o que impulsionou o setor terciário da economia. Nesse período, também houve avanços tecnológicos na indústria, resultando em maior produtividade e redução da necessidade de mão de obra. Como resultado, muitas pessoas que trabalhavam no setor secundário migraram para o setor terciário, absorvendo a maior parte da força de trabalho urbana (MOREIRA, 1998).

As metrópoles dos países desenvolvidos passaram por grandes transformações nos últimos anos. Muitas indústrias de grande porte, especialmente nos setores siderúrgico, metalúrgico e químico, deixaram as áreas centrais desses grandes aglomerados urbanos e se deslocaram para locais mais distantes. Atualmente, as áreas centrais, conhecidas como *Central Business District*, estão saturadas, levando essas indústrias a se instalarem em regiões periféricas próximas a aeroportos e com infraestrutura de transporte e telecomunicações (MORAES, 2005).

1.2 A urbanização em países em desenvolvimento

A urbanização dos países em desenvolvimento teve uma maior intensidade após a 2ª Guerra Mundial, pois a década de 1950 começou a ser marcada pela:

[...] internacionalização e multiplicação das trocas, preponderância da tecnologia e a concentração dela decorrente, solidariedade crescente entre os países (cooperação entre os países industriais, domínio sobre os países

desenvolvidos), modificações da estrutura e força do consumo (SANTOS, 1989, p. 25).

A heterogeneidade presente no período pós-guerra trouxe um nível de desenvolvimento da urbanização de forma desigual em termos espaciais e temporais. De modo geral, a difusão da ideologia do consumo ajudou a desenvolver uma tendência crescente nas camadas mais pobres da população, sendo um importante fator de atração de pessoas rumo às cidades. A urbanização recente se desenvolveu de forma acelerada e desorganizada e está diretamente associada à diversificação e crescimento do setor de serviços, constituindo-se em uma urbanização terciária, diferenciando-se dos países desenvolvidos, nos quais a população foi gradativamente transferida do setor primário para o setor secundário e, posteriormente, para o setor terciário (SANTOS, 1989).

Outro ponto importante para a urbanização dos países pobres é sua industrialização tardia, ocorrida também no cenário pós-guerra, e as péssimas condições de vida no campo. O crescimento do setor industrial nessas localidades deu-se pela transferência de indústrias dos países desenvolvidos, em busca de novos mercados consumidores, mão de obra barata e benefícios fiscais para as empresas multinacionais (LEITE, 2005).

O crescimento das cidades, diferentemente do processo de urbanização dos países desenvolvidos, que foi lento e planejado, deu-se de forma rápida, desorganizada e concentrada espacialmente, acarretando consequências que podem ser facilmente percebidas na paisagem urbana (SILVA et al., 2014).

Esse processo intenso de urbanização dos países subdesenvolvidos, como o Brasil e diferentes países da América Latina, gerou diversos problemas sociais e econômicos nas cidades, tais como:

a urbanização latino-americana caracteriza-se então pelos traços seguintes: população urbana sem medida comum com o nível produtivo do sistema; ausência de relação direta entre emprego industrial e crescimento urbano; grande desequilíbrio na rede urbana em benefício de um aglomerado preponderante; aceleração crescente do processo de urbanização; falta de

empregos e de serviços para as novas massas urbanas e, conseqüentemente, reforço da segregação ecológica das classes sociais e polarização do sistema de estratificação no que se diz a respeito do consumo (CASTELLS, 1983, p.99).

Esses problemas ocasionados desencadearam uma série de outras questões, impactando diretamente a paisagem desses lugares e a qualidade de vida daqueles que vivem em áreas desordenadas, segregadas socialmente e com déficits habitacionais, de infraestrutura de transporte, saneamento, acesso à educação de qualidade, saúde e enfrentando diversos problemas ambientais (MOREIRA, 1998; MORAES, 2005).

A deterioração de algumas áreas, como o centro, é uma das conseqüências mais evidentes da rapidez com que se processa a urbanização. Em decorrência desse modelo de urbanização o espaço urbano apresenta em sua paisagem urbana um conjunto de formas espaciais resultado dessa realidade, como: favelas, habitações deterioradas, zonas a renovar e recuperar, superposição de funções e outras anomalias (SILVA; MACEDO, 2009).

Tendo em base a principal ideia do conceito de urbanização as diferenças de como ela se desenvolve são fundamentais para entender os países desenvolvidos e subdesenvolvidos. O Quadro 1 apresenta as diferentes formas de urbanização nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Quadro 1 - As diferentes formas de urbanização dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos

Países desenvolvidos	Países subdesenvolvidos
<p>Urbanização mais antiga que se deu em conjunto com a 1ª e 2ª Revolução Industrial;</p> <p>Urbanização lenta e que se desdobrou num período mais longo, possibilitando o melhor planejamento e estruturação do espaço urbano;</p> <p>Formação de uma densa rede urbana interligada.</p>	<p>Urbanização tardia, principalmente pós 2ª Guerra Mundial;</p> <p>Urbanização acelerada e direcionada à um pequeno número de cidades;</p> <p>Proliferação de uma rede urbana rarefeita, incompleta e deficiente na maioria dos países subdesenvolvidos.</p>

Fonte: Silva et al. (2014)

Sabendo das diferenças nos processos de urbanização, vale ressaltar o desenvolvimento urbano do Brasil, observando as suas etapas que se relacionam com as demais nações em desenvolvimento, sobretudo as latino-americanas, e seus principais problemas.

1.3 Breve histórico sobre a urbanização no Brasil

O processo de formação das cidades e vilas no Brasil é antigo, porém não se compara à urbanização ocorrida em meados do século XX. Esse processo pode ser dividido em três etapas principais, considerando a organização do território entre os anos de 1500 e 1720. A primeira etapa, de 1530 a 1570, é marcada pela fundação do Rio de Janeiro e de Filipéia da Paraíba. A segunda fase, entre os anos de 1580 e 1640, ocorre em conjunto com a dominação espanhola e resulta na fundação de uma vila e outras três cidades, ocasionando uma urbanização sistemática na costa norte do país em direção à região amazônica. Na terceira fase desse período, entre os anos de 1650 e 1720, são observadas as fundações de trinta e cinco vilas, com destaque para São Paulo e Olinda, que foram elevadas à categoria de cidades. Ao final desse período, a rede urbana brasileira era composta por sessenta e três vilas e oito cidades (SANTOS, 2008).

Durante o período colonial, o processo de urbanização teve início com o desenvolvimento das cidades como fortificações, a partir das quais o poder colonizador se espalhava, subjugando as populações indígenas às vontades do rei e à ideologia do clero, centralizando as terras e combatendo os quilombos e as forças coloniais rivais (PINHEIRO; FERRARETO, 2010). A formação dessas vilas e cidades estava limitada às atividades primárias, fazendo com que em diferentes regiões pelo menos uma atividade especializada voltada para o mercado externo se estabelecesse, destacando-se a região nordestina com suas fazendas de gado e economia açucareira. Ainda não existia uma divisão clara entre cidade e campo. A cidade se abastecia com uma parte do que era produzido no campo para manter o

papel político e ideológico do sistema colonial vigente (PINHEIRO, 2010).

No entanto, a base do povoamento foi a agricultura comercial e a exploração mineral, o que ampliou as relações entre esses diferentes lugares e resultou no surgimento de cidades tanto nas áreas litorâneas quanto no interior do país (SANTOS, 2008). As redes de cidades se interligavam ao redor das capitais das províncias, onde se concentravam as atividades exportadoras ligadas ao setor açucareiro e minerador. No entanto, essas localidades funcionavam como pequenos arquipélagos regionais, com limitações nacionais impostas pelo sistema colonial vigente. Somente na segunda metade do século XIX, no início da República Velha, esses arquipélagos tiveram um aumento de suas conexões mercantis (BRITO; PINHO, 2012).

A produção do café no séc. XIX, principalmente em São Paulo, tornou o estado um polo dinâmico, abrangendo também o Rio de Janeiro e Minas Gerais, pois, com este crescimento, começou uma fase de grande ampliação das ferrovias, melhoria dos portos, das comunicações, comércio internacional, consumo e trabalho (CLENES; CARDOSO; DOURADO, 2010).

Foi a grande expansão da economia cafeeira, e o expressivo surto de industrialização substitutiva de importações de bens de consumo não duráveis, que possibilitaram uma ampliação das articulações entre esses arquipélagos regionais. Contudo, as conexões entre eles não deixaram de ser frágeis. O Brasil ainda estava distante de se ter uma rede de cidades nacionalmente integrada. Diversos fatores eram determinantes, entre os quais as precariedades dos sistemas de transporte e comunicações diante do enorme território com suas particularidades ecossistêmicas. Não era por acaso que, no início do século XX, eram poucas as cidades mais importantes, como Belém e Manaus na região Norte; Fortaleza, Recife e Salvador, na região Nordeste e Curitiba e Porto Alegre, na região Sul. Fugindo à natureza litorânea dessas cidades, somente se destacava Cuiabá na região Centro-Oeste (BRITO; PINHO, 2012)

Somente após quase três séculos de ocupação e exploração do território brasileiro é que o excedente da produção advindo das monoculturas agroexportadoras do país começa a impulsionar a vida comercial nas cidades. No entanto, isso não significa necessariamente uma expansão da rede urbana, mas sim uma reforma urbana que se concentrou no saneamento básico, embelezamento e segregação

territorial seguindo padrões europeus (MARICATO, 2001).

Durante o ciclo do café, muitas famílias migraram para a região Sudeste, principalmente para o estado de São Paulo. Esse intenso fluxo migratório, especialmente de imigrantes italianos e europeus, ocorreu para substituir a mão de obra escrava. No final do século XIX, as cidades dessas regiões começaram a se urbanizar mais devido ao desenvolvimento de infraestruturas portuárias e ferroviárias, o que resultou em um aumento da densidade populacional (FERREIRA, 2017).

A economia cafeeira e um leve processo de industrialização tornaram o Rio de Janeiro, então capital federal, e São Paulo os principais polos atrativos. Essas duas cidades concentravam mais da metade da população residente em todas as capitais do país. Na década de 1920, a população brasileira era de 27,5 milhões de habitantes, com apenas 74 cidades com mais de 20.000 habitantes, a maioria delas localizada na região Sudeste (BRITO; PINHO, 2012).

Durante a década de 1930, a organização industrial brasileira teve início, impulsionada pelo governo federal, acelerando o processo de urbanização e crescimento populacional. No entanto, a economia do país ainda era fundamentalmente agrária. O governo passou a investir em infraestrutura para impulsionar o desenvolvimento industrial, visando a substituição de importações e o fortalecimento do mercado interno por meio da diversificação das forças produtivas (CLENES; CARDOSO; DOURADO, 2010).

Essa organização industrial no Brasil, como mencionado anteriormente, foi diferente daquelas consolidadas nos países centrais, o que dificultou a implantação de um parque fabril. Apesar do estímulo à criação de um mercado interno, é importante ressaltar que o mercado consumidor brasileiro não era considerável. O país comprava as matérias-primas necessárias para o consumo e subsistência da população que se desenvolvia nas cidades e vendia matérias-primas a um preço mais baixo para o mercado externo (FERREIRA, 2017).

A industrialização foi um passo significativo para o Brasil, uma vez que as indústrias estavam concentradas principalmente na região Sudeste, com destaque para São Paulo. Isso permitiu a modernização do país em relação ao resto do mundo

e criou novas oportunidades de trabalho em ambientes industriais, iniciando assim o fluxo migratório em direção às cidades.

Desde a grande depressão de 1929 e a consequente quebra da cafeicultura, a Revolução de 1930 trouxe um inédito período em que o Estado esteve sob o comando de uma nova elite que submeteu o país a uma série de mudanças que alteraram profundamente a base econômica e social do velho Brasil rural. As transformações fizeram acelerar o processo de substituição de importações; aumentar imensamente os efetivos de força de trabalho com base no operariado; centralizar fortemente o Estado sob as rédeas de Getúlio Vargas (sobretudo a partir de 1934); quebrar as tarifas aduaneiras existentes na circulação de mercadorias entre os estados da federação; expandir a rede rodoferroviária, notadamente em São Paulo; unificar o mercado interno; estabelecer o salário mínimo nacional e modernizar o capitalismo. O Estado brasileiro apostava em estímulos capazes de criar uma burguesia nacional, acompanhada de um vasto operariado. Apostava em um tipo de capitalismo fortemente regulado e administrado pela tecnoburocracia estatal, a despeito da existência de uma economia de mercado nacional canhestra, entravada e improdutiva que vinha procurando se afirmar desde o século XIX (MATOS, 2012)

Durante a década de 1940, houve um grande desenvolvimento urbano, ocasionando o surgimento de diversas cidades e novos serviços para atender à população em constante crescimento. No entanto, esses novos serviços não conseguiram suprir as necessidades dos brasileiros. Após a 2ª Guerra Mundial, ocorreu um significativo aumento do controle do capital internacional, submetendo a indústria do país a influências externas e deixando as necessidades da população em segundo plano. A produção passou a ser direcionada apenas para determinadas camadas da sociedade, o que resultou em uma modificação dos padrões de consumo e estilo de vida da população (CLENES; CARDOSO; DOURADO, 2010).

A economia brasileira e o processo de urbanização brasileiro estão relacionados ao capital imperialista, em que pequenos grupos sociais detêm o poder político e econômico e, dessa forma, determinam as condições e características da produção e organização da divisão social do trabalho. Isso também influencia a forma de organização das cidades. O mercado interno brasileiro, embora ainda restrito, foi responsável pela formação de uma variedade de atividades ligadas ao comércio e outros serviços, além de ser um grande atrativo populacional para o crescimento

pessoal e profissional (FERREIRA, 2017).

Na década de 1940, a maioria da população ainda residia no campo, com 31,2% vivendo em centros urbanos. A partir desse período, o processo de urbanização foi crescente e rápido. A população urbana era de 10.891.000 habitantes, totalizando mais de 41.300.000 pessoas (BAER; GEIGER, 1976).

O grande movimento de urbanização do Brasil após a 2ª Guerra Mundial é resultado das elevadas taxas de natalidade e da queda das taxas de mortalidade, ocasionadas pelos avanços sanitários e pela melhoria da qualidade de vida, o que pode ser denominado como explosão demográfica (CLENES; CARDOSO; DOURADO, 2010).

A urbanização brasileira expandiu-se rapidamente durante a década de 1950, impulsionada pelo desenvolvimento industrial, pela construção de rodovias e pela inauguração da nova capital federal, Brasília. Esses eventos desencadearam um processo de modernização sem precedentes, que se estendeu por todo o país. O setor industrial, em especial, contribuiu significativamente para a urbanização, atraindo populações do campo para as cidades em busca de empregos nas fábricas. Além disso, a construção de rodovias interligando diversas regiões do Brasil permitiu um fluxo mais ágil de pessoas e mercadorias, o que estimulou o crescimento urbano em diferentes localidades. A inauguração de Brasília, por sua vez, ajudou a consolidar a urbanização da região Centro-Oeste, que até então era menos desenvolvida em termos econômicos e demográficos.

Entretanto, a rede urbana brasileira ainda era marcada pela concentração das grandes cidades no eixo Rio-São Paulo, pois até então grande parte dos investimentos, infraestrutura e capital foram alocados nessa região historicamente. A partir do governo de Juscelino Kubitschek, a difusão dos investimentos econômicos começa a desenhar um novo cenário, contribuindo ainda mais para o dinamismo da urbanização e para a promoção de elevadas taxas de crescimento vegetativo e migração campo-cidade. Durante o período de 1950 a 1960, o Brasil alcançou números elevados de crescimento urbano, atingindo uma taxa anual de 5,3%. Nos anos 1950, a população residente nas cidades era de 36%, enquanto em 1960, 45% da população vivia em áreas urbanas (MATOS, 2012).

A década de 1960 foi marcada pelas grandes aglomerações e pelas vantagens da economia, localização e escala da região "Centro-Sul". Essa área se tornou o principal fluxo de investimentos, infraestrutura e trabalho do país. A grande São Paulo surgiu como um polo atrativo, composto por zonas de influência que se irradiavam a partir da capital em direção a outros lugares, difundindo novos produtos, informações e tecnologia. Isso contribuiu para a disseminação de serviços informacionais e públicos, a concentração de capital e mercado consumidor, além das forças de poder político e internacional que se articulavam com o Estado (MATOS, 2012).

A industrialização brasileira seguiu um modelo nacional desenvolvimentista baseado na estrutura do desenvolvimento social e econômico articulado pelo Estado e pela iniciativa privada. Esse modelo foi fundamentado em ideias keynesianas, visando uma política econômica pautada na complementaridade entre Estado e mercado (FERREIRA, 2017).

Os anos 1970 foram marcados por uma grande mudança quantitativa e qualitativa na sociedade brasileira em direção às áreas urbanas. O "milagre econômico" demonstrou uma nova etapa da "urbanização-migração" em relação ao crescimento urbano-industrial. Nesse momento, o operariado estava principalmente sindicalizado e passou por transformações sociais e políticas que marcaram a história do país. Os fluxos migratórios de curta e longa distância se intensificaram, oferecendo uma real possibilidade de mobilidade social ascendente. O crescimento econômico proporcionou a inserção dos imigrantes nos mercados de trabalho das cidades, estreitando ainda mais a ligação entre migração e emprego (MATOS, 2012).

Pela primeira vez, a população residente nas cidades ultrapassou a população rural. 44,08% das pessoas moravam na zona rural, totalizando mais de 41 milhões de pessoas, enquanto 55,92% moravam na zona urbana, ou seja, 52 milhões de habitantes, de um total de 93.139.037 brasileiros (NASCIMENTO, 2016).

Os anos 1980 representam um ponto de mudança nas características da hiperconcentração da população urbano-industrial na Região Sudeste.

Nos vários tipos de estruturas, nos contextos de modernidade tardia, a

existência de redes urbanas extensas, mais ou menos densas, condiciona trajetórias econômico-demográficas que, por sua vez, influem nos padrões migratórios e na redistribuição da população nacional, a despeito da importância crucial das metrópoles em países como o Brasil. Evidências da interiorização da urbanização brasileira acumulam-se desde 1980. Com isso surgiram alternativas locais para os trabalhadores migrantes. Essas mudanças interagem com o aprofundamento da transição demográfica e impõe a redução dos excedentes populacionais disponíveis à emigração, assim como interagem com as consequências associadas ao envelhecimento da população. Para entender a urbanização contemporânea deve-se considerar devidamente esses aspectos e, sobretudo, cotejar no mapa nacional os polos dinâmicos da rede de cidades com os fluxos migratórios mais relevantes (MATOS, 2012)

O período que se iniciou na década de 1990 e durou até os anos 2010 foi caracterizado pela continuidade do processo de desconcentração urbano-industrial, direcionando-se para médias e pequenas cidades impulsionadas pelo agronegócio. Esses novos centros urbanos passaram a competir com as áreas rurais e com as grandes metrópoles pela mão de obra. As regiões Sudeste e Sul sofreram uma significativa perda de população para essas cidades, influenciadas, entre outros fatores, pelo crescimento do setor do agronegócio. Na tabela 1 apresenta-se os dados dos censos demográficos dos anos 1950 a 2010. (ALVES, SOUZA, MARRA, 2011)

Tabela 1 - Censo demográfico do Brasil (1950 - 2010)

ANO	Pop. Rural	(%)	Pop. Urbana	(%)	Total
1950	33.161.506	63,84%	18.782.891	36,16%	51.994.397
1960	38.767.423	55,33%	31.303.034	44,67%	70.070.457
1970	41.054.053	44,08%	52.084.984	55,92%	93.139.037
1980	38.566.297	32,41%	80.436.409	67,59%	119.002.706
1991	35.834.485	24,42%	110.990.990	75,59%	146.825.475
1996	33.997.406	21,64%	123.082.167	78,36%	157.079.573
2000	31.320.300	18,07%	137.697.439	81,30%	168.554.443
2010	29.852.986	15,65%	160.879.708	84,35%	190.732.694

Fonte: IBGE, 2022

O processo de urbanização que se desenvolveu no país foi determinante para a formação da estrutura moderna da sociedade brasileira, principalmente a partir da segunda metade do século XX. Observa-se não apenas o crescimento territorial das cidades, mas também a transformação da própria sociedade brasileira em uma sociedade cada vez mais urbana. As cidades tornaram-se o centro das atividades econômicas e abrigam grande parte da população, além de serem disseminadoras de uma cultura distinta e de novas relações sociais (BRITO; PINHO, 2012).

Essa rápida transformação do espaço brasileiro também trouxe desafios sociais e econômicos, como o desemprego, a falta de transporte e moradias adequadas, além de problemas na área da saúde e educação. Esses problemas são reflexos das contradições presentes no sistema capitalista, que afetam a sociedade em suas diferentes classes sociais. A segregação socioespacial resulta em grandes prejuízos para a população carente (CLENES; CARDOSO; DOURADO, 2010).

Assim, a classe trabalhadora vai se concentrar nas regiões mais afastadas, periféricas, ou seja, mais baratas e sem os dispositivos urbanos, como rede de transportes adequada, saneamento básico, entre outros, formando os bolsões de pobreza dos centros urbanos. As favelas representam a maneira como esse processo histórico ocorre e a população de baixa renda vai ocupando o espaço urbano. Esse processo expressa a relação entre as desigualdades sociais e o surgimento de problemas urbanos, como a violência, fenômenos sociais que surgem em consequência do processo de industrialização e urbanização avançada (FERREIRA, 2017, p. 117)

O espaço urbano começa a demonstrar seus inúmeros problemas a partir do início do século XX, em conjunto com a reprodução do capital que se alojou nas cidades, dando o ritmo das relações de dominação e de consumo (CLENES; CARDOSO; DOURADO, 2010).

1.4 A urbanização e os impactos ambientais

Além dos problemas sociais e econômicos causados pela falta de planejamento

urbano, a questão ambiental é um dos maiores desafios do século XXI. Os impactos ambientais, intensificados pelo processo de urbanização, principalmente nas grandes metrópoles, estão se agravando a cada dia. Dentre os inúmeros problemas, destacam-se: o acúmulo de lixo, congestionamentos, escassez de áreas verdes, formação de "ilhas de calor", poluição atmosférica e impermeabilização do solo (SILVA *et al.*, 2014).

Os impactos ambientais têm revelado que as cidades estão indo contra sua própria essência, pois "a urbanização rápida e a intensa concentração de indústrias, serviços e, portanto, de seres humanos, tem transformado as cidades no oposto de sua razão de ser – um lugar para viver bem" (RATTNER, 2001, p.9).

Diante desses problemas relacionados à urbanização, qualidade de vida e meio ambiente, houve um crescente aumento da conscientização sobre essas questões, levando a repensar a forma de planejamento e gestão das cidades. Nas últimas décadas, surgiram discussões e iniciativas relacionadas ao conceito de cidades sustentáveis e inteligentes (HOJER; WANGEL, 2015).

A urbanização sustentável passou a ser tema de debates e agendas políticas nos últimos anos. Diversos motivos são apontados para repensar a organização das cidades, pois grande parte dessa urbanização tem ocorrido de maneira insustentável, com uso intensivo de recursos naturais, especialmente nos países desenvolvidos, resultando em efeitos de maior mobilidade global (SIMON, 2016).

Com mais da metade da população vivendo em áreas urbanas, o consumo de energia, solo e outros recursos tem aumentado significativamente. A contínua concentração demográfica nessas áreas reforça a necessidade urgente de abordar questões relacionadas à sustentabilidade. Além disso, a área de cidades sustentáveis despertou grande interesse em pesquisa, educação, formulação de políticas públicas e negócios. Academicamente, essa nova realidade desperta o interesse de revistas científicas, programas de pesquisa e departamentos universitários dedicados ao desenvolvimento urbano sustentável (HOJER; WANGEL, 2015).

Para que haja um desenvolvimento urbano sustentável, é necessário que seja pautado pela minimização do uso de recursos naturais não renováveis, pelo uso

sustentável de recursos renováveis, respeitando a capacidade de absorção dos limites locais e globais de resíduos, e atendendo às necessidades básicas da população. Embora essa definição tenha implicações voltadas claramente ao meio ambiente, os aspectos humanos também são igualmente importantes, incluindo o acesso dos moradores a moradias adequadas, um ambiente saudável, serviços básicos, oportunidades de emprego e participação na vida política local. Esse conceito abrange mudanças ambientais, econômicas, técnicas, culturais e sociais (CHOGUILL, 1993).

Os desafios enfrentados pelo ambiente urbano em diferentes partes do mundo também estão relacionados às mudanças climáticas, uma questão urgente que está cada vez mais sendo considerada tanto por países desenvolvidos quanto por países em desenvolvimento. Esse é um progresso importante, considerando que há alguns anos atrás esse tema era excluído dos debates e tratado como um problema futuro, em contraste com a demanda por recursos escassos. Esse ponto entra na discussão da agenda política em vários lugares, uma vez que os padrões climáticos estão se tornando mais variáveis e imprevisíveis, devido ao aumento da frequência de eventos extremos que causam danos ambientais, econômicos e sociais diversos (SIMON, 2016).

Uma das principais razões pelas quais existem poucas, se houver, cidades sustentáveis ou autossuficientes é que, para sustentar a vida de seus moradores, as cidades dependem de recursos provenientes de outras localidades e, ao mesmo tempo, dispersam poluentes e resíduos produzidos por elas. No passado, esses espaços estavam localizados próximos às cidades, geralmente do lado de fora de suas muralhas.

No entanto, devido aos intensos processos de industrialização, urbanização e globalização, uma grande parte do que é consumido nas cidades é produzido cada vez mais longe. Isso significa que os impactos ambientais decorrentes do consumo na cidade estão espalhados pelo mundo, e os impactos gerados por uma localidade não podem ser limitados ao metabolismo urbano dentro dos limites da cidade.

Diante disso, para uma melhor compreensão do conceito de cidades sustentáveis, é necessário adotar uma perspectiva global, na qual as avaliações de sustentabilidade, planejamento e desenvolvimento urbano sejam desenvolvidas

levando em consideração as consequências globais das ações ou inações locais (HOJER; WANGEL, 2015).

Uma alternativa para tornar as cidades mais viáveis e sustentáveis é a adoção e o desenvolvimento de projetos de agricultura urbana, que se mostram cruciais para que o poder público e os planejadores reconheçam a importância da agricultura urbana na diversidade de atividades e ações que ocorrem nas cidades modernas. À medida que o mundo se urbaniza, uma maior autossuficiência local, utilizando os recursos acumulados nas zonas urbanas, deve ser considerada como uma ferramenta importante para o desenvolvimento urbano sustentável. Em conjunto com iniciativas de eficiência energética, uso eficiente de recursos e políticas de controle e expansão urbana, a agricultura urbana pode desempenhar um papel significativo na moldagem das cidades do futuro (DEELSTRA; GIRARDET, 2000).

Nos tópicos seguintes, serão abordados de forma mais aprofundada o histórico da agricultura urbana, assim como pontos importantes para entender as relações do seu desenvolvimento como uma possível forma de promover cidades sustentáveis e transformar o espaço e as comunidades.

2 CONSIDERAÇÕES ACERCA A AGRICULTURA URBANA

Para compreender o papel atual da agricultura urbana, é necessário fazer uma revisão histórica de suas funções e características ao longo do tempo em diferentes sociedades ao redor do mundo. Isso permite observar e entender os motivos de sua implantação, evolução e as potencialidades que apresenta nos dias de hoje.

A prática da agricultura urbana não é algo recente, mas remonta ao início das civilizações no período neolítico. Diversas fontes históricas, literárias, teóricas e filosóficas que descrevem o surgimento, desenvolvimento e funcionamento das primeiras cidades mostram uma estreita relação entre o urbano e o rural, demonstrando que a agricultura urbana sempre existiu (BOUKHARAEVA *et al.*, 2005).

Desde o surgimento das primeiras cidades, a agricultura esteve intimamente ligada a elas, começando com os primeiros assentamentos sedentários do neolítico, que estão associados ao desenvolvimento da tecnologia agrícola. Essa pode ter sido a primeira grande revolução urbana da história. Desde então, o panorama da agricultura urbana vem se transformando, passando de uma produção local e sazonal de alimentos para outras formas de abastecimento (ALONSO, AJA, 2011).

Ao longo da história, a agricultura urbana desempenhou o papel de fornecer alimentos para cidades e vilas. Existem diversas relações entre a produção intensiva de alimentos e o modo como diferentes sociedades se formaram e se desenvolveram em continentes distintos, como será explorado a seguir.

Vestígios e relatos ao longo da história das civilizações apontam que o desenvolvimento da agricultura urbana caminhava em conjunto com as práticas de jardinagem nas cidades, envolvendo o plantio de árvores frutíferas, hortaliças, plantas medicinais e legumes. Esses vestígios históricos da agricultura urbana podem ser encontrados no antigo Egito, tanto em jardins residenciais como nas proximidades de grandes templos, considerados o berço de diferentes práticas agrícolas no mundo ocidental (JANICK, 2010).

Inicialmente, os jardins serviam para representar os oásis e tinham uma função

simbólica relacionada às divindades egípcias, além de serem utilizados para ornamentar os templos. Nessas áreas, cultivavam-se hortaliças, como cebola, alho, rabanete, alface e feijão, bem como frutas como tâmara, figo e uva, além de uma variedade de condimentos, especiarias, ervas medicinais e flores (DAINES, 2008). Este tipo de prática durante a antiguidade não foi exclusividade dos egípcios. Os povos pré-colombianos, maias, incas e astecas, também foram adeptos deste tipo de cultivo. Diferentes documentos e estudos demonstram que existem vestígios na América central, América do Sul e México, datando, aproximadamente 8.000 anos a.C. Entretanto, até 3.500 anos estes povos eram semi-nômades, ou seja, plantavam na primavera e, após a colheita, iam em busca de locais para caça e coleta de alimentos. Tempos depois as vilas antes temporárias, tornaram-se fixas e com um incremento no número de plantas para o cultivo (MAZOYER; ROUDART, 2010).

Durante esse período, os historiadores descobriram vestígios de hortas próximas a áreas residenciais de diferentes classes sociais. As plantas cultivadas tinham diversos propósitos, desde alimentação, uso medicinal e rituais religiosos, até mesmo a produção de venenos. A forma de cultivo dos povos pré-colombianos é considerada bastante avançada, pois algumas de suas técnicas, como irrigação, curvas de nível e cultivo consorciado (BAEYER, 2009).

Podemos encontrar exemplos primitivos de agricultura urbana também no Oriente Médio, datando aproximadamente do ano 2500 a.C. As vilas próximas a oásis podem ser consideradas modelos de agricultura urbana. Um exemplo milenar são os qanats, aquedutos subterrâneos desenvolvidos pelos persas há mais de 3000 anos (SMIT, NASSR, RATTI, 2001). A agricultura urbana tem sido um fator importante no processo de produção de espaços nas cidades desde o seu surgimento (BOUKHARAEVA *et al.*, 2005).

Diversos historiadores estudaram a prática da agricultura urbana desde os tempos da Grécia Antiga e do Império Romano, quando novas colônias eram fundadas (KOSTOF, 1991). Existem relatos sobre estética, filosofia e produtividade relacionados à agricultura urbana nos primeiros jardins do Mediterrâneo e do Oriente Médio. As cidades da antiguidade incorporavam fazendeiros e terras agrícolas, e, portanto, não podem ser pensadas apenas como um aglomerado de artesãos e

negócios locais, mas sim como estruturas complexas de poder. Durante a Idade Média, as muralhas que fortificavam as cidades deixaram de fora a maioria das terras agricultáveis, mas ainda era possível observar espaços agrícolas entre as construções e até mesmo nas proximidades das fortificações (COCKRALL-KING)..

O meio sempre foi um fator determinante para o sucesso ou não de civilizações e a capacidade de transformação desse meio em benesses pode ter sido o guia pelo qual se seguiu o curso da história. Histórias que se confundem entre origem das cidades e agricultura. A separação jamais foi clara. A falta de condições materiais impunha limites às sociedades embrionárias, condicionando o local de moradia ao local de produção dos alimentos (ROSA, 2011, p.2).

No período da Revolução Industrial, as cidades passaram por um rápido crescimento demográfico para abrigar os trabalhadores que migravam do campo para as novas fábricas. Paradoxalmente, para tornar a vida nos subúrbios aceitável, foi necessário incorporar práticas agrícolas tradicionais. O cultivo de alimentos para consumo local tornou-se uma estratégia importante de subsistência ao longo da história, especialmente em tempos de crise (ALONSO; AJA, 2011).

Em vários países europeus afetados pela Revolução Industrial, ocorreram grandes mudanças socioeconômicas do final do século XIX ao século XX, como aumento populacional e expectativa de vida (TEPPER; BOROWIECKI, 2015). O crescimento populacional e urbano foi significativo em diversas cidades do Reino Unido, levando a escassez de alimentos, combustíveis e problemas de saúde pública e saneamento básico. A população migrante, que originalmente vinha das áreas rurais, facilitou o desenvolvimento de práticas agrícolas e jardins urbanos voltados para a produção de alimentos (TURNER; HENRYKS; PEARSON, 2011). Uma lei do final do século XIX exigiu que as autoridades locais fornecessem terras para cultivo aos horticultores urbanos. Como resultado, o número de lotes de cultivo no Reino Unido aumentou de cerca de 100.000 em 1850 para quase 450.000 em 1890 (SPUDIC, 2007).

Na Alemanha, em 1864, foi criada a primeira associação de pomares na cidade de Leipzig. Os *schrebergarten* ou jardins de Schreber foram iniciativas criadas em

homenagem ao médico e professor universitário Dr. Daniel Gottlieb Moritz Schreber, que chamou a atenção para as consequências desastrosas do crescimento industrial urbano (ALONSO; AJA, 2011). Esses espaços tinham como objetivo proporcionar contato com a natureza e lazer ao ar livre para crianças e famílias, sendo chamados de "jardins de lazer". A iniciativa foi amplamente aceita pela população e se espalhou por várias regiões do país, apoiada por associações (ALONSO; AJA, 2011; CABRAL et al., 2017).

Em 1890, na cidade de Detroit, nos Estados Unidos, os jardins urbanos se tornaram atrativos para famílias que enfrentavam dificuldades alimentares e financeiras. Eles desempenharam um papel importante ao fornecer alimentos e gerar renda durante um momento de crise, e motivaram a formação de grupos chamados "Associações de Cultivo de Lotes Vazios". Hazen S. Pingree, prefeito de Detroit na época, foi um grande defensor dessas ações. Ele lançou um programa de cultivo de alimentos, especialmente batatas e nabos, que beneficiou cerca de 1000 famílias (ALONSO; AJA, 2011).

O prefeito ficou reconhecido nacionalmente por apoiar o uso de terrenos vazios para se tornarem jardins produtivos. Com o sucesso da implementação das atividades de cultivo no meio urbano, outras cidades como Buffalo, Minneapolis, Denver e Chicago começaram a aplicar a sua ideia. Anos depois com a grande depressão de 1929, eles voltaram a serem desenvolvidos, agora com o nome de *Relief Gardens* (Jardins de Socorro) (ALONSO; AJA, 2011)

Figura 1 - Prefeito Pingree e membros do comitê de agricultura em visita a um jardim urbano de cultivo de batatas



Fonte: Community of gardens, 2022

Na França e na Bélgica, no final do século XIX e início do século XX, surgiu o movimento das hortas operárias, iniciado pelos padres franceses Lemire e Gruel, juntamente com o editor belga J. Goemare. Em 1896, eles fundaram a *Ligue Française du Coin de Terre* e, três anos depois, estabeleceram a filial belga. Em 1910, havia mais de 17.000 iniciativas de jardins produtivos na França e 2.000 na Bélgica. De acordo com os fundadores dessas ações, os pomares tinham o objetivo de defender a ordem social, afastando os trabalhadores de tavernas e outros eventos sociais, proporcionando atividades familiares. Essas ações tinham um caráter religioso e antirrevolucionário, como pode ser visto no manifesto do fundador belga dos jardins operários: "*Plus de socialistes!*" (Chega de socialistas) (ALONSO; AJA, 2011).

Na primeira metade do século XX, a história das hortas urbanas esteve ligada às duas grandes guerras mundiais, pois as cidades tiveram que se adaptar à crise de abastecimento de recursos e bens essenciais. Durante esses períodos, foi desenvolvido o programa *Liberty and Victory Gardens* (Jardins da Liberdade e da Vitória) nos Estados Unidos, incentivando a produção de vegetais, frutas e legumes em terrenos privados e parques públicos. Em 1945, o programa contou com a

participação de 5.500.000 pessoas que cultivavam 20.000.000 de lotes, produzindo 10.000.000 de toneladas de alimentos. Essa iniciativa foi responsável por 40% da produção de alimentos do país, que eram destinados ao consumo interno e também à alimentação dos soldados em combate (ALONSO; AJA, 2011).

Nesse período, a agricultura urbana era tanto uma forma de subsistência para famílias necessitadas e estressadas quanto uma maneira de estimular o patriotismo, promovendo a colaboração da sociedade na manutenção da economia dos Estados Unidos durante a guerra (ALONSO; AJA, 2011).

No Reino Unido, o Ministério da Agricultura britânico e escocês estabeleceu a campanha *Dig for Victory* (Cave para a Vitória) para garantir o abastecimento das famílias do país.

Figura 2 - Montagem de cartazes do programa "Dig for Victory"



Fonte: Dig for victory (2022)

Após a 2ª Guerra Mundial, as cidades ocidentais, ao invés de valorizarem as experiências bem-sucedidas de cultivo durante tempos de crise e guerra, que foram

essenciais para a sobrevivência das famílias, iniciaram um processo de reconstrução que não deixou espaço para atividades agrícolas no ambiente urbano. O modelo adotado baseou-se em trazer alimentos cultivados de longas distâncias para suprir as demandas das cidades (ALONSO; AJA, 2011).

Além da distância, muitos espaços foram ocupados pela construção de empreendimentos imobiliários devido à rápida expansão urbana iniciada a partir da década de 1960, o que resultou na perda de áreas de produção de alimentos. Na região de Ile-de-France, em Paris, por exemplo, as hortas urbanas deram lugar a grandes edifícios (SERRET et al., 2014).

Apesar da Guerra Fria ter sido um embate indireto entre Estados Unidos e União Soviética, ela impulsionou o desenvolvimento da agricultura urbana, principalmente em Cuba, que representa um dos casos de sucesso mais notáveis nessa área, assim como na agroecologia.

O intenso embargo econômico sofrido por Cuba a partir da década de 1960 resultou em uma grande escassez de alimentos nas cidades. A falta de adubos químicos e combustíveis forçou o país a repensar seu modelo agrícola, mobilizando a população a cultivar seu próprio alimento utilizando práticas agroecológicas. Com o sucesso dessas práticas, o Conselho Nacional de Agricultura Urbana de Cuba aprimorou a produção (LOPES; LOPES, 2012; FEBLES-GONZALES *et al.*, 2011).

Em Cuba, os espaços de agricultura urbana não apenas ajudaram a superar a escassez de alimentos, mas também contribuíram para a recuperação de cultivos tradicionais, como maracujá, graviola e gergelim, além de introduzir novos produtos, como espinafre. Na cidade de Havana, os locais de cultivo popular ocupam jardins, varandas, terraços e terrenos doados pela comunidade, fornecendo alimentos para os próprios participantes das ações, escolas, restaurantes locais e venda em feiras e mercados (ALONSO; AJA, 2011).

Na década de 1970, nos Estados Unidos, o desenvolvimento de espaços de agricultura urbana passou a contar com o apoio de ativistas urbanos ligados à ética ambiental. Durante esse período, surgiram diversos grupos que promoviam essas ações, como o *New York Green Guerrillas* e o *Boston Urban Gardeners*, que

influenciaram o Departamento de Agricultura a criar um programa federal voltado para o fomento dessas iniciativas, chamado *Urban Gardening Program* (Programa de Horticultura Urbana) (LAWSON, 2009).

Durante a década de 1970 nos Estados Unidos, as iniciativas de agricultura urbana surgiram em um contexto de crise energética e desindustrialização, principalmente em bairros de baixa renda. Essas iniciativas foram desenvolvidas por grupos ligados à contracultura e ao ambientalismo, e funcionaram como ferramentas de apoio à comunidade, visando melhorar a qualidade ambiental, promover a coletividade e fornecer educação. Uma das iniciativas mais emblemáticas foi o *New York Green Guerrilla*, que realizava ações "bombardeando" lotes vazios e espaços abandonados com bolas de barro recheadas de sementes, com o objetivo de chamar a atenção para o potencial alimentício desses espaços (ALONSO; AJA, 2011).

A partir da década de 1970, a importância das propostas de agricultura urbana deu um salto significativo. Foram criados e desenvolvidos diversos programas, projetos e ações para os mais variados fins (LAWSON, 2009).

Nas cidades ocidentais contemporâneas, a agricultura urbana desempenha várias funções importantes, tais como educação ambiental, suprimento de alimentos, terapia, lazer e empoderamento comunitário. Além disso, é uma importante fonte de geração de emprego e renda. Desde a década de 1970, esses projetos vêm resistindo ao longo do tempo, mas eram frequentemente considerados apenas como uma forma de entretenimento para aposentados, hippies ou como um simples instrumento de inserção social. No entanto, preocupações sociais mais recentes relacionadas à crise alimentar e ambiental têm colocado a discussão sobre agricultura urbana na agenda da sociedade civil e da classe política, resultando em um ressurgimento desse movimento (ALONSO; AJA, 2011).

Atualmente, hortas comunitárias e outros espaços de agricultura urbana podem ser encontrados em todos os continentes. Essas iniciativas possuem uma grande diversidade de objetivos em diferentes partes do mundo, porém, a contribuição econômica, ambiental e social é um fator comum. O Quadro 2 apresenta o histórico dos estágios de desenvolvimento da agricultura urbana (MIDDLE *et al.*, 2014)

Quadro 2 - Histórico dos estágios de desenvolvimento da agricultura urbana

Estágios de desenvolvimento da AU	Fatores de influência	Período
AU – Princípios básicos para o planejamento urbano	Formação das cidades A necessidade de autonomia territorial Crescimento demográfico	3.500 anos a.C. ao Século XVII d. C
A mudança de funções da AU	Industrialização Estratificação econômica da sociedade Êxodo rural 1ª e 2ª Guerra mundial – depressão social e econômica Insuficiência de recursos	Século XVII ao Século XIX d.C.
O renascimento da AU	O conceito de desenvolvimento sustentável Desenvolvimento científico Desenvolvimento tecnológico Mudança de valores da sociedade	Segunda metade do século XX até Hoje

Fonte: DOBELE; ZVIRBULE, (2020)

Embora cada local do globo tenha a sua especificidade, a AU surge com ideologias semelhantes, se transformando em uma resposta para as mudanças políticas, econômicas, ambientais e tecnológicas, adquirindo um papel crescente no mundo urbanizado que está apenas começando a ser entendido e quantificado (SMIT, NASSR, RATTA, 2001).

A AU tem se tornado uma realidade em diferentes locais do globo e do Brasil, pois:

As cidades se expandem sobre áreas agricultáveis, e os alimentos estão sendo produzidos cada vez mais distantes dos centros urbanos. Em sua maioria, são cultivados em monoculturas [...] com uso de agrotóxicos nocivos à saúde dos agricultores e consumidores. O Brasil é campeão no uso de agrotóxicos. Essa tendência tem se revertido em diversas cidades, em todos os continentes. (HERZOG, 2013, p. 138)

Entretanto, o entendimento sobre a temática é o mesmo nos diferentes locais do globo. Assim, a Resource Centres on Urban Agriculture & Food Security Foundation (RUAF), uma fundação que se constitui como uma forte rede global atuante na agricultura urbana no mundo, entende e define o conceito como:

[...] o cultivo de plantas e a animais dentro e ao redor das cidades. A característica mais marcante da agricultura urbana, que a distingue da agricultura rural, é que ela é integrada ao sistema econômico e ecológico urbano: a agricultura urbana está inserida e interage com o ecossistema urbano. Tais vínculos incluem o uso de residentes urbanos como trabalhadores, uso de recursos urbanos típicos (como resíduos orgânicos como composto e efluentes urbanos para irrigação), ligações diretas com consumidores urbanos, impactos diretos na ecologia urbana (positiva e negativa), sendo parte do sistema urbano de alimentação, competindo por terra com outras funções urbanas, sendo influenciado por políticas e planos urbanos, etc. A agricultura urbana não é uma relíquia do passado que irá desaparecer (a agricultura urbana aumenta quando a cidade cresce), nem trazida à cidade por imigrantes rurais que perderão seus hábitos rurais ao longo do tempo. É parte integrante do sistema urbano (RUAF, 2019).

A AU também inclui conceitos ligados a aquaponia, agricultura indoor, agricultura vertical, produção de telhados, paredes e paisagens comestíveis, hortas escolares e comunitárias e tantas outras formas de agricultura integrada (SKAR *et al.*, 2020)

Os tipos de agricultura urbana podem ser (MISHRA; PATTNAIK, 2021):

- Jardinagem de quintal – Cultivo de hortaliças e frutas de curta duração em pequenos espaços em quintais residenciais, sendo possível o compartilhamento com vizinhos a fim de atender às necessidades diárias dos envolvidos;

- Horta – Cultivo de hortaliças e frutas com resíduos orgânicos da cozinha e esterco. Ajuda a suprir a demanda alimentar diária de uma família pequena, ainda sendo uma forma de economia de dinheiro;
- Jardinagem na cobertura – Nas áreas urbanas com restrições de espaço, um grupo de famílias pode utilizar a cobertura de prédios para o cultivo dos alimentos necessários. Esta também é uma importante forma de produção de diferentes tipos de culturas para o uso diário e venda de excedentes no mercado local;
- Jardinagem vertical – É o uso do espaço vertical para a otimização da produção de alimentos. Este tipo de cultivo pode ser realizado em grandes prédios de apartamentos em uso ou já abandonados;
- Jardinagem de rua – As calçadas disponíveis e áreas urbanas vazias podem ser utilizadas para aumentar o valor estético paisagístico para lazer e recreação;
- Cultivo em estufa – Estufas podem ser desenvolvidas em áreas vazias em localidades próximas de grupos de pessoas para o cultivo de alimentos; O ambiente controlado das estufas ajuda no aumento de produção quando comparado a locais abertos;
- Jardinagem de contêineres – É o uso de materiais residuais como garrafas, sacos, cestas, recipientes quebrados e etc. para cultivar diferentes tipos de vegetais e legumes. Jardins suspensos de garrafas e sacos aumentaram no uso residencial recentemente;
- Jardinagem em terrenos baldios – Diversos terrenos públicos estão abandonados há anos, os quais podem ser utilizados numa forma de arrendamento a agricultores para o cultivo de culturas que ajudarão a manter a terra fértil e gerar renda aos participantes;
- Agricultura Peri-Urbana – esta forma de agricultura é desenvolvida nas proximidades de áreas urbanas. Isso pode reduzir o custo de transporte para os agricultores, assim, possibilitando uma maior margem de lucro;
- Pecuária urbana – Moradores das cidades podem ter locais para a criação de diferentes tipos de animais para leite e corte, como aves, ovelhas, cabras e etc. com base na demanda local. Esta agenda pode

ser de grande demanda, pois as pessoas residentes no meio urbano dependem do leite embalado;

- Apicultura urbana – Mesmo que existam várias restrições para a criação de abelhas em áreas urbanas, elas são uma importante fonte de mel e polinização, sendo possível a sua utilização na geração de renda e benefícios ambientais.

A figura 3 demonstra os benefícios da agricultura urbana nas áreas da saúde, meio ambiente e economia.

Figura 3 - Benefícios da agricultura urbana



Fonte: LAL (2020)

A origem e a qualidade dos alimentos, juntamente com a preservação da

natureza e o desejo de se sentir saudável e bem, estão recebendo uma atenção crescente das pessoas, especialmente aquelas que vivem em áreas densamente povoadas e levam uma vida intensa (SMIT; NASR, 1992).

Um relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) de 1999 menciona que, na época, 800 milhões de pessoas em todo o mundo estavam envolvidas na prática da agricultura urbana em diversos locais, como pequenas fazendas urbanas intensivas, áreas residenciais, terras coletivas, jardins, espaços públicos, loteamentos, sacadas e outros espaços (MOUGEOT, 2005).

Muitas pessoas que vivem em áreas urbanas utilizam a agricultura urbana como um meio de subsistência. Os agricultores urbanos estão buscando implementar uma agenda política que dê mais espaço para as atividades de cultivo nas cidades. A agricultura urbana já se tornou uma parte integrante do ambiente urbano em cidades tanto de países subdesenvolvidos quanto desenvolvidos (DEELSTRA; GIRARDET, 2000).

2.1 Agricultura Urbana no Brasil: reconhecimento e institucionalização

No Brasil, a agricultura urbana teve seu desenvolvimento a partir da década de 1940, impulsionada pela modernização do setor agrícola e outros fatores que contribuíram para o êxodo rural e a migração em massa para as cidades. Muitas pessoas que se estabeleceram nas áreas urbanas encontraram-se em situação de exclusão social, vivendo em condições precárias e em ambientes degradados. Nesse contexto, a jardinagem e a agricultura urbana tornaram-se formas de suplementar suas necessidades básicas de alimentação (BOUKHARAEVA et al., 2005).

As experiências de agricultura urbana envolvem uma riqueza de saberes que podem estar relacionados à origem rural destes sujeitos, mas que também são recriados a partir da participação em cursos e do acesso a informações em revistas, livros, programas de televisão e rádio e, mais recentemente, na internet. Os saberes ligados à vivência rural anterior podem estar relacionados a dinâmicas de transmissão de conhecimentos da agricultura

familiar ou camponesa onde se aprendia com os pais, mães ou avós o cultivo de roças e dos quintais, os cuidados na criação de animais, a identificação de plantas medicinais nativas e o uso de remédios caseiros (COSTA; ALMEIDA, 2012, p.9)

No Brasil, a agricultura urbana ganhou destaque na segunda metade dos anos 1990, atuando como um instrumento de integração em processos sustentáveis tanto para os sujeitos quanto para o ambiente em que residem (FERREIRA; CASTILHO, 2016). Essas iniciativas são promovidas pela sociedade civil, por meio de movimentos sociais urbanos, universidades, setores da iniciativa privada e também pelo Estado em suas diferentes instâncias (SANTANDREU; LOVO, 2007; FERREIRA; CASTILHO, 2007).

O cultivo de alimentos no meio urbano ocorre não apenas nas capitais brasileiras, mas também em cidades menores, em quintais residenciais, escolas, creches e em órgãos municipais e estaduais ligados à saúde, assistência social e segurança pública (MATTOS *et al.*, 2015). As práticas de agricultura urbana podem ser encontradas em diversos locais, tanto no perímetro urbano como no periurbano de inúmeros municípios, em assentamentos suburbanos e rurais, áreas de proteção ambiental, rodovias, parques, habitações populares, entre outros (MATTOS *et al.*, 2015).

O desenvolvimento da agricultura urbana no Brasil está vinculado a diferentes objetivos, e cada projeto desenvolvido possui uma abordagem específica, abrangendo temas como saúde, segurança alimentar, sustentabilidade, políticas públicas, paisagismo, trabalho coletivo, entre outros (ALVES; MOURA; SHULTZ, 2019). A diversidade de objetivos reflete-se também na variedade de atores envolvidos. Dentre eles estão pessoas oriundas do campo que migraram para as cidades e continuaram a desenvolver práticas agrícolas, famílias de agricultores que tiveram seus espaços produtivos tomados pela urbanização, assentados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, pescadores, ribeirinhos, trabalhadores sem-teto e sem-terra, beneficiários do Cadastro Único (CadÚnico), profissionais liberais, servidores públicos, crianças, jovens, adultos e idosos (MATOS *et al.*, 2015).

Apesar da diversidade de público e de abordagens da agricultura urbana no

país, o tema das políticas públicas de bem-estar social, qualidade ambiental e sustentabilidade urbana ainda é deficiente. A agricultura nos espaços urbanos pode desempenhar um papel importante na promoção da produção de alimentos e na implementação de projetos sustentáveis para enfrentar os desafios das mudanças climáticas (LARA *et al.*, 2019).

No contexto brasileiro, há uma falha por parte do poder público em atender à crescente demanda e efetivação da agricultura urbana. Raramente se encontra um programa de governo que articule a produção e comercialização de produtos provenientes desses locais. A grande maioria das iniciativas de agricultura nas cidades é impulsionada e desenvolvida pela sociedade civil e movimentos sociais, que reivindicam a inclusão da agricultura urbana em programas de crédito (ROSA, 2011).

Para que haja um desenvolvimento sólido da agricultura urbana no Brasil, é necessário que as esferas governamentais, setor privado e sociedade civil estejam articulados em diferentes níveis. É importante que as políticas públicas de agricultura urbana contemplem não apenas a participação efetiva de grupos civis, mas de toda a comunidade, promovendo uma gestão participativa e colaborativa.

Uma influência significativa para o rápido desenvolvimento da agricultura urbana no Brasil foram as discussões sobre segurança alimentar e nutricional. Essas discussões foram uma das principais responsáveis pela inserção da agricultura urbana no Programa Fome Zero, implementado pelo Governo Federal. A realização da 2ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN) em 2004 foi um marco importante nesse sentido, com sugestões de ações relevantes na área do abastecimento alimentar urbano. Na conferência seguinte, em 2007, a preocupação com a agricultura urbana tornou-se mais evidente, com propostas para a elaboração de uma Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana (ASPTA, 2015).

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) desempenhou um papel importante no apoio às atividades de agricultura urbana no país.

As práticas da agricultura urbana brasileira estão intimamente alicerçadas nas ações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que tem implantado ações para a criação de hortas nas escolas, quintais e centros comunitários. No ano de 2017, a agricultura urbana brasileira passou a fazer parte, pela primeira vez, do Plano Safra 2017/2020. Diante disso, a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) passou a ser responsável por estimular essa atividade produtiva nas cidades e a fortalece-la a partir de novas ações. No entanto, as produções podem variar de acordo com a localidade e como ela é desenvolvida, pois são amplamente influenciadas pelos governos e políticas, e isso torna suas práticas e características bastante diferentes entre si, uma vez que a agricultura urbana está necessariamente ligada à realidade local, normalmente a nível do município (ALVES; MOURA; SHULTZ, 2019, p. 163-164).

Mesmo tendo havido a participação do MDS para orientar e estabelecer diretrizes, o Brasil ainda enfrenta fragilidades legislativas em relação à agricultura urbana. É evidente que a maioria das atividades é desenvolvida de forma autônoma e isolada. Apesar desse ser um ministério voltado ao combate à fome e de ter produzido políticas públicas nessa área, a agricultura urbana não é efetivamente valorizada como uma possibilidade de emancipação das condições de pobreza. Em vez disso, a discussão muitas vezes surge apenas como se essas ações fossem um paliativo para alcançar a soberania alimentar (ROSA, 2011).

Diante dessa falta de legislação, mas com outros avanços importantes para a consolidação da agricultura urbana no Brasil, existem grandes desafios, sendo um deles o acesso à terra. Estudos demonstram que muitos agricultores urbanos dependem dos proprietários dos terrenos onde cultivam, o que dificulta o estabelecimento bem-sucedido dessa prática e o acesso a diferentes possibilidades de financiamento e crédito. Para facilitar esse acesso, é urgente que a agricultura urbana seja integrada aos processos de planejamento urbano, principalmente por meio de leis municipais. Isso criaria um marco legal que institucionalizaria essas ações e garantiria o desenvolvimento da identidade do agricultor urbano (PINHEIRO; FERRARETO, 2010).

A dificuldade de acesso à terra é resultado do intenso processo de urbanização pelo qual o Brasil tem passado, tornando desafiador destinar terrenos vagos para cultivo. Mesmo quando estão vazios, esses terrenos têm proprietários e não são facilmente acessíveis. Além disso, há uma concepção arraigada de que a agricultura

é uma atividade econômica rural, enquanto a cidade é vista como um lugar não-agrícola. Além dessas questões, os possíveis produtores enfrentam dificuldades de acesso a insumos básicos, como água e sementes (COUTINHO; COSTA, 2011).

A agricultura urbana e periurbana no Brasil segue o padrão de outros lugares do mundo, sendo um movimento autônomo, espontâneo, diverso, horizontal, agroecológico e de resistência. Essas formas de ação são excelentes maneiras de propor uma saída democrática e participativa para a construção da cidadania. A agricultura urbana também traz a ideia de resgatar a cidade como uma realização humana, enfrentando diversas formas de exclusão social, econômica e espacial.

No Brasil, a agricultura urbana está se tornando importante para a dinâmica das cidades, possuindo características multifuncionais que podem impactar positivamente o ambiente urbano. Essa prática desempenha um papel relevante na melhoria do patrimônio rural, tanto tangível quanto intangível, nas cidades, representando uma oportunidade para fortalecer a identidade e a qualidade de vida das pessoas (CARVALHO; BRANDUINI, 2017).

2.2 Agricultura urbana, pandemia e o direito à alimentação adequada

O estudo desenvolvido nesta pesquisa aborda a relação entre o desenvolvimento do conceito de segurança alimentar e suas bases materiais e históricas. Ao longo do tempo, o conceito passou por transformações, adições e desenvolvimentos.

Alimentar o mundo de forma sustentável tem sido um desafio significativo. O rápido aumento da população nas últimas décadas resultou em uma maior demanda por alimentos. Essa demanda foi suprida por meio de avanços científicos, tecnológicos, políticas governamentais e investimentos privados. No entanto, esse aumento teve sérias consequências para o meio ambiente. Estima-se que em 2050 haverá 9,7 bilhões de pessoas no mundo, demandando 70% mais alimentos do que atualmente (COLE et al., 2018).

A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) estabelece que uma pessoa adulta precisa consumir diariamente 2.200 calorias, no entanto, milhões de pessoas ao redor do mundo não conseguem atingir essa quantidade diária devido à falta de acesso aos alimentos. A insegurança alimentar também é causada por fatores relacionados à exclusão social, perda de autoestima e sofrimento emocional, afetando a saúde da população, pois compromete o estado nutricional das famílias (KEPPLE; SEGALL-CORRÊA, 2011).

A discussão sobre segurança alimentar começou a ganhar destaque entre autoridades, cientistas e estudiosos antes da 1ª Guerra Mundial, devido a sérios problemas relacionados à questão alimentar no mundo, impulsionados por diferentes fatores. Foi no contexto do imperialismo que o debate sobre a produção de alimentos como ponto estratégico para o crescimento e desenvolvimento das nações ganhou relevância internacional. Com as guerras, um novo problema ficou evidente, demonstrando que os países poderiam sobrepor sua vontade sobre outros devido à escassez de alimentos. Esse novo pensamento contribuiu para a busca pela autossuficiência e criação de estoques de alimentos diversos (MALUF; MENEZES; MARQUES, 2000).

Durante a 1ª Guerra Mundial, o conceito de segurança alimentar discutia a produção de alimentos em nível nacional para evitar a instabilidade da economia internacional (CARNEIRO; PEREIRA; GONÇALVES, 2020). Após o fim da 2ª Guerra Mundial, o conceito de segurança alimentar ganhou mais destaque na agenda internacional. Em 1948, com a criação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, estabeleceu-se que todas as pessoas têm o direito a um padrão de vida adequado, incluindo saúde e alimentação adequadas (ARMAR-KLEMESU, 2000).

No entanto, até meados da década de 1970, a segurança alimentar entendida como uma forma de suprir a demanda de alimentos para combater a fome mostrou-se inadequada. A revolução verde, que visava aumentar a produção agrícola, não foi capaz de resolver efetivamente o problema, e milhões de pessoas continuaram sofrendo com a fome em todo o mundo (MALUF; MENEZES; MARQUES).

Em 1974, durante a realização da Conferência Mundial de Alimentação em Roma, o conceito de segurança alimentar passou a se referir principalmente ao

acesso aos alimentos, deixando a autossuficiência em segundo plano (CUSTÓDIO *et al.*, 2011).

A autossuficiência e a disponibilidade de alimentos eram atributos em destaque no conceito de segurança alimentar, que poderiam ser alcançados por meio do desenvolvimento de tecnologias e práticas agrícolas. No entanto, esse desenvolvimento levou ao aprofundamento da especialização em monoculturas, principalmente em países em desenvolvimento, como uma forma de aumentar a exportação de commodities, resultando no aumento da oferta de alimentos sem reduzir os índices de fome. Isso ocorre devido à concentração de recursos nas mãos de poucos, diminuindo a capacidade de produção de alimentos para o consumo interno (ALEM *et al.*, 2015).

A agricultura não é apenas uma fonte de commodities alimentares, mas também uma importante fonte de renda. Em um mundo onde o comércio é possível a um custo relativamente baixo, o ponto central da segurança alimentar não é apenas a disponibilidade de alimentos, mas sim se os recursos monetários e não monetários disponíveis para a população são suficientes para garantir a quantidade necessária de alimentos para todos. Um ponto importante nessa discussão é que a autossuficiência nacional não é necessária nem suficiente para garantir a segurança alimentar em nível individual. Hong Kong e Cingapura são exemplos de lugares onde a agricultura é praticamente inexistente, mas suas populações têm segurança alimentar. Por outro lado, a Índia é um país autossuficiente na produção de alimentos, mas uma parcela considerável de sua população não tem segurança alimentar (SCHMIDHUBER; TUBIELLO, 2007).

O Brasil não está distante da realidade da Índia nesse sentido, uma vez que é uma potência agrícola, mas enfrenta uma grande parcela da população em situação de pobreza e fome. Esse problema não se deve à escassez de alimentos, mas sim à pobreza de uma grande parte da população, que não tem recursos financeiros para adquirir alimentos para o seu consumo. O combate à fome vai além do direito dos mais vulneráveis à alimentação, envolvendo também áreas como habitação, saneamento, saúde e educação, pois somente assim as pessoas poderão ter uma vida mais saudável.

No Brasil, a realidade atual é complexa, pois, segundo pesquisas, 33,1 milhões de pessoas sofrem com a fome no país, agravada pelas privações ocasionadas pela pandemia juntamente com as desigualdades sociais. Isso resultou no aprofundamento das péssimas condições de vulnerabilidade nutricional da população (REDE PENSSAN, 2022).

Esta transformação no entendimento e desenvolvimento do conceito de segurança alimentar evidenciou que, mesmo com o aumento da produtividade agrícola e a disponibilidade de alimentos, o acesso a eles pode ser mais difícil, principalmente para as populações com menor poder aquisitivo ou em locais conflituosos.

Na década de 1980, a segurança alimentar ainda se concentrava na quantidade de alimentos, mas posteriormente foi ampliada para incluir aspectos nutricionais e sanitários. Na década de 90, essa prática se tornou uma estratégia não apenas para garantir a alimentação adequada da população, mas também para preservar práticas tradicionais de produção de alimentos (CARNEIRO; PEREIRA; GONÇALVES, 2020).

Atualmente, as condições sanitárias, alimentares e econômicas são diferentes devido à pandemia de COVID-19, tornando ainda mais necessária a discussão sobre a segurança alimentar nas cidades, pois é imprescindível repensar a forma de produção e alimentação dos moradores.

As restrições das atividades econômicas não essenciais, incluindo lockdowns e outras medidas sanitárias impostas pelos governos ao redor do mundo para controlar o surto de coronavírus, causaram interrupções na maioria das cadeias de suprimentos globais. Essas rupturas resultaram em consequências como restrição do fluxo de pessoas, atraso no fornecimento de matérias-primas, aumento dos custos de produção e dificuldades na distribuição de mercadorias e alimentos. Assim, em muitos países, especialmente os em desenvolvimento, houve um grande impacto na geração de emprego e renda, transformando a situação não apenas em uma crise sanitária, mas também alimentar para inúmeras pessoas que enfrentam dificuldades para pagar por sua alimentação básica diária (FARCAS *et al.*, 2021).

As populações de países que sofreram uma desaceleração econômica foram

mais afetadas pelos efeitos das medidas de controle da pandemia. Países onde a pobreza e a fome são mais prevalentes são mais suscetíveis à insegurança alimentar, o que resulta em uma queda na saúde, uma vez que a dieta diária é enfraquecida pela má qualidade e disponibilidade de alimentos.

A pandemia expôs as fraquezas nos sistemas de saúde, sociais e econômicos. A busca por um tratamento eficaz contra o vírus acelerou o desenvolvimento de estratégias sustentáveis para equilibrar os setores afetados. O setor de alimentos se mostrou tão importante quanto os setores médico e de pesquisa, tornando necessário priorizar estratégias de apoio eficazes. À medida que a pandemia se prolonga, a atenção se intensifica na busca pela estabilidade da cadeia de alimentos e seu impacto na segurança alimentar global. A compreensão desses pontos aumentou a conscientização não apenas entre os consumidores, mas também entre os cientistas e outras autoridades de que crises semelhantes, ou até piores, podem ocorrer no futuro próximo. Portanto, busca-se um gerenciamento adequado para minimizar seus possíveis efeitos negativos (FARCAS *et al.*, 2021).

Um cenário pós-pandemia exigirá uma ação coordenada em nível global. A FAO sugeriu a necessidade de implementação de políticas regionais para a maioria dos países com sistemas alimentares mais vulneráveis, levando em consideração as deficiências técnicas, tecnológicas e a maior suscetibilidade às mudanças climáticas nessas localidades (LUGO-MORIN, 2020).

A pandemia interrompeu a cadeia global de suprimentos, portanto, uma das soluções é fortalecer a produção local de alimentos em nível doméstico e comunitário. Em termos logísticos, as hortas permitem um acesso mais rápido a alimentos frescos de uso diário, como frutas, verduras e legumes, enriquecendo e complementando a dieta diária (LAL, 2020).

Esse fortalecimento da cadeia produtiva local de alimentos também se torna necessário, pois o sistema convencional envolve o transporte de alimentos a longas distâncias, em média de 800 a 1500 km, o que requer uma grande quantidade de energia e está sujeito a interrupções, como as causadas pela pandemia. Uma alternativa viável e rápida é adotar um sistema resiliente para atender às necessidades alimentares por meio do desenvolvimento sistemático da agricultura

urbana, a qual já desempenha um papel importante na demanda global de alimentos, produzindo cerca de 15 a 20% do que é consumido (LAL, 2020).

Estudos mostram que as famílias estão cada vez mais participando da agricultura urbana, especialmente durante o período da pandemia. Além dos benefícios relacionados a padrões mais saudáveis de alimentação e maior segurança alimentar para aqueles que cultivam seus próprios alimentos, a prática também atende a novas motivações e necessidades. Os motivos são diversos, mas podem incluir a ansiedade em relação a idas a lojas e mercados para se preparar para possíveis faltas de estoque, tornando as famílias mais independentes, e o estabelecimento de um novo hobby para o entretenimento de jovens e adultos que passam mais tempo em casa devido aos lockdowns e outras medidas sanitárias adotadas (CHENARIDES *et al.*, 2021).

As vantagens da AU durante a pandemia e após são (MISHRA; PATTNAIK, 2021):

- Benefícios nutricionais e de saúde – Permite o acesso a alimentos frescos e nutritivos sem a adição de produtos químicos. Pode ser uma importante forma de aumentar a segurança alimentar entre as comunidades locais. Ainda, ajuda as pessoas a desenvolverem exercícios físicos e a saúde mental dos confinados em *lockdown*;
- Benefícios econômicos – O custo de implantação de uma horta urbana é muito baixo, pois utilizam uma forma orgânica de cultivo. Além de atender a demanda diária de uma família, o excedente pode ser comercializado em feiras e mercados locais para incrementar a renda. Com o alto grau de desemprego durante a pandemia, este tipo de ação pode ser uma alternativa para gerar oportunidades, assim, se torna um potencial para o desenvolvimento do empreendedorismo entre os desempregados;
- Benefícios socioculturais – Durante o lockdown, a interação entre as pessoas caiu drasticamente, assim, a AU se tornou uma importante forma em que pessoas poderiam cultivar seus alimentos em seus espaços de convivência. Isso ajuda a fortalecer os laços sociais,

aumentando o valor estético da sociedade por aumentar a vegetação ao redor das comunidades, assim, impactando positivamente o bem estar psicológico dos envolvidos;

- Benefícios ambientais – A urbanização se tornou uma grande ameaça ao meio ambiente, desta forma, a AU pode ser uma importante forma de tornar as cidades mais verdes e aumentar a biodiversidade ao redor das mesmas.

Durante a pandemia, os sistemas de agricultura urbana também desempenharam um papel fundamental ao abordar questões importantes, tanto em países desenvolvidos quanto subdesenvolvidos: a) a alta demanda por alimentos em grandes populações que vivem em mega e gigacidades; b) o alto grau de desperdício de alimentos em todas as etapas da cadeia produtiva e de fornecimento; c) a desnutrição devido à má qualidade dos alimentos; d) as interrupções nas cadeias de abastecimento; e) a baixa renda como um dos fatores que dificulta o acesso aos alimentos (LAL, 2020).

A pandemia de Covid-19 destacou a dependência das cidades em relação ao meio rural, tornando necessário o abastecimento de grãos, vegetais, carnes, entre outros alimentos. Isso ressalta a importância de se ter uma fonte alternativa de alimentos para situações imprevistas. O cultivo de alimentos em áreas urbanas pode ser uma excelente forma de combater a escassez alimentar. A agricultura urbana pode desempenhar um papel importante no desenvolvimento de cidades saudáveis e sustentáveis.

Dessa forma, a agricultura urbana traz, para o momento atual, alguns de seus muitos objetivos, como a promoção da educação alimentar e nutricional por meio da produção de alimentos em ambientes domésticos e espaços públicos, garantindo a segurança alimentar das famílias afetadas por essas ações. Isso pode aumentar a oferta, qualidade e quantidade de alimentos disponíveis durante crises (CARVALHO *et al.*, 2004; ZEEUW *et al.*, 2000; COAG, 1999).

A segurança alimentar é um tema amplo e deve ser discutido de forma interdisciplinar, abrangendo questões como alimentação saudável, sustentabilidade na produção de alimentos, cidadania, direitos humanos, entre outros (KEPPLE;

SEGALL-CORRÊA, 2011).

A produção da Agricultura Urbana pode trazer diversos benefícios para a sociedade urbana e assim contribuir com as políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, que devem estar sempre atentas à saúde, ao bem estar, às manifestações culturais, às questões socioambientais e à participação coletiva em prol de uma cidade sustentável. As estratégias que são adotadas durante a formulação e a implementação de políticas públicas urbanas devem demandar uma distribuição equitativa da renda, visando a redução das desigualdades sociais nas cidades. Assim sendo, a Agricultura Urbana precisa ser incorporada efetivamente à política de planejamento urbano, pois seu papel social é estratégico na promoção da segurança alimentar e nutricional da população. O fortalecimento da Agricultura urbana no mundo e no Brasil contribuirá com a (re)construção de cidades produtivas, solidárias, saudáveis e sustentáveis, visando a qualidade de vida e o bem-estar de seus moradores (CARNEIRO; PEREIRA; GONÇALVES, 2020).

É fundamental considerar as diferentes perspectivas relacionadas à segurança alimentar e nutricional em conjunto com o desenvolvimento de políticas públicas associadas à agricultura urbana, a fim de combater a fome e promover o bem-estar social da população, especialmente dos mais pobres. Nesse sentido, essas questões podem ser abordadas nos estudos de Geografia, permitindo a compreensão dos fenômenos políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais nos diversos territórios, lugares, regiões e paisagens (CARNEIRO; PEREIRA; GONÇALVES, 2020).

2.3 Agricultura urbana como transformação do espaço e do sujeito

Além das diferentes contribuições da AU expostas anteriormente, neste trabalho também são exploradas as possíveis contribuições dessas práticas na transformação da realidade urbana e na formação dos sujeitos que interagem com esses espaços.

Esse tópico surge da importância de observar a transformação do espaço por meio da inserção de projetos e ações de AU, com o objetivo de pensar o lugar como

um espaço construído pelos sujeitos que interagem com ele, e também como esses sujeitos são constituídos por esses mesmos lugares.

Nesse sentido, é necessário partir da ideia de que as práticas agrícolas urbanas surgem como uma ferramenta para pensar a transformação da paisagem urbana, por meio da construção e desenvolvimento da identidade ambiental e dos sujeitos ecológicos.

Dessa forma, será discutido como o espaço geográfico é um produto histórico e social que serve como uma "janela" para observar as relações sociais a partir de sua realização espacial. Ou seja, as relações sociais se concretizam a partir de sua existência no espaço, revelando um processo espaço-temporal e demonstrando o plano de vivência do sujeito, sua vida cotidiana e, conseqüentemente, constituindo a identidade habitante-lugar.

Isso demonstra que "o lugar se liga de modo inexorável a realização da vida enquanto condição e produto das relações reais. Mas a produção da vida e do lugar revela a necessidade de sua reprodução continuada" (CARLOS, 2004, p.47).

O lugar pode ser percebido como a base da reprodução da vida e um espaço de extensão da identidade, determinado pela relação entre os usos. É por meio do lugar que o cidadão/sujeito, ou o eu, se relaciona com o lugar e com o outro, criando uma relação caracterizada por diferenças, conferindo sentido à vida por meio de uma variedade de relações vivenciadas.

Os espaços e lugares que situam a experiência e a existência dos sujeitos, como as cidades, também interferem e moldam suas vivências e identidades conforme são vivenciados. Portanto, o lugar ocupado pode ser pensado como uma extensão, uma parte ou um complemento do sujeito, enquanto agentes sociais constituídos a partir de sua relação com o espaço.

Dentro do espaço geográfico, o lugar pode ser caracterizado como um ponto no espaço físico onde o eu, o outro ou qualquer outra coisa está situada, tem lugar e, assim, existe (BOURDIEU, 1997). Isso demonstra que o sujeito só será capaz de exercer suas capacidades plenas quando se sentir parte de um lugar.

Dentre as diferentes relações, a AU é uma forma de dar sentido à vida e

contrapor o modo de produção das cidades, ressignificando seus espaços de vivência. O espaço geográfico também é resultado de um processo permanente de construção social, em que suas formas, funções e estruturas são reconfiguradas de acordo com as ações da sociedade, podendo assim produzir paisagens diversas (SANTOS, 1985).

O lugar é um conjunto de objetos que possuem autonomia de existência devido aos elementos que o compõem, como ruas, edifícios, canalizações, indústrias, empresas, restaurantes, eletrificação e calçamentos. No entanto, o lugar não possui autonomia de significação, pois diariamente novas funções substituem as antigas e novas funções se impõem e são exercidas (SANTOS, 1988).

A AU desempenha um papel importante na reconfiguração desses espaços urbanos. Por exemplo, uma praça é o local intencional de encontros, permanência, eventos, práticas sociais, manifestações da vida urbana e comunitária, e, conseqüentemente, possui funções estruturantes e arquiteturas significativas (LAMAS apud DE ANGELIS, 2005). Atualmente, muitos cidadãos cultivam frutas, legumes e verduras nesses espaços públicos, transformando-os.

Essas novas delimitações dos sujeitos e dos espaços são influenciadas pela construção de um ideário pró-ambiental e pela perspectiva cultural. A concepção de cultura, quando observada sob uma perspectiva etnográfica, pode ser compreendida como um todo complexo que inclui conhecimentos, costumes, crenças, moral e quaisquer outras capacidades ou hábitos adquiridos pelo sujeito ao se inserir na sociedade.

Ruth Benedict escreveu em seu livro *O Crisântemo e a Espada* que a cultura é como uma lente através da qual o homem vê o mundo. Homens de culturas diferentes usam lentes diversas e, portanto, tem visões descontraídas das coisas. Por exemplo, a floresta amazônica não passa para o antropólogo – desprovido de um razoável conhecimento de botânica – de um amontoado confuso de árvores e arbustos, dos mais diversos tamanhos e com uma imensa variedade de tonalidades verdes. A visão que um índio Tupi tem deste mesmo cenário é totalmente diversa: cada um desses vegetais tem um significado qualitativo e uma referência espacial. Ao invés de dizer como nós: “encontrei-lhe na esquina junto ao edifício X”, eles frequentemente usam determinadas árvores como ponto de referência. Assim, ao contrário da visão de um mundo vegetal amorfo, a floresta é vista como um conjunto ordenado, constituído de formas vegetais bem definidas (LARAIA, 2001, p.67)

Seguindo a perspectiva apresentada por Ruth Benedict, um terreno baldio pode ser visto de maneiras distintas. Para aqueles que não possuem consciência ambiental ou interesse na produção de alimentos no ambiente urbano, pode ser apenas um espaço com mato e entulho. No entanto, para aqueles com uma identidade ambiental mais desenvolvida, esse mesmo espaço pode ser visto como uma oportunidade para a prática da AU.

A forma como observamos e vivenciamos o mundo, nossas atitudes, julgamentos de valor e ordem social são produtos de uma herança cultural, ou seja, do passado que remonta à sociedade ou comunidade e, conseqüentemente, ao sujeito.

Isso demonstra que a cultura vai além de sua origem produtora, pois não é algo naturalmente dado ou meramente decorrente de leis físicas ou biológicas. Ela é uma construção histórica, um produto coletivo da vida humana, assumindo assim um caráter libertador e transformador, mas também pode se tornar um fator restritivo (ULMANN, 1991). Pode-se dizer que "a cultura fornece a matéria prima de que o indivíduo faz a sua vida" e a maioria das pessoas são "moldadas" pelas formas que sua cultura lhes oferece devido à sua maleabilidade (BENEDICT, 2013, p. 277).

Considerando a maleabilidade da cultura e sua capacidade de se transformar ao longo do tempo, a formação de sujeitos com atitudes pró-ambientais mais desenvolvidas em relação ao mundo ao seu redor e suas ações com ele, por meio de projetos de educação ambiental ou ações de Agricultura Urbana com base agroecológica, pode desempenhar um papel crucial na transformação em uma sociedade mais saudável. Isso contribui para acelerar a mudança de comportamento no restante da sociedade.

A cultura não se limita a um conjunto fixo de obras e regras, mas sim a um conjunto de ações pensadas. Mesmo que os costumes e as "regras" sociais sejam forças que direcionem os sujeitos a agir como a maioria, ainda assim, na cultura, há espaço para resistência. Dessa forma, estes resistem à delimitação de um ambiente urbano desagregador, individualista e caótico, buscando transformá-lo em um ambiente mais saudável, resiliente e coletivo.

A cultura de uma sociedade é composta por diferentes modelos, costumes, ações, rituais, etc. No entanto, cada sujeito escolhe caminhos diferentes dentro desse "leque" cultural, construindo ações singulares que fazem sentido para eles. Embora exista uma forte tendência de utilizar ações com as quais estejam familiarizados, há também uma ampliação das capacidades culturais e aprendizado de novas formas de organização da ação individual e coletiva, resultando na aquisição de novos hábitos (SWIDLER, 1986)

Assim como a cidadania e cultura formam um par integrado de significações, assim também cultura e territorialidade são, de certo modo, sinônimos. A cultura, forma de comunicação do indivíduo e do grupo com o universo, é uma herança, mas também um reaprendizado das relações profundas entre o homem e o seu meio, um resultado obtido através do próprio processo de viver. Incluindo o processo produtivo e as práticas sociais, a cultura é o que nos dá consciência de pertencer a um grupo, do qual é cimento. (SANTOS, 1987, p.61)

As tradições culturais afetam todos, queiram eles ou não, porém, existe a possibilidade de selecionar quais elementos incorporar e criar novas formas de ação. Uma das possibilidades é buscar o desenvolvimento da identidade ambiental e dos sujeitos ecológicos, ou seja, aqueles que têm uma forte tendência ao comportamento pró-ambiental.

Esse tipo de comportamento surge das condições atuais em que os estudos sociais investigam as alterações realizadas no ambiente pela sociedade, ou seja, nos ecossistemas e na biosfera que estão conectados à atividade humana (KRAJHANZL, 2010).

As pesquisas por ambientes saudáveis envolvem um compromisso individual e coletivo com a conservação ambiental e exigem ações como reciclagem, uso de transporte público, consumo de produtos locais ou orgânicos, participação em protestos sobre questões ambientais, redação de cartas ou denúncias de abusos ambientais para jornais, auxílio na restauração de ecossistemas degradados, compostagem e esforços para conservação de água e energia (KENNEDY et al., 2009).

Esse tipo de comportamento está alinhado com os fundamentos agroecológicos da Agricultura Urbana, uma vez que considera diferentes ações inerentes ao desenvolvimento dessa prática no ambiente urbano, buscando solucionar diversas problemáticas e impactos ambientais presentes.

Esse processo de mudança que a sociedade enfrenta representa um desafio sem precedentes na implementação de estratégias relacionadas às políticas socioambientais visando à sustentabilidade (MONT; NEUVONEN; LAHTEENOJA, 2014).

A mudança de comportamento é um ponto crucial na discussão sobre a prática da Agricultura Urbana para garantir cidades mais democráticas e saudáveis. Assim, é evidente a necessidade de estudos e pesquisas que busquem entender as causas do comportamento ambientalmente relevante, uma vez que o comportamento humano se tornou a principal causa da deterioração da interação entre o homem e o meio ambiente (OSKAMP, 2009).

A literatura sobre o comportamento pró-ambiental é composta por duas correntes principais: uma que se concentra em variáveis sociodemográficas e outra que aborda construções sócio-psicológicas (DIETZ; STERN; GUAGNANO, 1998).

É importante destacar que o estudo do comportamento em relação ao meio ambiente atrai muitos pesquisadores, pois identificar os fatores que influenciam comportamentos pró-ambientais e compreender os elementos de destruição do meio ambiente podem motivar a conservação ambiental e impactar positivamente. No entanto, o oposto também é verdadeiro, pois comportamentos de desperdício em relação ao ambiente podem levar a condutas negativas, enquanto experiências prévias com a natureza podem promover uma afinidade emocional entre o sujeito e o ambiente, levando à sua conservação (CORRAL-VERDUGO, 2005).

A busca pela mudança de comportamento está intimamente ligada ao desenvolvimento da transformação da identidade dos sujeitos. No entanto, esse é um tema complexo, pois a construção da identidade é plural, envolvendo elementos da história, geografia, biologia, instituições produtivas/reprodutivas, memórias coletivas, fantasias pessoais, entre outros. A reorganização do significado desses elementos

ocorre por meio de grupos sociais e sociedades, uma vez que estão enraizados em tendências culturais e em uma visão de espaço/tempo (CASTELLS, 2008).

O estudo da transformação e desenvolvimento de uma nova maneira de agir e pensar na interação com o meio ambiente possibilita a construção de uma nova forma de viver nas cidades, com uma nova concepção de sociedade e de sujeito. Assim, mais um benefício da implementação e desenvolvimento da Agricultura Urbana é observado: a busca pelo desenvolvimento de sujeitos ecológicos.

A formação desse tipo de sujeito é resultado da consciência ecológica construída por meio da história do movimento ambiental e da educação ambiental. Isso tem possibilitado a conscientização dos problemas ambientais e o crescimento da legitimidade dos movimentos ecologistas, contando com o apoio de novos adeptos que possuem uma crença pró-meio ambiente, formas próprias de se relacionar com o mundo e com os outros, e um novo estilo de vida (CARVALHO, 2006).

Hoje em dia se fala muito em ecologia [...]. Como é que se adquire uma *cultura ecológica*? Existem centenas de livros sobre ecologia [...]. Agora, quem é que tem cultura ecológica? É a pessoa que lê esses livros? Esses livros podem ser lidos, nós podemos escolher uma boa bibliografia e ler estes livros. E depois de lidos vamos passar para outra ciência, ou outra atividade, e aquilo fica como *matéria morta*. Porque nós supusemos que conhecer ecologia era possuir aqueles livros. Mas não é verdade. A ecologia como qualquer outra ciência, é um conjunto de obras dos homens. Nós temos que ser operários. Se nós fomos operários do conhecimento ecológico, toda aquela tradição cultural que já existe a tantos anos e que formou esta ciência, será por nós assimilada e a construiremos como uma nova ciência. (CARVALHO, 1987, p. 40-41)

O sujeito ecológico é idealizado como aquele que expressa a utopia de uma existência plenamente ecológica. Trata-se de um sujeito consciente das problemáticas ambientais que envolvem o mundo, adotando valores ecologicamente orientados e buscando um estilo de vida baseado em uma nova forma de observar e sentir o mundo (CARVALHO, 2004).

No entanto, é importante ressaltar que o sujeito ecológico não se refere a pessoas ou coletividades que sejam completamente ecológicos em todas as suas

formas, ou que sigam um código de conduta específico. Essa concepção de sujeito é um "tipo ideal", ou seja, um conjunto de valores e sentimentos orientadores da vida, que se manifestam de maneiras diferentes em condições socio-históricas específicas (CARVALHO, 2004).

A agricultura urbana pode desempenhar um papel importante na formação do sujeito ecológico, uma vez que essa prática envolve uma série de valores ecológicos que podem ser absorvidos pelos sujeitos que a praticam.

Ao cultivar seus próprios alimentos, os praticantes da agricultura urbana têm a oportunidade de compreender a importância da preservação do meio ambiente e de se relacionar de forma mais adequada com os recursos naturais. Além disso, a prática da agricultura urbana também promove a conscientização sobre a qualidade dos alimentos consumidos e a importância da alimentação saudável.

A agricultura urbana também pode contribuir para a formação de sujeitos mais engajados na transformação da realidade urbana, uma vez que a prática envolve a transformação do espaço urbano, a ocupação de terrenos ociosos e a promoção de uma nova forma de viver a cidade.

Portanto, a agricultura urbana pode ser vista como uma ferramenta importante na construção de uma sociedade mais consciente e engajada com questões ambientais, bem como na formação de sujeitos mais conectados com a natureza e com os valores ecológicos.

Considerando que os sujeitos são seres históricos e sociais, o desenvolvimento de um sujeito com uma perspectiva ambiental consciente passa pela construção e desenvolvimento de espaços públicos e privados que demonstrem de forma mais evidente essa postura pró-ambiental, influenciando assim na formação de uma consciência ambiental mais sólida.

3 POSICIONANDO ALGUNS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa qualitativa é caracterizada por ser interpretativa e não privilegiar uma única prática metodológica. Não possui um paradigma claramente definido, mas se fundamenta em diferentes formas de obtenção de dados. Os pesquisadores qualitativos destacam a natureza socialmente construída da realidade, a relação íntima entre o pesquisador e o objeto de estudo, e as limitações contextuais que influenciam a investigação. Eles enfatizam a natureza valorativa da pesquisa (DENZIN; LINCOLN, 2006).

Essa abordagem metodológica situa o pesquisador no mundo em questão, utilizando práticas materiais e interpretativas que tornam visível um determinado contexto. A pesquisa qualitativa busca compreender fenômenos por meio dos significados atribuídos pelos sujeitos envolvidos. Sua competência está em explorar o mundo da experiência vivida, onde crenças individuais, ações e culturas se entrelaçam (DENZIN; LINCOLN, 2006).

A pesquisa qualitativa se orienta por aspectos da realidade que não podem ser quantificados, focando na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. Ela trabalha com uma ampla gama de significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes, abrangendo um espaço mais profundo das relações, processos e fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Inicialmente aplicada em estudos de Antropologia e Sociologia, como contraponto à pesquisa quantitativa dominante, a abordagem qualitativa tem se expandido para áreas como Psicologia e Educação. No entanto, é criticada por seu empirismo, subjetividade e pelo envolvimento emocional do pesquisador (MINAYO, 2001).

Diversas disciplinas, como Sociologia, Antropologia, Psicologia, Geografia, entre outras, utilizam o método qualitativo para o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas e como forma de produzir conhecimento.

Nos últimos anos, houve um aumento do interesse e da publicação de trabalhos acadêmicos que adotam a abordagem qualitativa em diferentes áreas do

conhecimento, inclusive aquelas que inicialmente não a privilegiavam. Isso pode ser atribuído à necessidade de romper com os modos tradicionais de fazer ciência e à complexidade cada vez maior dos fenômenos estudados (CHUEKE; LIMA, 2012).

A pesquisa qualitativa:

[...] não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria. Assim, os pesquisadores qualitativos recusam o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social, uma vez que o pesquisador não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa. (GOLDENERG, 1997, p. 34).

Na pesquisa qualitativa, uma variedade de práticas é utilizada para a coleta de dados, tais como gravações, entrevistas, notas de campo, lembretes, entre outras. Essas práticas envolvem o estudo e a coleta de uma diversidade de materiais empíricos, como estudos de caso, experiências pessoais, introspecção, histórias de vida, entre outros, que descrevem momentos e significados cotidianos, rotineiros e problemáticos na vida dos sujeitos e do grupo estudado (DENZIN; LINCOLN, 2006).

O uso da abordagem qualitativa em um estudo parte do pressuposto de que a realidade é subjetiva, múltipla e construída de forma diferenciada por cada sujeito. Isso leva o pesquisador a interagir com o objeto e o sujeito da pesquisa, dando voz a eles e construindo uma rede de significados (GERGEN; GERGEN, 2006).

Os valores pessoais e a visão de mundo do pesquisador se tornam parte do processo investigativo, sendo impossível se dissociar deles. Dessa forma, o processo de pesquisa é dialético e indutivo. Nesse processo, a generalização perde força em favor da descoberta, e a linguagem padronizada evolui para novas possibilidades narrativas que integram um quadro de múltiplas vozes (GERGEN; GERGEN, 2006).

Na pesquisa qualitativa, o pesquisador é influenciado por sua própria visão de mundo, cultura e história de vida, tornando-se um processo construído de forma criativa e interativa (DENZIN; LINCOLN, 2006).

O estudo da identidade por meio da pesquisa qualitativa oferece a oportunidade de desenvolver um trabalho que considere a perspectiva dos sujeitos sobre si próprios e sobre a organização do local. O uso de recursos como relatos orais, análise de conteúdo e construção de categorias pode permitir a captura de diferentes significados que os sujeitos experimentam e com os quais interagem em seus espaços de vivência.

As técnicas empregadas nesta pesquisa são recursos essenciais para a compreensão dos aspectos relacionados às transformações urbanas e aos sujeitos. São instrumentos que fornecem suporte a uma pesquisa que visa analisar os elementos que envolvem a mudança de comportamento.

3.1 Instrumentos de captação de dados

Após a revisão bibliográfica para embasar teoricamente esta pesquisa, os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas e análise documental, como descrito a seguir.

3.1.1 Entrevistas semi-estruturadas

As entrevistas, classificadas como semi-estruturadas, possuem características de questionamentos básicos embasados em teorias e hipóteses relacionadas ao tema da pesquisa. Esses questionamentos podem gerar novas proposições e foram focalizados e desenvolvidos pelo pesquisador-investigador. Esse tipo de entrevista permitiu tanto a descrição dos fenômenos sociais quanto a explicação e compreensão de sua totalidade, mantendo a presença ativa do pesquisador no processo de coleta de dados.

No início das entrevistas, foi fornecido aos participantes uma explicação do contexto da pesquisa, do problema que a motivou, dos objetivos e da relevância. Em

seguida, foi solicitado o consentimento livre e esclarecido (TCLE) para participar da pesquisa, garantindo-lhes o direito de recusar ou desistir a qualquer momento. Também foram assegurados o sigilo das informações e o retorno dos resultados da pesquisa aos participantes. O TCLE pode ser encontrado no Apêndice B.

Durante as entrevistas, foram abordadas questões relacionadas ao desenvolvimento da agricultura urbana, tais como: por que cultivar alimentos no ambiente urbano, como os participantes conheceram a agricultura urbana, quando começaram a cultivar alimentos nesse tipo de ambiente, qual o entendimento deles sobre agricultura urbana, como era o espaço antes da implantação da agricultura urbana, qual a relação deles com esse local, entre outras. Como as entrevistas foram semi-estruturadas, também houve espaço para emergência de novas questões. O questionário base encontra-se no apêndice A.

No caso das entrevistas realizadas nas secretarias municipais de meio ambiente e secretaria de Agricultura, Agronegócio, Trabalho e Desenvolvimento, foi utilizado um aplicativo de gravação no celular do pesquisador. O tempo de gravação das entrevistas foi de aproximadamente 16 minutos e 30 segundos e 50 minutos, respectivamente. Essas entrevistas foram realizadas presencialmente nas sedes dos órgãos.

Foram realizadas 5 entrevistas com os moradores ao redor do SAF, utilizando um gravador no celular do pesquisador. O tempo total dessas entrevistas foi de aproximadamente 48 minutos.

Os depoimentos das entrevistas foram integralmente transcritos pelo pesquisador em um editor de texto e estão presentes no Apêndice C.

3.1.1.1 Grupo focal

Aqui são apresentados conceitos, finalidades e procedimentos relacionados à técnica de grupo focal e é problematizada sua operacionalização prática na pesquisa do SAF Odara.

O uso da técnica de grupo focal não é novo, mas tem ganhado destaque em pesquisas, especialmente em países subdesenvolvidos, devido à sua eficiência e praticidade no contato com a população estudada.

Os grupos focais também se tornaram populares como um mecanismo da pesquisa qualitativa para coleta de dados, podendo ser utilizados em conjunto com métodos mistos e até mesmo quantitativos. Essa técnica pode ser aplicada em diferentes paradigmas e de diversas formas (NYUMBA et al., 2018).

Os métodos de pesquisa qualitativa desempenham um papel de destaque na área das ciências sociais, incluindo as entrevistas individuais e os grupos focais. Essas são ferramentas importantes para o desenvolvimento de pesquisas e questionários rigorosos, permitindo a coleta de dados detalhados sobre o fenômeno em estudo (MAZZA; MELLO; CHIESA, 2009).

A discussão do grupo focal é freqüentemente usada como uma abordagem qualitativa para obter uma compreensão profunda das questões sociais. O método visa obter dados de um grupo de indivíduos propositalmente selecionado, em vez de uma amostra estatisticamente representativa de uma população mais ampla. (NYUMBA et. al., 2018, p.20)

A técnica usada pelos grupos focais almeja a interação entre o pesquisador, dado o momento do foco da discussão em tópicos específicos e dirigidos. Desta forma, traz um caráter mais interpretativo do que descritivo, onde motiva respostas consistentes, pois são desenvolvidas por diferentes interlocutores. (MAZZA; MELLO; CHIESA, 2009)

Seu principal objetivo é reunir informações detalhadas sobre um tópico específico (sugerido por um pesquisador, coordenador ou moderador do grupo) a partir de um grupo de participantes selecionados. Ele busca colher informações que possam proporcionar a compreensão de percepções, crenças, atitudes sobre um tema, produto ou serviços. (TRAD, 2009, p. 780)

Outros propósitos relacionados ao uso dos grupos focais podem ser levantados

nesta pesquisa, como por exemplo: a) focar o trabalho e formular questionamentos mais aprofundados sobre o tema em questão; b) proporcionar métodos de pesquisa de natureza experimental e qualitativa; c) nortear o pesquisador rumo a investigação e para a linguagem local; d) avaliar um serviço ou programa; e) levantar hipóteses de pesquisa para possíveis estudos complementares (TRAD, 2009)

Diferentemente das entrevistas individuais, os grupos focais se alicerçam na interação dos sujeitos para levantar os dados pertinentes para a pesquisa. Neste método, o pesquisador deve criar um ambiente favorável ao debate, de modo a deixar os participantes livres para manifestar seus sentimentos e pontos de vista a respeito do objeto de estudo (MINAYO, 2000)

Os integrantes de um grupo focal devem compartilhar de determinadas características em comum relacionadas à um mesmo tema central em estudo, assim, deve ser um grupo homogêneo, ou seja, os participantes selecionados devem ter um profundo conhecimento dos fatores que incidem nos dados mais relevantes (TRAD, 2009).

Nesta pesquisa o grupo focal foi usado durante a entrevista do grupo Odara, onde participaram ex-integrantes que conheciam as diferentes características do coletivo e os projetos e ações por eles desenvolvidos.

Durante a entrevistas, os ex-integrantes foram completando as suas memórias e interagindo de forma espontânea quando achavam necessário. Assim, produziu-se um material cheio de informações detalhadas sobre o passado do grupo, formação do espaço SAF Odara e demais entendimentos sobre a realidade dos processos de AU.

Para a realização da entrevista na forma de grupo focal, foi utilizada a plataforma google meet, pois os integrantes do Grupo Odara encontram-se espalhados por diferentes cidades do interior de São Paulo, e até mesmo fora do Brasil.

Para a gravação do áudio, foi utilizado um gravador de celular. O tempo total de gravação foi de aproximadamente 1 hora e 11 minutos.

A entrevista foi transcrita integralmente editor de texto pelo pesquisador que conduz esta pesquisa e se encontra no Apêndice C.

3.1.2 Análise Documental

A análise documental é um passo metodológico de extrema importância nesta pesquisa, pois por meio desse procedimento é possível obter uma visão histórica do objeto em estudo. Esse tipo de análise beneficia a observação da evolução de atores sociais, grupos, conceitos, comportamentos, ações, práticas e outros aspectos relevantes (CELLARD, 2008).

A análise documental realizada teve como objetivo obter uma compreensão mais profunda das relações estabelecidas entre os participantes e o local da AU buscando entender sua história e as motivações que foram importantes para sua transformação. Esse passo foi fundamental para esclarecer o planejamento e a implantação da AU no local em que ela está em funcionamento, assim como para compreender melhor os participantes envolvidos. Para isso, foram pesquisados documentos como fotos, filmes e outros materiais produzidos pelo grupo estudado ou por atores externos.

Esses materiais foram disponibilizados pelos ex-integrantes do grupo Odara e também foram acessados nas redes sociais de outros atores que participaram das ações de forma direta ou que compartilharam o conteúdo. Esses documentos forneceram informações importantes sobre as atividades realizadas, bem como sobre as interações e relações entre os participantes.

É importante destacar que a análise documental é uma técnica valiosa para a pesquisa em ciências sociais, pois permite uma abordagem mais abrangente e histórica do objeto de estudo. Além disso, o uso de diferentes fontes documentais pode proporcionar uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas e relações sociais envolvidas.

3.1.3 Análise de dados

Após coletar os dados por meio dos instrumentos definidos anteriormente, é necessário organizá-los para análise. A análise de dados qualitativos envolve o trabalho com todo o material obtido durante a pesquisa, como os relatos de observações, transcrições de entrevistas, análises de documentos e outras informações disponíveis (ANDRÉ; LÜDKE, 1986, p. 45).

Embora diferentes autores apresentem descrições variadas do processo de análise de dados, nesta pesquisa, a análise será composta por cinco etapas. O Quadro 3 apresenta as etapas de análise de dados conforme proposto por Moraes (1999):

Quadro 3 - Etapas de análise de dados

Etapa	Descrição	Realização
Preparação das informações	Este é o primeiro passo para a análise de dados, assim, aqui será um momento de tomada de decisão e codificação sobre todos os dados levantados nas diversas etapas do projeto de modo a fazer um primeiro levantamento do que é pertinente ou não para a pesquisa, cobrindo o objeto em questão;	O primeiro passo foi realizar a transcrição das entrevistas de forma fidedigna, assim, zelando por escrever exatamente o que foi dito pelos participantes, sejam os representantes do poder público, os integrantes do grupo Odara e os moradores do entorno do SAF Odara. Outro ponto importante, foi a observação da revisão bibliográfica das áreas sobre o urbano, identidade, agricultura urbana, formação do sujeito e etc. e o cruzamento com o teor das entrevistas.
Unitarização	Momento de interpretar e isolar as ideias de sentido da	A partir da transcrição realizou-se uma extensa e minuciosa

	temática em questão.	leitura dos materiais obtidos pelos discursos acessados nas entrevistas. Desta forma, houve um recorte, fragmentação e desconstrução dos dados obtidos, para se ter uma visão mais abrangente.
Categorização	Procedimento de separação dos dados obtidos em temas específicos	Após a desconstrução, as falas dos participantes foram isoladas em temas específicos, como: Identidade; transformação do espaço; conflitos socioambientais; agricultura urbana; sustentabilidade e etc.
Descrição	Assim que definir as categorias do material é preciso comunicar o que foi realizado na pesquisa.	A comunicação foi alcançada na forma de textos sínteses, para cada uma das categorias elencadas, expressando uma gama de significados presentes nas múltiplas unidades de análise.
Interpretação	Momento de busca da compreensão da pesquisa, assim se torna o exercício do aprofundamento da interpretação dos conteúdos	Por meio das etapas anteriores, a teoria emergiu da gama de informações obtidas, a partir disso, se traçou um movimento circular da teorização, interpretação e compreensão, assim, tornando-se um importante artifício para a análise.

Fonte: Moraes (1999)

4 ESTUDO DE CASO: O SISTEMA AGROFLORESTAL ODARA

A agricultura urbana é uma prática que tem ganhado cada vez mais adeptos ao redor do mundo, principalmente em áreas urbanas onde a disponibilidade de espaço para cultivo é limitada. Nesse contexto, o estudo de caso foi uma metodologia utilizada para compreender melhor como a AU pode ser implementada em diferentes contextos.

Ao utilizar o estudo de caso como metodologia na agricultura urbana, é possível avaliar diversos aspectos relacionados à prática, como os benefícios para a comunidade local, o impacto ambiental, as questões de segurança alimentar, os desafios na implementação e manutenção do projeto, entre outros.

Além disso, o estudo de caso foi uma ferramenta importante para compartilhar experiências e aprendizados na implementação e desenvolvimento do SAF. Ao analisar esse estudo de caso, é possível identificar boas práticas e estratégias bem-sucedidas ou não, que podem ser aplicadas em outros contextos, além de observar a possibilidade de transformação do ambiente urbano e dos sujeitos envolvidos.

A utilização de estudos de caso é uma prática comum em diversas áreas de pesquisa, incluindo a agricultura urbana. Esses estudos têm como objetivo fornecer um entendimento mais profundo e detalhado sobre um determinado fenômeno ou problema, ajudando a contextualizar e aprofundar a análise.

Ao selecionar trabalhos de estudos de caso para dialogar com a pesquisa, é possível enriquecer a discussão, trazendo exemplos concretos que ilustram as ideias e conceitos abordados na pesquisa. Isso pode ajudar a tornar o estudo mais relevante e aplicável na prática, além de possibilitar a identificação de novas questões de pesquisa a serem exploradas.

No caso específico da agricultura urbana, estudos de caso podem ser especialmente úteis, uma vez que essa prática pode variar bastante dependendo do contexto em que é implementada. Dessa forma, a análise de experiências concretas pode fornecer informações valiosas sobre as especificidades da agricultura urbana

em diferentes regiões e situações.

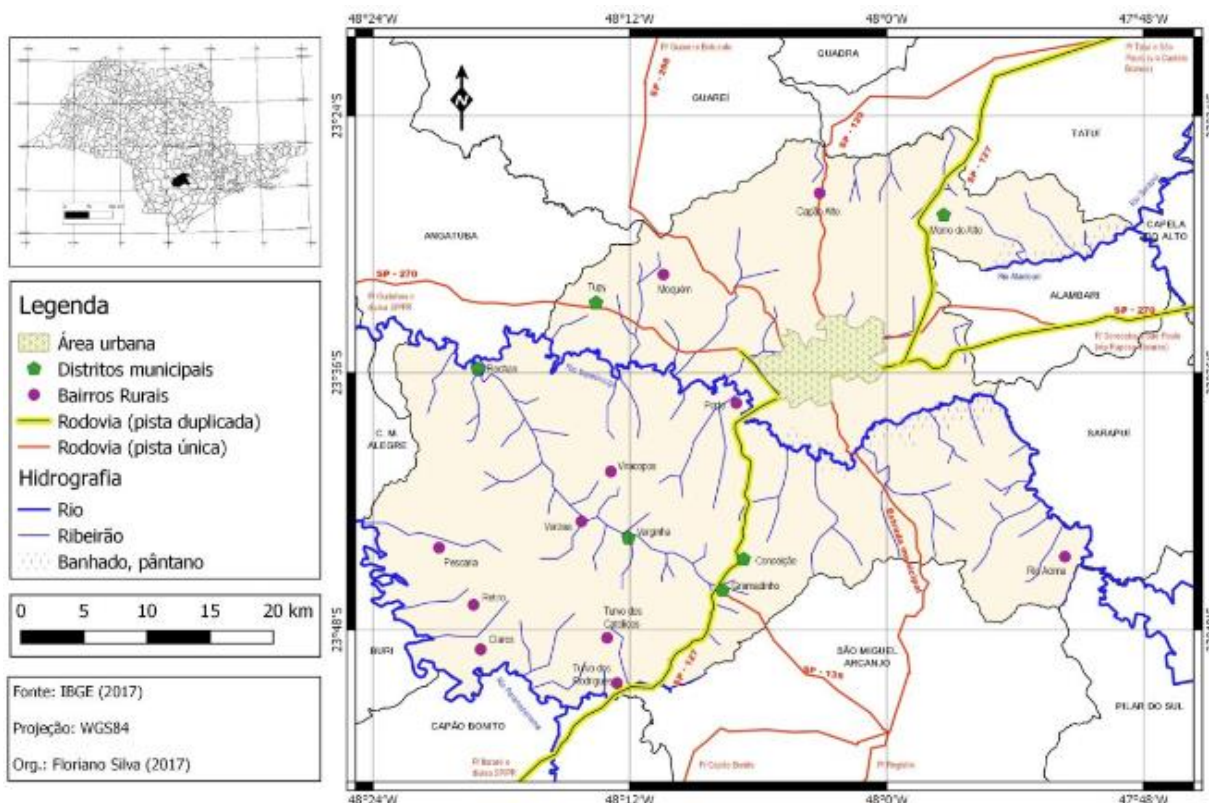
Além disso, ao trazer estudos de caso para dialogar com a pesquisa, é possível comparar diferentes abordagens e estratégias utilizadas para abordar um mesmo problema ou desafio, permitindo a identificação de melhores práticas e aprendizados que podem ser aplicados em outras situações. Isso pode contribuir para o avanço do conhecimento na área e para a melhoria das práticas de agricultura urbana.

Para isso, foram selecionados três trabalhos para análise. Será discutido um artigo acadêmico com uma pesquisa realizada em horta urbana no bairro Campeche, no município de Florianópolis, Santa Catarina, na área de segurança alimentar e nutricional (SANTOS; MACHADO, 2020), uma dissertação de mestrado destacando o "Bem VIVER" no espaço das cidades, realizada em três hortas comunitárias do município de Joinville, Santa Catarina (FREDDI, 2015), e uma tese de doutorado com foco no ativismo empregado na prática de AU em São Paulo (NAGIB, 2016)..

4.1 Caracterização do município de Itapetininga

O estudo foi realizado na cidade de Itapetininga, localizada no sudoeste do Estado de São Paulo, a aproximadamente 180 km da capital. O município possui uma população estimada de 167.106 habitantes em 2021 e abrange uma área de 1.790,35 km², sendo o terceiro maior município em extensão territorial do estado. Sua densidade demográfica é de 93,3 hab/km² (IBGE, 2022). O Mapa 1 apresenta a localização do município de Itapetininga.

Mapa 1 - Localização do município de Itapetininga/SP



Fonte: FLORIANO SILVA, 2017

A vegetação presente no município de Itapetininga é composta por parte dos biomas cerrado e mata atlântica. O cerrado é caracterizado por dois estratos principais: o herbáceo, composto por gramíneas e tufos que cobrem o solo de forma irregular e não ultrapassam um metro de altura, e o arbóreo, composto por árvores com altura máxima de oito metros, distribuídas de forma irregular e com casca grossa. Essa vegetação vai diminuindo gradualmente nas áreas periféricas do estado de São Paulo. Já a parte de mata atlântica do município é caracterizada por uma formação arbórea densa, com folhas perenes (ROMARIZ, 2008).

A hidrografia de Itapetininga é marcada pela presença do rio Itapetininga, que nasce próximo à Serra de Araçoiaba e flui na direção leste-oeste, sendo um afluente da margem direita do rio Paranapanema. O rio Itapetininga percorre cerca de 72 km pelo município. Outros rios importantes que merecem destaque são o Paranapanema, o Turvo, o Tatuí e o Sarapuí. Esses rios fazem divisa com os municípios que possuem o mesmo nome (PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA, 2022).

O clima predominante na região é classificado como subtropical úmido, com

ocorrência de ventos vindos do sul e sudeste, que trazem geadas fracas. O mês de agosto é o mais seco, com uma média de precipitação de 35,1 mm, e a média anual de precipitação é de 1217,2 mm (PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA, 2022).

A ocupação do território onde está localizado o atual município de Itapetininga teve início com a presença de indígenas ao longo da rota do Caminho de Peabiru. Essas rotas abertas pelos europeus foram importantes passagens para bandeirantes e tropeiros que seguiam para o sul do país. A partir desse contexto, o núcleo de Itapetininga se estabeleceu como um ponto de descanso para os viajantes, que aproveitavam os campos verdes e o rio que atravessava a região. Também servia como local de sustento das tropas e invernagem dos rebanhos comercializados na "Feira de Muare" em Sorocaba (NOGUEIRA, 2005).

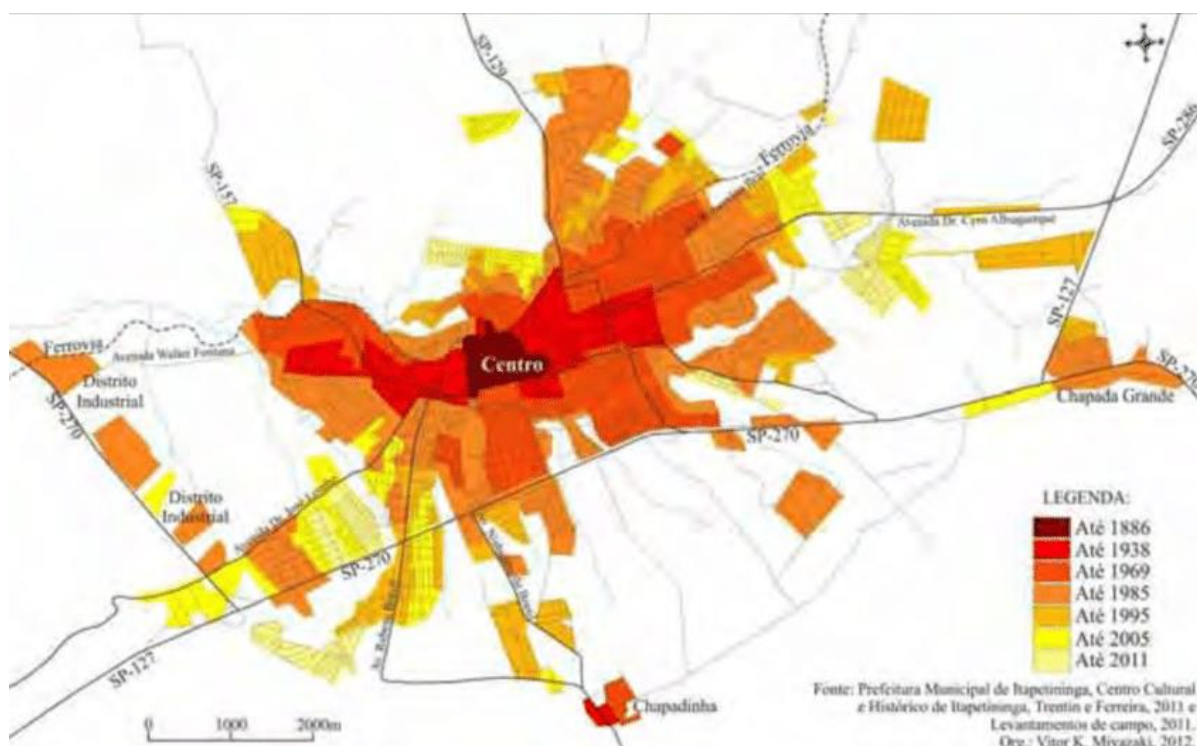
A ocupação do núcleo urbano atual de Itapetininga começou com a dinâmica da comercialização de animais, tornando-se um ponto de parada importante para os tropeiros. As ocupações foram estabelecidas nas proximidades dos pátios da igreja e da cadeia. O núcleo cresceu em direção leste, em direção aos ribeirões do Chá e dos Cavalos (MIYAZAKI, 2013).

O primeiro povoado de Itapetininga foi estabelecido em 1724. Em 1760, Domingos José Vieira e alguns portugueses que residiam em Sorocaba migraram para a região em busca de um novo local para se estabelecer. Em 5 de novembro de 1770, o novo núcleo de tropeiros recebeu o nome de "Vila Nossa Senhora dos Prazeres de Itapetininga", fundando a nova freguesia da comarca da província do Estado de São Paulo. Somente em 1855, o município foi elevado à categoria de município, emancipando-se de Sorocaba (PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA, 2022).

No final do século XIX, com a chegada da Estrada de Ferro Sorocabana, que conectava o município a Sorocaba e São Paulo, teve início uma nova fase de expansão da área urbana de Itapetininga. O crescimento seguiu o traçado da ferrovia, tanto para o leste quanto para o oeste. A ferrovia continuou em direção ao sul do país, passando por Itararé (SP) (ABUÁZAR, 1975).

A vila teve um rápido crescimento populacional devido à chegada da estrada de ferro, o que resultou em melhorias e expansão das infraestruturas para a população. Assim, Itapetininga consolidou-se como um dos principais núcleos urbanos da região sudoeste do estado de São Paulo. A construção da Escola Normal no início do século XX foi um marco nesse processo. O mapa 2 mostra a expansão territorial do município de Itapetininga (ABUAZAR, 1975)).

Mapa 2 - Expansão territorial do município de Itapetininga (1886-2011)



Fonte: MIYAZAKI, 2013

A lógica do crescimento do transporte rodoviário também teve importantes consequências para a expansão territorial urbana do município. Em 1920, ocorreu a abertura da Rodovia Raposo Tavares (SP-270) e sua pavimentação na década de 50. Além disso, foi construída a Rodovia Francisco da Silva Pontes (SP-127), que conecta a Rodovia Aristides da Costa Barros (SP-157) em direção a Guareí, e a Rodovia Antônio Romano Schincariol (SP-127), em direção ao norte, até Tatuí (MIYAZAKI, 2013).

Entre as décadas de 1940 e 1990, o ritmo de urbanização foi marcado pelo crescimento de conjuntos habitacionais e novos loteamentos, resultando em áreas urbanas mais dispersas e descontínuas. Esse processo valorizou as áreas

desocupadas e impulsionou o setor imobiliário em geral (ALMEIDA *et al.*, 2018).

A partir de 2008, a economia do município teve um novo impulso e houve um crescimento ainda maior dos espaços urbanos vazios dispersos pelo território. No entanto, essa expansão não alterou significativamente a configuração descontínua que caracteriza a forma urbana de Itapetininga (ALMEIDA *et al.*, 2018)

4.1.1 Desenvolvimento sustentável e agricultura urbana em Itapetininga

Para a discussão deste tópico, serão utilizadas as entrevistas realizadas com a Secretaria de Meio Ambiente e a Secretaria de Agricultura, Agronegócio, Trabalho e Desenvolvimento (Apêndice C). Participaram das entrevistas os secretários dos órgãos mencionados anteriormente, acompanhados por técnicos especializados nas respectivas áreas de atuação. A partir dos dados obtidos nessas entrevistas, será traçada uma linha de desenvolvimento relacionada à sustentabilidade e à agricultura urbana.

Segundo as secretarias, existem projetos em andamento e outros a serem desenvolvidos que contribuem para a construção da sustentabilidade no município de Itapetininga. A Secretaria de Agricultura, Agronegócio, Trabalho e Desenvolvimento relata que busca, por meio de diferentes projetos, melhorar a qualidade de vida e gerar renda, especialmente para os pequenos e médios agricultores. O objetivo é capacitá-los e facilitar o acesso à regularização dos produtos produzidos pelas famílias rurais.

Gerônimo (informação verbal, 2022) observou que:

A secretaria de agricultura ela trabalha e o número de agricultores familiares é grande. São mais de 3.000 propriedades no município. Quase 90% é agricultura familiar...Então veja bem. Um dos problemas que nós temos é que muitos desses agricultores familiares, eles procuram agregar valor ao produto deles, tipo fazer um doce, fazer um queijo, fazer algum suco, alguma coisa e tal. Então a secretaria tem procurado trabalhar na orientação de como fazer a coisa correta. Muitas dessas pessoas são fiscalizadas ambientalmente pela CETESB, e a CETESB, muitas vezes, devido à falta de pessoal, com certeza, então quando ela vai atrás dessas pessoas, ela vai porque recebeu alguma

denúncia. Ela vai e notifica e autua, e a multa acaba inviabilizando a atividade da pessoa. Então uma coisa que nós estamos desenvolvendo aqui no município é a parte legal. Entrar em contato com o Conselho Estadual de Meio Ambiente. Estamos buscando fazer o licenciamento ambiental municipal, porque, diferentemente das ações que acontecem, o nosso objetivo é no sentido de trabalhar na forma educativa, por exemplo: como trabalhar os resíduos, entendeu?! Como fazer o tratamento fossa séptica, trabalhar a questão da sustentabilidade. A gente quer fazer o licenciamento ambiental Municipal e estamos trabalhando nisso. Estamos mudando o Código Ambiental para ter isso pronto. O jurídico deve estar analisando para mandar para câmara a mudança do Código Ambiental municipal. O decreto municipal de licenciamento e fazer um convênio com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente para que o município possa fazer isso legalmente. Fazer o licenciamento de pequena e média complexidade. E o objetivo é justamente trabalhar na questão da sustentabilidade, educando o pequeno agricultor e agregar o maior valor a propriedade. A manter o agricultor no local e gerar renda e melhor qualidade de vida, respeitando o meio em que eles vivem.

A secretaria reconhece que uma das formas de avançar em direção à sustentabilidade é promover a conscientização dos agricultores em relação ao seu espaço e à sua produção. Acredita-se que a multa por si só não é suficiente, pois apenas pune sem ensinar a maneira adequada de manejar e produzir os produtos da agricultura familiar.

No entanto, mesmo com programas incentivados pela secretaria municipal, a Agricultura Familiar no Brasil muitas vezes enfrenta a falta de informações e assistência técnica para desenvolver projetos e acessar programas de políticas públicas que visam aumentar e qualificar a mão de obra. Além disso, os pequenos agricultores enfrentam desafios como a limitação de área, escassez de recursos financeiros, falta de regulamentação dos processos artesanais de produção de alimentos, entre outros. Esses fatores acabam limitando a competitividade e o desenvolvimento desses agricultores (BEZERRA; SCHLINDWEIN, 2017).

A prática promovida pela secretaria municipal como um caminho para a sustentabilidade está longe de ser suficiente. A agricultura sustentável envolve a preservação dos recursos naturais ao longo do tempo. A implementação de técnicas que reduzam o uso de insumos industriais e substituam os agrotóxicos por alternativas biológicas ou biotecnológicas pode consolidar a sustentabilidade no campo. Embora seja uma solução de curto prazo, não é a única (EHLERS, 1995).

É necessário combinar essas técnicas com transformações econômicas,

sociais e ambientais ao longo da cadeia agroalimentar. Erradicar a fome e a pobreza, melhorar a qualidade de vida de milhões de pessoas e facilitar o acesso à terra para consolidar uma ética de equidade social são alguns dos desafios na construção da agricultura sustentável (EHLERS, 1995).

A implementação desse tipo de cultivo não será fácil, pois requer a criação de uma nova ciência comprometida com os interesses sociais e ecológicos dos movimentos populares, bem como a articulação entre as ciências sociais e naturais para compreender os problemas socioambientais atuais e buscar soluções verdadeiramente sustentáveis. Também exige um confronto político com os interesses econômicos que dominaram o desenvolvimento agrícola do capitalismo industrial nos últimos 130 anos (MOREIRA; CARMO, 2004)

A Solange (informação verbal, 2022) ainda completa a necessidade do desenvolvimento desta consciência falando sobre o trabalho desta secretaria.

A nossa secretaria ela é muito menos social e muito mais a dar recursos e agregar valor ao pequeno produtor, por exemplo. A gente produz o leite, a gente faz o queijo. Transforma porco em linguiça... produção artesanal. Eu falei de um padrão exigido pela lei. Então, as leis foram as primeiras coisas que a gente se preocupou com o SIM e SISBI-POA Nós somos a quinta cidade que adequou as leis do SIM e SISBI-POA. Então, hoje a gente tá dentro do padrão. Pode ser vendido em todo o território nacional. Ele cria ferramentas, faz essas leis para que as pessoas possam fazer melhor uso e possam produzir. Aqui a gente tem o leite, a linguiça que é muito forte na nossa região que chegou a receber um prêmio. Obtendo o SISBI a gente faz com que eles possam produzir cada vez melhor. também vamos em busca de melhoria. Essa é a nossa função. A parte social é criar ferramentas para que eles possam produzir melhor e agregar mais valor aos produtos em busca de uma melhor forma de se sustentarem. A gente quer manter a sucessão familiar no campo, porque se não ocorre que as pessoas vão para cidade, o que aconteceu comigo e com você. Também queremos segurar as pessoas no campo

Existem vários programas que auxiliam no fortalecimento da agricultura familiar no país. No entanto, é importante ressaltar que as políticas de custeio agrícola, tanto econômicas quanto sociais, desempenham um papel determinante para o fortalecimento desses agricultores (BEZERRA; SCHLINDWEIN, 2017).

Segundo Solange (informação verbal, 2022), esse tipo de trabalho é uma forma

de conter o êxodo rural que ocorre no país, como mencionado anteriormente na revisão de literatura. O município de Itapetininga também enfrenta o mesmo processo de migração vivenciado pelo Brasil, e esse tipo de ação pode ser uma maneira de manter a sucessão familiar no campo.

O processo de sucessão familiar é de extrema importância para a sobrevivência das empresas familiares rurais. Portanto, cabe ao gestor adotar medidas sobre como proceder com a escolha da sucessão. No entanto, existem diversos fatores que influenciam nessa sucessão, como falta de interesse dos filhos, falta de preparação no processo e falta de políticas públicas que ofereçam as condições necessárias para que os jovens queiram permanecer no campo (BRIZZOLLA *et al.*, 2020).

O processo de sucessão é de extrema importância no país, uma vez que a agricultura familiar é responsável por uma parcela considerável dos alimentos que chegam às casas dos brasileiros, sendo fundamental para a economia e a sociedade não apenas do Brasil, mas também mundialmente (SILVA; DORNELAS, 2020).

O faturamento anual do Brasil na produção agrícola familiar ultrapassa US\$ 55 bilhões, colocando o país em oitavo lugar em faturamento anual nesse tipo de produção, que representa 84% dos estabelecimentos rurais familiares (Brasil, 2018).

O processo de transformação das cidades e os processos de mecanização do campo também estão presentes em Itapetininga, onde a população também realiza migrações em direção à zona urbana do município ou para outras cidades da região, principalmente Sorocaba e São Paulo, que são polos regionais e nacionais de atração.

Na área rural, foi mencionado que um funcionário e engenheiro da prefeitura realizou um trabalho de georreferenciamento das propriedades rurais do município, que tem sido uma ferramenta complementar para o desenvolvimento do campo e a assessoria aos produtores locais.

Gerônimo observa que:

Hoje em dia, na verdade, o maior problema é o camarada vender aquilo que ele produz. E hoje existem muitas ferramentas virtuais, então o camarada precisa ter uma localização nesse mundo virtual. Se ele não tiver localizado,

ele não existe. Essa ferramenta cria a cidadania para o camarada, que a partir daí, ele passa a ser uma pessoa no mundo

A informação no campo ainda é escassa no Brasil, porém, é de extrema importância para auxiliar no processo produtivo e de venda, especialmente considerando os processos de globalização, que se baseiam na incorporação de ferramentas tecnológicas cada vez mais avançadas.

No entanto, o georreferenciamento fundiário pode estar associado à mercantilização da terra em algumas situações. Isso ocorre porque o georreferenciamento é uma técnica utilizada para estabelecer limites precisos em terrenos e propriedades, o que pode contribuir para a criação de títulos de propriedade mais claros e seguros. Esses títulos, por sua vez, podem ser usados como instrumentos para a venda, compra ou transferência de terras, o que pode favorecer a lógica capitalista.

Quando a terra é vista como uma mercadoria, ela passa a ser tratada como um ativo financeiro, sujeito a flutuações de preço e demanda. Isso pode levar à concentração de terras nas mãos de grandes proprietários e corporações, em detrimento de pequenos agricultores e comunidades tradicionais que dependem da terra para sua subsistência e sustentabilidade.

Além disso, o georreferenciamento pode ser usado como uma ferramenta para a apropriação privada de terras públicas ou comunitárias, muitas vezes de forma ilegal. Com a definição precisa dos limites de uma propriedade, algumas pessoas podem buscar incorporar áreas que antes eram utilizadas coletivamente ou que pertenciam ao domínio público, levando à exclusão de outros grupos ou ao esgotamento dos recursos naturais.

Portanto, é importante que o georreferenciamento seja usado de forma responsável e justa, com o objetivo de garantir a segurança e a sustentabilidade do acesso à terra para todos, e não apenas para beneficiar interesses privados ou corporativos. É fundamental que o processo de georreferenciamento esteja integrado a políticas públicas de reforma agrária, proteção dos direitos de comunidades tradicionais e preservação ambiental, garantindo o acesso à terra para fins de

produção de alimentos, habitação e preservação cultural.

A Secretaria do Meio Ambiente também trabalha com projetos relacionados à sustentabilidade, como o "Adote uma Praça" e o "Câmbio Verde", que são alguns dos vetores de melhoria e acesso a recursos, além da pontuação referente ao projeto "Município Verde e Azul" (informação verbal, 2022):

Como a gente participa do "município verde e azul" a gente tem que seguir algumas metas, né. Para a gente conseguir pontuar, por exemplo, aqui na cidade foi criado o "adote uma praça" que funciona da seguinte forma: as empresas privadas acabam adotando uma praça e essa parte de cuidado da praça, plantação de árvores, de paisagismo todo, fica a cargo das empresas. Temos também o "câmbio verde" que a população traz o reciclado em troca de alimento. As pessoas mais carentes às vezes acabam passando por nesse projeto. Esses são os projetos que nós temos aqui voltado à essa área, fora as vistorias de rotina.

O programa "Câmbio Verde" tem potencial para contribuir como política pública de segurança alimentar e nutricional, devido à sua abrangência social e alimentar. No entanto, seria interessante se ele pudesse abranger também políticas de educação e geração de renda, garantindo assim uma melhor qualidade de vida para os participantes.

A crescente produção de lixo é indesejada pela população, que busca descartá-lo de maneira adequada. É importante solucionar rapidamente o problema dos resíduos sólidos para proteger a saúde pública e o meio ambiente. Além disso, a reciclagem e o reaproveitamento de materiais são incentivados para gerar emprego e renda, além de otimizar a sustentabilidade ao minimizar o uso de matérias-primas e energia (SEBATAI, 1997).

A coleta seletiva contribui para a redução da produção de lixo na fonte geradora, bem como para a reutilização e reciclagem de matérias-primas, proporcionando renda e inclusão social, e reduzindo o impacto ambiental causado pelo descarte inadequado dos resíduos (JACOBI, 2006).

A Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), tem como um de seus princípios, no art. 6, inciso VIII, "o

reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania" (BRASIL, 2010).

Os catadores de reciclagem podem ser valorizados como atores importantes na gestão dos resíduos urbanos, proporcionando renda para cerca de 1 milhão de pessoas organizadas em cooperativas ou trabalhando individualmente nas ruas do país (CORRÊA; CORRÊA, 2009).

O catador é o agente capaz de capturar para o processo produtivo o que foi jogado fora e tornar este recurso "morto" novamente em valor de uso e valor de troca, criando produtos derivados de ricas reservas naturais sem possuir alguma; eis a fantástica "mágica" do processo de reciclagem de lixo: gerar riqueza de coisas que já tinham seu destino traçado pela irracionalidade humana (MAGERA, 2003, p. 85).

Outro projeto que auxilia o município em busca da sustentabilidade lembrado por Gabriel (informação verbal, 2022), foi o ponto de entrega voluntário (PEV)

A gente tem o PEV, um ponto de entrega voluntária. Por exemplo, o pessoal que vai fazer uma reforma, quebrar uma parede, fazer uma poda de uma árvore, quebrou o armário...para pessoa não ter que alugar caçamba e ter que levar, a gente autoriza a pessoa e ele faz o frete para colocar e acaba descarregando ali. A gente leva para o lugar correto.

O Programa de Entrega Voluntária (PEV) é uma importante ferramenta de combate à poluição em terrenos baldios, vias públicas e corpos hídricos. O acúmulo de resíduos sem um local adequado de descarte pode se tornar um criadouro de animais peçonhentos.

Essa ação é semelhante aos ecopontos presentes em várias cidades do país, que utilizam a logística reversa pós-consumo, na qual os descartes feitos pela sociedade têm uma destinação correta ou até mesmo podem retornar ao ciclo de negócios e produtivo.

A reciclagem envolve quatro etapas logísticas de reversão: coleta, inspeção,

seleção e triagem, reprocessamento e redistribuição. Os ecopontos se concentram na primeira etapa desse processo logístico, contribuindo para a destinação adequada dos resíduos em aterros ou para sua reinserção no processo produtivo, prolongando assim o ciclo de vida desses materiais (RESCH; MATHEUS; FERREIRA, 2012).

Em relação à Agricultura Urbana (AU) em Itapetininga, seu desenvolvimento é de responsabilidade da Secretaria de Agricultura, Agronegócio, Trabalho e Desenvolvimento. No entanto, uma ação principal vem sendo desenvolvida há quase 10 anos na Vila Sotemo, como mostrado na Figura 4.

Essa horta comunitária está localizada em uma área de 5.000m² e produz legumes, verduras e frutas. A Prefeitura é responsável por ceder o terreno, fornecer capacitação técnica com especialistas da área, além de oferecer suporte e alguns materiais e implementos agrícolas (JORNAL DE ITAPETININGA, 2021)

Figura 4 - Horta da vila Sotemo



Fonte: G1 ITAPETININGA E REGIÃO, 2021

É interessante observar que a horta comunitária da Vila Sotemo, apesar de atualmente contar apenas com três participantes, tem sido uma fonte de geração de renda para a comunidade local. No entanto, a falta de fixação das pessoas nesse local de produção pode indicar erros no desenvolvimento da atividade agrícola urbana.

Um desses erros pode ser a falta de fortalecimento comunitário. O sentimento de pertencimento local é um aspecto importante a ser desenvolvido, uma vez que a participação em atividades comunitárias nas hortas pode promover esse tipo de sentimento, levando ao desenvolvimento de valores e atitudes positivas em relação ao local e às pessoas envolvidas.

O pertencimento pode construir uma identidade coletiva no sujeito, levando-o a pensar de forma coletiva e a ter um olhar crítico e reflexivo sobre a realidade. Nesse sentido, as hortas comunitárias proporcionam uma nova maneira de envolvimento cidadão, baseada nos princípios da educação popular de Freire, nas abordagens participativas, autônomas e libertadoras, e nos processos que visam o desenvolvimento sustentável da comunidade local (RIBEIRO *et al.*, 2012).

A agricultura urbana desempenha um papel importante no desenvolvimento do sentimento de pertencimento e identidade. Para que essa prática seja efetiva, é essencial considerar aspectos como o diálogo, a participação dos grupos envolvidos, a integração entre eles, as trocas de experiências, os valores éticos e o respeito, bem como as particularidades individuais e coletivas da cultura e do ambiente local.

Além disso, o projeto Tangará, que será realizado no mesmo local da horta comunitária da Vila Sotemo, tem o objetivo de integrar ainda mais projetos de sustentabilidade no município de Itapetininga, ampliando as iniciativas voltadas para a agricultura urbana e outras práticas sustentáveis.

Solange (informação verbal, 2022) expõe os preceitos do projeto:

O Tangará é um projeto de bio casas. É mais um projeto que a gente vai desenvolver lá na vila Sotemo. A associação me procurou no final de semana para pedir para conversar com a prefeita, para fazer alguma coisa social lá, e esse projeto estava procurando parceiros....leitura projeto Tangará.... Eles têm todo esse projeto pronto. E eles tinham a parceria ali perto da marginal, no Jardim Fogaça, com pesqueiro e tal. E ele acabou a parceria com eles, porque parece que ela já estava virando um condomínio. Aí o cara precisou tirar eles de lá. Aí eles estão desesperados, pois se eles não achassem um local eles perderiam a verba. Eu estou colocando eles junto. Já tenho uma reunião segunda-feira às 8:30 da manhã com a associação, um representante da Tangará e a prefeitura para a gente ver a possibilidade de um outro terreno ou até mesmo de um pedaço da horta e liberar para eles fazerem o projeto. Então, esse projeto vai terminar a construção de uma sede que eles mesmos vão fazer, e aí essa sede vai dar cursos de capacitação e trabalho continuo

para a população.

A bioconstrução é um passo importante para a mudança de comportamento e a construção de ambientes sustentáveis, pois, por meio do uso de materiais de baixo impacto ambiental e da adequação do projeto arquitetônico ao clima local, ela passa a ser um sistema construtivo que respeita o meio ambiente. Utilizando os princípios de permacultura, a esta prática é uma alternativa mais consciente e sustentável para diminuir os impactos da construção civil.

A permacultura é "a integração harmoniosa entre as pessoas e a paisagem, provendo alimento, energia, abrigo e outras necessidades, materiais ou não, de forma sustentável" (MOLLISON; SLAY, 1998, p.5).

Outro projeto de horta está sendo desenvolvido, porém será destinado à produção de plantas medicinais em conjunto com a secretaria de saúde e a ETEC (Escola Técnica).

Solange (informação verbal, 2022) destaca que as plantas medicinais serão utilizadas para a prescrição de medicamentos nas unidades de saúde do município.

Tem um treinamento que todos os funcionários passam para entender. Como que faz essa prescrição...vai ser um projeto bem legal! Esse projeto ainda está bem no início. Fazendo parte da documentação, mas a gente está super animado. A saúde nos chamou para fazer a parceria e no mesmo dia que eles me ligaram, me ligou a Etec, que é nossa parceira. Eles estavam com curso de química e estavam interessados em produzir com a "Farmácia Viva" e se município não tinha interesse de participar...se secretaria não queria participar.

As plantas medicinais são uma importante fonte de conhecimento tradicional local. Elas são utilizadas pelas pessoas para tratar diversas condições que podem afetar o corpo humano. Em municípios do interior, como Itapetininga, essa prática é conduzida principalmente por pessoas mais idosas, como benzedeiros e curandeiros, que possuem conhecimentos transmitidos por seus ancestrais.

Esse aspecto também é uma ferramenta relevante na prática de educação

ambiental, pois pode ser utilizado como um recurso pedagógico eficaz, valorizando as vivências e experiências das populações tradicionais em uma abordagem educativa-ambiental.

A popularidade do cultivo de plantas medicinais tem aumentado devido ao apoio de especialistas, como técnicos e médicos, e ao desenvolvimento de novos métodos terapêuticos e tratamentos mais acessíveis e econômicos para populações de baixa renda (MACHADO; MACHADO, 2002).

Conforme discutido neste trabalho, a agricultura urbana com enfoque agroecológico fortalece a produção de plantas medicinais, que fazem parte da tradição da população que valoriza práticas curativas antigas, seja por meio de terapias naturais ou como uma alternativa à medicina convencional. Essas iniciativas locais valorizam o conhecimento popular e o trabalho realizado por homens e mulheres em seus pequenos jardins produtivos (GONÇALVES et al., 2020).

Durante a entrevista, Arnaldo (informação verbal, 2022) mencionou mais duas iniciativas de hortas comunitárias, porém uma delas não se concretizou e a outra foi encerrada logo no início.

Em outro local na Vila Palmeiras, ali em cima, o pessoal começou, mas já houve discussão e logo terminaram. Nem começaram direito. Acharam que o outro ia ganhar, mas o outro não...

Projetos de agricultura urbana exigem um longo trabalho de conscientização e envolvimento da comunidade, pois a falta de incentivo pode prejudicar o desenvolvimento e a consolidação das iniciativas desde o início, ou causar problemas durante a implementação. Nesse caso específico, a falta de informações e uma atuação mais proativa por parte do poder público municipal de Itapetininga podem ter sido fatores que contribuíram para o insucesso dessa ação.

A outra horta comunitária ainda está em fase de planejamento. Solange (informação verbal, 2022) também destacou a importância da disponibilidade de água para a implementação de projetos de agricultura urbana.

Tem mais um terreno que talvez faça outro projeto. Tem um outro aqui no Jardim Brasil que nós estamos vendo também. Já mandamos fazer análise da água, porque lá tem bastante água. Tem outro que nos procuraram, mas não há viabilidade, porque não tem água. Para você conseguir fazer, você teria que ter um poço, ter uma estrutura de água potável junto, porque não dá para você mandar água da rua junto.

Quando a secretaria de Agricultura, Agronegócio, Trabalho e Desenvolvimento foi questionada a respeito do SAF Odara, os representantes demonstraram ter um entendimento superficial do projeto desenvolvido.

Até onde eu sei, implantaram o sistema de uma maneira aleatória. E nem foi acordada com o meio ambiente e tal. Parece que teve uma dificuldade. Até onde eu sei era um grupo de amigos, eles tinham visão, a filosofia desse trabalho que foi se acabando e depois parou. Mas não sei como que o ambiente conduziu.

Solange (informação verbal, 2022) ainda lembrou vagamente do conflito que ocorreu entre o poder público e o grupo Odara no local onde está implantado o SAF.

Na época que foi fazer aquela mudança, aí foi feito o projeto eles ficaram bravos, eles fizeram algo de uma forma muito aleatória, não seguiram planejamento realmente de mata ciliar.

No próximo tópico, o conflito socioambiental ocorrido no SAF mencionado anteriormente será abordado com mais detalhes, levando em consideração também a perspectiva dos participantes do grupo Odara.

Quando questionada sobre o conhecimento do SAF, a Secretaria do Meio Ambiente afirmou estar ciente de sua localização e observou que a área na qual ele está situado faz parte do projeto "Adote uma Praça", conforme ilustrado na figura 5. Essa área é patrocinada e administrada por empresas do município. No entanto, a manutenção do espaço se limita ao corte da grama, capim e à poda das plantas presentes naquela área. Nenhuma dessas ações demonstra interesse nos princípios

do manejo agroecológico, tampouco na manutenção do espaço como uma área de produção de alimentos ou de educação ambiental.

Figura 5 - Placa do programa "adote uma praça" próxima do SAF



Fonte: Arquivo pessoal

Mesmo que as duas secretarias não tenham desenvolvido um projeto voltado para a AU naquele local específico, elas se mostraram abertas a contribuir caso o grupo Odara apresente possíveis ações que possam ser desenvolvidas em parceria com o poder público local.

No entanto, o discurso e as ações do poder público municipal parecem estar em conflito, já que o diálogo apresentado na pesquisa não está alinhado com o que foi efetivamente realizado. A preferência por novos locais para a implementação de projetos de AU resultou em fracassos imediatos, apesar de já existir um grupo ativo e capacitado, como o grupo Odara, em um local já em desenvolvimento, o SAF Odara.

Mesmo com a dissolução do grupo Odara, a prefeitura municipal poderia ter dado continuidade a projetos de educação ambiental, soberania alimentar e outros, visando à produção de alimentos de qualidade para a população, à transformação da paisagem urbana e à formação de cidadãos conscientes e ativos. Isso teria fortalecido os vínculos comunitários e desenvolvido habilidades práticas de preservação do meio ambiente e de uma nova forma de produção urbana.

No entanto, como observado nas visitas in loco e nas declarações dos

entrevistados do poder público municipal, o espaço atualmente tem uma presença meramente paisagística, servindo como propaganda para grupos de comerciantes locais, deixando as verdadeiras potencialidades da AU em segundo plano.

Apesar das secretarias abordadas terem apresentado diferentes projetos relacionados à questão ambiental, os projetos de Agricultura Urbana no município pareceram ter uma execução e desenvolvimento extremamente frágeis e falhos. Ao discutir as possíveis causas para o insucesso das ações, as consequências resultantes mostram que a AU de base agroecológica em Itapetininga está longe de ser uma possibilidade real.

A ineficiência do poder público em implementar projetos de AU é um grande obstáculo para o desenvolvimento dessa prática no município. Essa dificuldade na execução pode ser observada, por exemplo, na falta de investimentos na capacitação de agricultores urbanos, no fornecimento limitado de insumos e ferramentas para a produção de alimentos e no pouco suporte para a comercialização dos produtos. Além disso, é comum a falta de infraestrutura e de espaços adequados para a prática da AU, o que dificulta ainda mais o seu desenvolvimento.

Outro fator que contribui para a ineficiência do poder público em apoiar projetos de Agricultura Urbana é a falta de conscientização sobre a importância dessa prática para a cidade e para a população. Muitas vezes, as autoridades locais veem a AU como algo sem importância ou muito complexo de se implementar, sem compreender que essa prática pode trazer muitos benefícios para a cidade, como a produção de alimentos saudáveis e a promoção de uma cidade mais democrática, justa e ecologicamente correta,

Esses e outros pontos serão abordados nas mais adiante, mas pela visão e discussão realizada com o grupo Odara por meio de uma entrevista semi-estruturada conduzida por grupo focal

4.2 O SAF Odara

O grupo Odara foi formado por um grupo de colegas do município de Itapetininga, em 2018, com o objetivo de realizar intervenções ambientais, promover projetos agroecológicos e conscientização no interior de São Paulo.

Paulo relatou o início do grupo

Acho que a ideia foi uma intervenção ali na área (SAF ODARA), trabalhar, fazer uma intervenção ambiental na mata ciliar, e as coisas foram acontecendo. Mutirões e encontros com diversos objetivos (informação verbal, 2022).

Maurício completa o desenvolvimento espontâneo da atuação do grupo.

A gente começou a fazer uma intervenção naquela área plantando e depois novas pessoas vieram agregar no grupo. A gente fez algumas oficinas lá na área. Depois a gente começou a partilhar esse conhecimento em outros espaços. A gente foi numa fazenda e depois em uma Pousada Ecológica. Conseguimos chegar em Tatuí. Existiam propostas diferentes. Uma era um atrativo turístico para trazer mais pássaros. E a outra proposta era para fazer algo mais produtivo, para comercializar (informação verbal, 2022).

Quando o grupo começou a tomar forma e visibilidade, os integrantes acharam necessário criar uma identidade visual para dar mais força e visibilidade para as atividades com a temática ambiental que eles começaram a desenvolver na região de Itapetininga.

Ah! uma outra coisa que eu lembro. Estava eu Felipão e aí a gente começou a pensar: “Viu cara, a gente tem que ir para internet fazer um vídeo”. Mas ninguém queria aparecer no vídeo. Aí a gente fez o Instagram e uma página no Facebook. Esta foi uma maneira da gente criar uma identidade. Assim apareceu o nome Odara (Maurício, informação verbal, 2022).

O grupo Odara pode ser encontrado no Facebook e Instagram com o nome de Odara - Soluções Agroecológicas. Embora as páginas estejam inativas há alguns anos, as postagens compartilhadas referem-se às atividades que o grupo desenvolvia no SAF Odara, oficinas e ações nos municípios de Itapetininga e região, além de postagens relacionadas à conscientização ambiental, dicas e curiosidades sobre a temática.

Os estudos de caso apresentados neste trabalho seguem caminhos semelhantes na formação dos locais de cultivo. A horta comunitária do bairro Campeche, em Florianópolis, foi criada em 2017 por meio de uma mobilização histórica da comunidade para lidar com os resíduos sólidos locais. Essa ação coletiva resultou na fundação da horta em um espaço público do Campo de Aviação do Campeche, com o objetivo principal de promover saúde, lazer e educação agroecológica na comunidade. Onze pessoas participam dessa atividade (SANTOS; MACHADO, 2020).

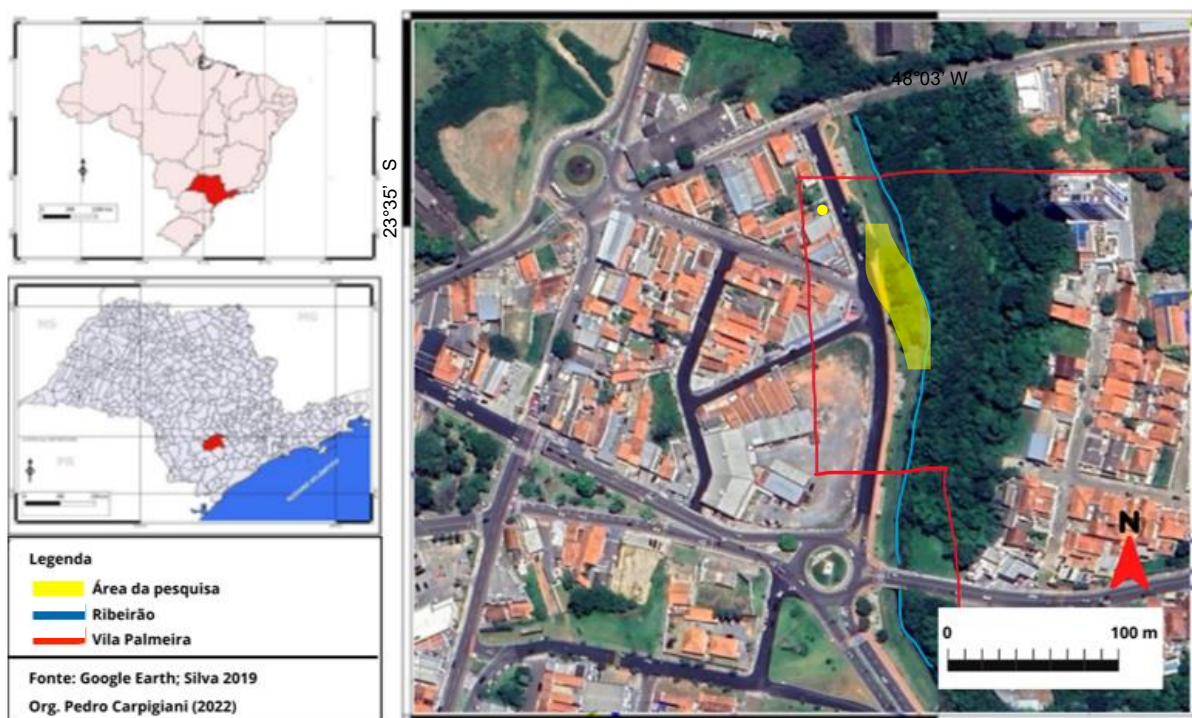
A dissertação de mestrado selecionada para aprofundamento apresenta três diferentes experiências em Joinville. A horta comunitária Girassol e a horta comunitária dos Ipês estão em funcionamento desde 2011 em um terreno público. A horta comunitária da Figueira está em funcionamento desde 2013 em uma praça pública. Todas essas ações foram criadas com o objetivo de promover o bem-estar. Algumas dessas iniciativas chegaram a ter 25 famílias cadastradas, mas ao longo do tempo o número de participantes diminuiu (FREDDI, 2015).

A última experiência abordada na dissertação é a Horta das Corujas, no município de São Paulo, criada em 2012 na praça das Corujas, com o objetivo de criar estratégias para ocupação dos espaços públicos por meio da criação de uma horta comunitária. Essa horta conta com o desenvolvimento do grupo Hortelões Urbanos e, por meio de suas atividades e mutirões, atrai um número expressivo de pessoas, embora com grande rotatividade (NAGIB, 2016).

4.2.1 O início e desenvolvimento do SAF Odara

Como mencionado anteriormente, o SAF surgiu basicamente com o início do grupo. As primeiras atividades de um foram o início do outro. Assim, o SAF Odara se desenvolve e está localizado na rua Paulo Quadri Prestes, próximo ao número 88, na Vila Palmeira, entre os bairros Vila Rio Branco e Vila Cubatão. Está situado em uma zona bastante urbanizada ao redor da área de cultivo. Apesar de estar no meio da cidade, a região possui um pequeno ribeirão e uma área de mata ciliar, como apresentado no Mapa 3.

Mapa 3 - Localização do SAF Odara



Fonte: Google Earth

O local foi escolhido por causa de algumas características apresentadas que segundo o João foi:

Uma referência que eu tenho é que aquela é uma marginal onde o pessoal caminha de manhã, e ali era o trecho que o pessoal chegava até aquele trecho e voltava. Ali era o final daquele trecho e, hoje em dia, ela meio que virou uma praça. Então as pessoas começaram a caminhar até lá e olhar o

espaço. Teve essa mudança (informação verbal, 2022).

O integrante completa a necessidade daquele espaço estar “pedindo” uma intervenção, pois por ele ser um local de passagem de pessoas que caminhavam e praticavam o lazer por ali, aquele lugar seria de interesse para interagir com o público local.

Olha, eu acho que é questão de ele ser em espaço de mata ciliar e que estava sem nada. Era um lugar meio esquecido, no fundão onde passava o bastante gente, mas através de uma intervenção, poderia ser um espaço bacana que a gente estaria fazendo. Era um lugar que estava pedindo alguma coisa. Um baita de um gramado na beira do rio e não tinha nada. Surgiu mais ou menos assim, pela vontade de fazer alguma coisa e achar que ela queria espaço adequado informação verbal, 2022).

Além disso, relataram que aquela área ainda poderia ser transformada em um local de produção de alimentos e ações agroecológicas, pois era um espaço com um córrego poluído segundo os relatos e as observações que constataram na área de manejo que seria implantada. Na Figura 6, pode se observar o início do SAF.

Figura 6 - Área inicial do SAF ODARA



Fonte: Facebook grupo Odara (2018)

Assim como a AU, o SAF Odara também é um agente de transformação da paisagem e da função urbana anteriormente abandonada e degradada, como terrenos, lotes e espaços vazios, convertendo-os em áreas verdes que fornecem alimentos frescos e saudáveis, além de fortalecer as relações sociais e o sentimento de pertencimento e participação local. Esta transformação do espaço urbano com a inserção da SAF Odara pode ser vista na Figura 7.

Figura 7 - SAF Odara transformando a paisagem urbana



Fonte: Acervo pessoal (2021)

Alguns dos estudos de caso relatam que as hortas comunitárias pesquisadas também contribuíram para a transformação da paisagem, ao ocuparem espaços abandonados, como é o caso da horta do bairro Campeche (SANTOS; MACHADO, 2020). No contexto da Horta das Corujas, o trabalho menciona a transformação da paisagem local com a implementação de práticas de permacultura (NAGIB, 2016).

A inserção de um sistema agroflorestral urbano também pode gerar uma significativa transformação na paisagem urbana, trazendo uma série de benefícios para a cidade e seus habitantes. Alguns dos principais efeitos incluem:

- a) Melhoria da qualidade do ar e da água: as árvores e outras plantas utilizadas no sistema agroflorestral ajudam a filtrar o ar e a água, reduzindo a poluição e melhorando a qualidade desses recursos

essenciais.

- b) Redução da temperatura: as árvores e outras plantas ajudam a reduzir a temperatura local por meio da sombra e da evapotranspiração, o que pode reduzir os efeitos do calor urbano.
- c) Aumento da biodiversidade: o sistema agroflorestal pode ser projetado para fornecer habitat e alimento para uma variedade de espécies de plantas e animais, ajudando a aumentar a biodiversidade local.
- d) Produção de alimentos: o sistema agroflorestal pode ser projetado para produzir alimentos para consumo local, ajudando a reduzir a dependência de alimentos importados e reduzindo as emissões de gases de efeito estufa associadas ao transporte de alimentos.
- e) Melhoria da paisagem urbana: o sistema agroflorestal pode fornecer uma paisagem atraente e agradável para os habitantes da cidade, ajudando a melhorar a qualidade de vida e o bem-estar.

Essa transformação do ambiente urbano é um fator importante para a construção de cidades mais justas e democráticas, uma vez que esses espaços possibilitam o engajamento ativo da sociedade na implementação das mudanças necessárias em suas próprias comunidades. Dessa forma, o desenvolvimento comunitário torna-se essencial para a gestão ambiental local, pois promove maior participação dos envolvidos nas questões relacionadas ao meio ambiente, fortalecendo a formulação de políticas públicas e a gestão de conflitos socioambientais.

O objetivo inicial de desenvolver um SAF foi justamente o elo de ligação entre os membros do grupo e a compreensão da necessidade de transformar o espaço urbano em um ambiente produtivo e cultivável.

Mostrar que a cidade pode ser produtiva. Acessar o alimento ali perto por que é legalzinho. Para as famílias...era meio que o quintalzinho delas. Hoje quando você passa dá para ver que tem pessoas ali pegando coisas. Mostrar que dentro da cidade dá para plantar árvores de espécies que a gente pode comer (Laís, informação verbal, 2022).

As agroflorestas buscam utilizar saberes tradicionais de base agroecológica para alcançar uma produtividade adequada em termos de agricultura, pecuária, moradia e diversidade de alimentos, levando em consideração a preservação dos recursos naturais. Essa forma de produção promove a interação entre uma ou mais culturas agrícolas em conjunto com espécies arbóreas, buscando reproduzir características semelhantes às de uma floresta (NEVES, 2014).

Nas áreas urbanas, os SAFs podem ser um elemento-chave para a melhoria da qualidade de vida, contribuindo para a redução de problemas ambientais comuns em centros urbanos, como diferentes formas de poluição e alterações nos ciclos de chuvas. Além disso, os SAFs são responsáveis pela produção de alimentos e outros bens que contribuem para a segurança alimentar e podem gerar renda para famílias, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade social e econômica (KABASHIMA *et al.*, 2009).

Para os membros do grupo Odara, o cultivo de alimentos no ambiente urbano, embora seja uma prática antiga, ainda não é amplamente desenvolvido em grande escala, sendo considerado algo inovador nos dias atuais.

Para promover e apresentar o SAF Odara a diferentes públicos, foram realizadas oficinas e mutirões de plantio. Essas atividades proporcionaram maior visibilidade ao grupo, aumentando sua influência local e regional. As figuras 8, 9 e 10 ilustram uma oficina realizada no local e um banner de divulgação, respectivamente.

Figura 8 - Oficina "Agrofloresta com foco em horta", realizada no SAF Odara



Fonte: Instagram grupo Odara (2018)

Figura 9 - Oficina "Agrofloresta com foco em horta", realizada no SAF Odara



Fonte: Instagram grupo Odara (2018)

Figura 10 - Banner de divulgação da oficina de compostagem

OFICINA DE COMPOSTAGEM

Odara
AÇÕES AGROECOLÓGICAS

22 SETEMBRO, 2018
SÁBADO, 08H DA MANHÃ

**CONTRIBUIÇÃO: R\$ 20
+ SEU RESÍDUO ORGÂNICO**

MARGINAL DO CHÁ,
PRÓXIMO AO MAT. DE CONSTRUÇÃO CAETANO
(15) 99768-0628
FACEBOOK: ODARA - AÇÕES AGROECOLÓGICAS

Fonte: Instagram do grupo Odara (2018)

Os mutirões e oficinas também estão presentes no desenvolvimento dos

estudos de casos trazidos para o diálogo com o SAF Odara. No caso da Horta das Corujas, o autor relatou que os mutirões eram uma palavra bastante empregada entre os seus participantes, sendo um fator importante para fortalecimento do trabalho voluntário e coletivo (NAGIB, 2016).

A partir de seu crescimento, o local foi atraindo um público de forma espontânea, mesmo que não houvessem ações e mutirões fomentados pelo grupo Odara.

Sempre aparecia alguém querendo alguma coisa. Pessoal aparecia para colher. Uma vez eu tava lá e tinha uma senhorinha que tava saindo com chumaço de manjerição (Maurício, informação verbal, 2022).

Ele ainda complementa esta vontade espontânea de diferentes moradores das proximidades em participar das interações no SAF, o que é demonstrado na Figura 11.

Tem uma rua que dava de frente ali. Eu acho que era mais aquela rua ali que o pessoal se interessou. O próprio Anderson, o (sobrenome) que passava de Saveiro e deixava esterco, o cara da academia (informação verbal, 2022).

Figura 8 - Montagem de fotos de família participando de uma intervenção espontânea no SAF Odara



Fonte: Facebook do grupo Odara (2018)

A atração espontânea de pessoas para o SAF Odara ocorreu devido à oferta de diferentes tipos de produtos cultivados naquele espaço, bem como às atividades de lazer e saúde, além da possibilidade de promoção da educação e conscientização ambiental. Investir nesses aspectos foi uma importante ferramenta para possibilitar a participação de um público diversificado e engajado em um local de agricultura urbana.

Segundo o caso da horta comunitária de Florianópolis, as autoras citam que mesmo fora do horário de manutenção e atividades cotidianas, o espaço se tornou um importante ponto de encontro, transformando-se em um espaço de convívio (SANTOS; MACHADO, 2020).

A horta das corujas, por meio dos mutirões, trazia muitos visitantes ao local pela primeira vez para se integrarem e conhecerem o local para o lazer, trabalho coletivo e educação ambiental (NAGIB, 2016).

O SAF também ajudou pessoas mais velhas a lembrar e compartilhar histórias de um passado ou de uma realidade de outros locais, onde essas pessoas

tenham ou ainda têm algum lugar para cultivar produtos para alimentação ou outros usos.

Era legal os dias que estava tramando lá e uma senhorinha e um senhorzinho passavam e aí eles se lembravam: “Nossa. Tem uma horta em casa!”. Era bem legal para mim. Traz a lembrança para a coisa do interior, de pessoas que tem um pezinho de limão, abacate, tem as ervas medicinais para fazer chá, os temperinhos para cozinhar...que é legal, a gente traz recordação para o pessoal que tinha ou tem. Uma nostalgia! (Júlio, informação verbal, 2022)

A nostalgia é um importante fator que motiva as pessoas a desenvolverem ou participarem de projetos de AU, pois há um resgate do passado, ou seja, um reencontro emocional com o tempo vivido das raízes familiares (COMASSETO *et al.*, 2013).

No caso da agricultura urbana, a nostalgia pode ser um fator motivador para as pessoas que desejam se envolver com o cultivo de alimentos e com a vida em comunidade. Ao lembrar de experiências positivas do passado, como a convivência com a natureza e o trabalho em grupo, as pessoas podem se sentir inspiradas a buscar formas de resgatar esses valores na cidade.

O SAF Odara pode ser uma importante ferramenta para motivar as pessoas a se envolverem com a agricultura urbana, valorizando práticas antigas e criando um senso de identidade e pertencimento comunitário.

O crescimento do SAF, por meio de oficinas, mutirões e demais participantes espontâneos, levou o local a ter uma grande agrobiodiversidade de alimentos, como ervas medicinais, adubos orgânicos e árvores nativas da Mata Atlântica. Muitas plantas eram conhecidas pelo público em geral, no entanto, boa parte delas são Plantas Alimentícias Não Convencionais, as PANCS. O grupo chegou a catalogar mais de 70 tipos de plantas.

Tem árvores nativas, pé de bananeira, mamão, tem algumas hortaliças, mandioca, batata doce, maracujá, produziu astrapéia, entre outras nativas.

Chegou até ter abelha. Mandei algumas fotos no grupo enquanto estava conversando. Ela estava cercada com margaridão que tava bem alto, e em uma das intervenções da prefeitura eles baixaram bem, por que formavam um “u” e a caixa estava escondida bem ali, no meio. Não dava para ver, não estava tão exposta. E aí a prefeitura foi lá e cortou o margaridão. Abaixou bem, e acho que alguém com má intenção passou ali e levou embora a caixa. Infelizmente não estamos avançados para essas coisas. Hoje em dia eu penso que não colocaria infelizmente. Paineiras do Alexandre que ele levou num dia, tem guapuruvu, pé de abacate, a cânfora tá bem grandona. A folha dela cheira Gelol (Paulo, informação verbal, 2022).

As PANCS também são uma realidade nas hortas mencionadas nesta pesquisa. Na Horta das Corujas, houve até mesmo um evento de música infantil e gastronomia que utilizou PANCS cultivadas nesse local para comemorar o primeiro ano de desenvolvimento da ação de cultivo nesse espaço urbano. Ainda neste mesmo espaço, o autor realizou um levantamento das espécies presentes e catalogou mais de 100 plantas diferentes, sejam elas comuns ou não (NAGIB, 2016).

Nas outras hortas pesquisadas nos estudos de caso, os respectivos autores mencionam apenas que havia uma grande agrobiodiversidade local, sem citar uma quantidade específica ou elaborar um catálogo, como ocorreu no caso anterior (SANTOS; MACHADO, 2020; FREDDI, 2015).

Voltando ao SAF, a agrobiodiversidade da área era mantida e desenvolvida de forma agroecológica pelo grupo Odara. No entanto, como o local de cultivo ficava em um espaço público, a Prefeitura de Itapetininga também realizava um trabalho paralelo ao do grupo. Por vezes, sem o conhecimento da técnica ou até mesmo por falta de comunicação, ocorriam situações em que a prefeitura desfazia ou prejudicava as plantas ali presentes.

Era uma ideia agroecológica. A gente procurava...não lembro da gente ter usado nenhum veneno ou algo do tipo assim lá. Usava calcário e esterco. Uma coisa legal que a gente pegou foi bastante matéria orgânica lá no Sesi. Eles têm uma área bem grande lá na escola. Eles fazem lá no fundão da escola umas pilhas de resíduo de grama e de poda. A gente foi lá pegar algumas vezes e pegou essa matéria orgânica e foi jogando lá na área. De vez em quando a prefeitura tirava tudo (Paulo, informação verbal, 2022).

A agroecologia é um tema crescente nas pautas sociais e acadêmicas e está fortemente ligada às experiências dos agricultores, baseando-se em relações horizontais entre os diversos atores envolvidos, contrapondo-se ao controle corporativo sobre a produção e consumo agroalimentar. Com isso, podem ser destacadas algumas características principais da abordagem agroecológica: mobilização social dos agricultores, acessibilidade por meio da integração dos saberes tradicionais com a ciência moderna, técnicas economicamente viáveis evitando a dependência de recursos externos e sustentabilidade ecológica, promovendo a diversidade e otimização do sistema produtivo local (ALTIERI, 2012).

Na literatura sobre AU, a agroecologia é um tema recorrente, assim como no desenvolvimento das hortas presentes nas pesquisas de forma unânime. Os estudos abordam que o desenvolvimento de hortas com base agroecológica é de extrema importância para estimular a produção de alimentos orgânicos, promover o crescimento da biodiversidade local e proporcionar maior qualidade e acesso a alimentos para a população participante ou que adquire produtos provenientes desses espaços (SANTOS; MACHADO, 2020; NAGIB, 2016; FREDDI, 2015).

No contexto da AU, a agroecologia é uma alternativa viável, destacando-se pela baixa necessidade de insumos externos, pela ampliação do mercado de produtos orgânicos local, pela geração de renda e conscientização ambiental, pelo seu papel no desenvolvimento de políticas públicas ou programas de educação ambiental, como mecanismo de resgate e preservação de cultivos locais, e pelo controle de pragas de forma natural e não poluente, adaptando-se ao ecossistema urbano (AQUINO; MONTEIRO, 2005).

Maurício completa a ação da prefeitura em relação ao manejo do SAF.

Eu acho que tem uma certa falta de comunicação. Eu acredito que ela tinha a intenção de cuidar do espaço, mas com uma visão quadradinha, não agroecológica. Deve ser falar para os caras roçar, mas não fala como que têm que roçar. Não tinha treinamento, poderia ter sido melhor dialogado o que fazer naquele espaço (informação verbal, 2022).

4.2.2 O conflito socioambiental envolvendo o SAF odara

Essa relação do grupo com a prefeitura em relação ao SAF era deficiente, entretanto ela foi agravada ainda mais após um conflito socioambiental envolvendo a área de manejo. A Figura 12 apresenta o conflito ocorrido.

Eu lembro que eu tava trabalhando lá e tocou o meu telefone. Era o (pessoa da prefeitura), falando que estavam lá na área fazendo um trabalho...que a turma tá arrancando as mudas do lugar. O seu (funcionário da prefeitura) trabalha na prefeitura. Ele já contribuiu com mandioca e algumas coisas. Assim...então ele sabia que a gente cuidava de lá. Ela sabia mais ou menos disso, aí eu coloquei para a turma e foi se espalhando. E aí o negócio cresceu...foi louco! Foi uma galera lá (Paulo, informação verbal, 2022).

Este integrante ainda completa que:

Eles alegavam que tinha um projeto muito antigo que tinha sido aprovado e que era exatamente ali uma das praças. Tinha um monte de área livre para frente e para trás, mas não, era exatamente ali que a praça tinha que ser colocada. Uma maneira meio burra, né? Porque eles poderiam ter organizado e adaptado algo para a praça, mas a preferiria quis arrancar tudo. É isso que eles iam fazer, arrancar tudo se a gente não chegasse lá (informação verbal, 2022).

Figura 9 - Ação da prefeitura no local do SAF Odara.



Fonte: Instagram do Coletivo 015 (2020)

Estes tipos de conflito podem ser definidos por se desenvolverem em um campo de disputas entre diferentes grupos, originados de suas formas contrastantes de relação com o meio natural (LITTLE, 2001). Ainda em relação ao conflito socioambiental envolvendo o grupo Odara e a Prefeitura Municipal de Itapetininga, pode-se adotar o conceito de que esse evento ocorreu porque os diferentes atores envolvidos se apropriam, usam e dão significado a um território de maneiras distintas. É necessário considerar que esses conflitos têm início quando pelo menos um dos grupos está em situação de vulnerabilidade, tendo suas formas de apropriação do espaço ameaçadas por impactos que resultam em problemas com o ar, água, solo ou em sistemas praticados por outros sujeitos (ACSELRAD, 2004).

Esse conflito socioambiental demonstra uma dimensão social expressa em uma luta de interesses opostos, disputando o controle e o uso do meio ambiente comum. A ação da prefeitura, juntamente com as restrições sanitárias ocasionadas pela pandemia de COVID-19, foi responsável por desmobilizar o grupo Odara. Cada integrante trabalha em uma área diferente, a maioria voltada para questões ambientais, porém relataram não ter mais vontade de realizar novas ações no SAF no momento.

Mesmo havendo essa desmobilização, o desenvolvimento do SAF Odara foi transformador, tanto do ponto de vista ambiental, no desenvolvimento e

aprofundamento da identidade ambiental em busca de um sujeito ecológico, como do ponto de vista pessoal, relacionado ao autoconhecimento, tanto para os integrantes do grupo quanto para as pessoas e moradores que participavam das oficinas, ações e visitas espontâneas ao local.

Eu achei que a ideia foi muito massa que vocês voltaram aí. Olhando para muita coisa, ela foi transformadora para cada um num caminho. Em mim eu vejo o quanto isso ficou marcado, porque eu vejo no futuro quando eu posso desfrutar, mesmo que em pequena escala, para sobrevivência, com outro costume, em outro modo de vida e não que na loucura da atual sociedade. Eu fico meio que nesse sonho. Eu acredito que isso foi um passo para querer isso, para o meu futuro o quanto antes. Que legal! É um fruto bonito! Valeu pela galera de todas as passagens aí! (Paulo, informação verbal, 2022)

As motivações para o desenvolvimento e participação em projetos de AU estão relacionadas a duas dimensões: uma intrínseca e outra extrínseca. Esta prática proporciona prazer e emoções positivas, oferecendo momentos de lazer e desconexão dos problemas cotidianos, além de incentivar a convivência coletiva em sintonia com valores pró-ambientais. Nesse sentido, as motivações para se engajar nesse tipo de atividade são intrínsecas, impulsionadas pela sensação de pertencimento, autonomia e competência que os sujeitos experimentam.

Por outro lado, a AU também possui um significado simbólico, servindo como exemplo para a sociedade e gerando um senso de orgulho para aqueles que a praticam. Essa dimensão extrínseca se contrapõe à lógica de mercado, representando uma forma de bem-estar que vai além dos resultados tangíveis (COMASSETO et al., 2013).

Júlio, ao fazer uma observação externa ao grupo, reforça essa ideia ao mencionar que, mesmo sem interações atuais, o SAF ainda possui uma certa visibilidade no cotidiano das pessoas. Isso destaca a influência contínua do projeto, mesmo que não esteja ativamente envolvido nas interações do momento.

Para a interação com a população se eu pudesse fazer uma amostragem e

pudesse escolher o meu pai como amostra...o meu pai, no caminho do trabalho dele, quando ele vai e ele passa por ali, não tem uma vez que não passa e não se admira. Porque ele passa e sempre fala e relata que tinha gente e passarinho ali e tal. Eu imagino que devem ter outras pessoas que tem a visão do meu pai. Que conseguem ver beleza nisso e que esse conjunto agroflorestal que forma as pessoas (informação verbal, 2022).

Pode-se observar que, dentre as experiências citadas anteriormente em diferentes estudos de caso, nenhum deles mencionou um conflito direto com a prefeitura municipal pelo uso do espaço público. A Horta das Corujas em São Paulo (NAGIB, 2016), a Horta Girassol e a Horta da Figueira em Joinville, por exemplo, contavam com permissão do poder público local para o desenvolvimento das atividades. No entanto, em Joinville, a autora mencionou brevemente alguns casos em que locais de cultivo foram desestruturados pelo poder público local, mas sem se aprofundar nos motivos específicos (FREDDI, 2015).

Essa ausência de conflitos diretos com as prefeituras municipais nas experiências anteriores pode ser um indicativo de uma maior abertura e apoio por parte dessas instituições em relação à Agricultura Urbana. No entanto, é importante ressaltar que cada contexto é único, e os desafios enfrentados pelos projetos de AU podem variar de acordo com fatores locais e políticas específicas.

Nesse sentido, a entrevista com as pessoas que moram no entorno do SAF Odara e vivenciam diariamente aquele lugar se torna ainda mais relevante, pois permite uma compreensão mais aprofundada sobre a influência e importância do SAF na vida dessas pessoas. Suas experiências cotidianas podem oferecer insights valiosos sobre o impacto do projeto na comunidade local.

4.2.3 Os moradores e o SAF

Durante as entrevistas, foram selecionados 5 moradores da região do SAF Odara para participar da pesquisa. Embora tenha havido abordagens a outros moradores, alguns optaram por não participar, alegando falta de tempo e interesse

em contribuir com a exploração.

Inicialmente, a questão levantada visava compreender o envolvimento dos moradores em ações sustentáveis dentro de suas residências. Alguns participantes enfrentaram certa dificuldade em compreender o conceito de sustentabilidade em casa, principalmente os mais idosos. No entanto, após uma breve explicação, eles mencionaram algumas dessas ações que praticam.

É importante destacar que, apesar das limitações encontradas, a pesquisa permitiu obter uma amostra significativa de moradores dispostos a compartilhar suas experiências e perspectivas em relação à sustentabilidade em suas vidas cotidianas. Essas informações podem contribuir para uma compreensão mais abrangente do engajamento da comunidade local em práticas sustentáveis e sua relação com o SAF Odara.

A Márcia (informação verbal, 2022) exemplificou algumas delas como:

Aqui sempre passa a coleta de reciclagem, então separo plástico, papel, vidro, óleo de cozinha...essas coisas. Recentemente meu filho instalou umas placas que esquentam a água do chuveiro. Agora economizo bastante na luz. Alimentos orgânicos eu compro na feira quando tem. No mercado é muito caro. Acho que só. Ah! Algumas vezes uso a água da máquina de lavar para lavar o quintal. Acho importante a gente pensar no meio ambiente. Senão a gente só usa e um dia acaba.

Durante as entrevistas, a questão da reciclagem foi amplamente abordada pelos participantes. A Secretaria do Meio Ambiente mencionou a COOPERITA, que é responsável pela coleta seletiva no município. Além disso, alguns moradores que não estão vinculados a essa cooperativa relataram recolher resíduos recicláveis por conta própria e vendê-los para gerar renda.

A economia de energia e água também foi mencionada pelos entrevistados. No entanto, alguns deles ressaltaram que economizam não apenas por questões ambientais, mas também são de caráter econômico. Essa perspectiva sugere que esses moradores estão sendo impactados pela crise econômica e inflacionária que o país enfrenta.

Esses relatos indicam que as ações sustentáveis realizadas pelos moradores da região do SAF Odara são influenciadas tanto por preocupações ambientais quanto por necessidades financeiras. A conscientização sobre os benefícios ambientais e econômicos dessas práticas parece estar presente na comunidade, demonstrando uma interseção entre a preservação ambiental e as realidades socioeconômicas dos moradores.

A dona Maria (informação verbal, 2022) citou este momento:

A gente trocou as lâmpadas esses dias porque a luz estava muito cara. Também diminuimos o tempo no banho. Tem que entrar e ser rápido. Não pode ficar lá no banho pensando na vida.

O morador Marcos também mencionou que realiza essas economias de energia e água exclusivamente com o objetivo de reduzir os gastos financeiros, sem uma conexão direta com a questão ambiental. Isso evidencia que diferentes motivações podem levar as pessoas a adotar práticas sustentáveis, seja por uma preocupação direta com o meio ambiente ou por uma busca por economia pessoal.

Por outro lado, a moradora Paula destacou a participação e preocupação de seus filhos em desenvolver ações sustentáveis em casa. Essa observação pode sugerir que as gerações mais jovens estão cada vez mais conscientes da importância de preservar o meio ambiente e estão se engajando ativamente nessas práticas, influenciando positivamente suas famílias.

Meus filhos são bem antenados nisso. Vira e mexe surgem com uma ideia nova que aprendem na escola ou em algum vídeo que aprendem na internet. Eles sempre falam da separação do lixo. Que a gente tem que descartar as coisas certinho por que ajuda as pessoas e não suja a natureza. Minha filha veio com a história que ia parar de comer carne por que os bichinhos não merecem morrer para virar comida pra gente. Eles também aprenderam a fazer uma composteira com os restos de comida. Fica ali fora. A gente usa nas plantinhas que temos em casa. Me fizeram usar essas sacolas de algodão para ir no mercado. Agora a gente traz pouca sacolinha pra casa. A criançada está mais consciente. Legal isso! (informação verbal, 2022)

Os jovens desempenham um papel crucial no desenvolvimento de ações sustentáveis, uma vez que estão em uma fase de formação de identidade e pensamento crítico, recebendo influências de diferentes fontes, como a escola, colegas, família e a internet. Essa fase de aprendizado e busca por informações contribui para a construção de capacidades fundamentais, como uma cultura emancipadora, igualdade e responsabilidade, que são essenciais para a construção de um futuro sustentável.

É válido ressaltar que muitas dessas ações sustentáveis começaram a ser adotadas recentemente, com exceção da reciclagem, que é mais difundida na sociedade e promovida por cooperativas e catadores independentes. A crise econômica e o período da pandemia desempenharam um papel importante no incentivo à economia de água e energia, uma vez que as pessoas passaram mais tempo em casa e desenvolveram novas atividades no ambiente residencial.

Quanto ao consumo de alimentos, alguns dos moradores entrevistados relataram consumir alimentos orgânicos e/ou provenientes de hortas urbanas. No entanto, outros mencionaram não ter conhecimento sobre a origem de seus alimentos ou afirmaram que não compram produtos orgânicos devido ao seu preço mais elevado em comparação com os produtos da agricultura convencional.

Essa diversidade de atitudes em relação ao consumo de alimentos orgânicos demonstra que ainda existem barreiras a serem superadas, como a falta de informação e a percepção de que esses alimentos são mais caros. É importante continuar promovendo a conscientização sobre os benefícios dos alimentos orgânicos, tanto para a saúde quanto para o meio ambiente, e buscar alternativas para torná-los mais acessíveis à população em geral.

Até que consumo sim. Meus pais têm um terreno até que grande e a minha mão tem uma horta lá. Só eu ir lá que eu saio cheio de coisa. Alface, rúcula, cenoura e mais um monte de coisa. Coisa de mãe, né?! (Jorge, informação verbal, 2022)

O Marcos completa esse pensamento expondo que:

Aqui em casa gente não é muito de salada. Ainda mais a orgânica por que a gente sabe que ela é mais cara, então sem chance. Não me lembro de ter comprado algo desse tipo. Já na horta a gente já morou em outro lugar que dava para ter. Agora nessa casa não tem espaço. Minha esposa gostava de mexer na horta (Informação verbal, 2022).

A comercialização de produtos orgânicos em mercados tende a ser mais caros, pois alegam que é mais trabalhoso e tem uma produção mais restrita. Entretanto, nas feiras estes produtos podem ser encontrados até mesmo mais baratos do que os convencionais.

Isto é abordado pela Márcia dizendo que:

Do mercado eu tenho certeza que não vem de hortas urbanas, mas na feira não sei. Acho que não. Lá eu compro orgânico, pelo menos é o que o rapaz diz, mas eu confio. Parece que tem até sabor diferente. E o bom que não é mais caro. Hoje em dia vem muito veneno na comida. O que era para ser bom para a saúde acaba fazendo mal (Informação verbal, 2022).

Além dos benefícios alimentares, essa prática também é vista como uma forma de economizar dinheiro, uma vez que os alimentos cultivados em casa são mais acessíveis do que os comprados em supermercados. Além disso, a horta caseira incentiva um estilo de vida saudável e sustentável, pois promove o consumo de alimentos frescos e livres de agrotóxicos.

A horta caseira também pode ter um papel educativo, especialmente para crianças. Ela proporciona uma oportunidade de aprender sobre o ciclo de vida das plantas, a importância da água, do sol e da terra para o cultivo, além de estimular o consumo de alimentos saudáveis e a adoção de hábitos alimentares equilibrados desde cedo.

No entanto, é importante mencionar que a manutenção de uma horta caseira requer tempo e dedicação. É um trabalho que exige cuidados diários, como regar as plantas, fazer a adubação adequada, controlar pragas e doenças, entre outros aspectos. Por isso, algumas pessoas, como a dona Maria mencionada, podem acabar

deixando de cultivar sua horta devido à falta de tempo ou ao trabalho envolvido.

Apesar dessas dificuldades, muitas pessoas continuam a cultivar suas hortas caseiras, pois reconhecem os benefícios e a satisfação que essa prática traz. Além disso, existem alternativas, como a criação de hortas comunitárias ou a participação em grupos de agricultura familiar, que podem permitir o compartilhamento das tarefas e o acesso a alimentos frescos e saudáveis mesmo para aqueles com menos tempo disponível e, essa era uma das ideias iniciais do SAF Odara.

Eu já tive horta em casa, mas dá muito trabalho. O mato não para de crescer. Agora eu tenho umas plantinhas e temperinhos em balde ou vaso. O que sobra eu faço vaso. Olha só ali fora. Faz tempo que não chove direito então tá meio feio (informação verbal, 2022).

O SAF Odara representa uma oportunidade de produção de alimentos dentro das áreas urbanas. Embora atualmente não esteja sendo manejado de forma agroecológica regular, ainda mantém uma certa diversidade agrícola. Essa diversidade é importante, pois contribui para a preservação de variedades de plantas e para a promoção de um ambiente mais saudável e equilibrado.

No entanto, é importante considerar que manter uma horta individualmente em um espaço público pode ser desafiador. A demanda por cuidados, o manejo adequado e a responsabilidade recairiam apenas sobre uma pessoa, o que poderia ser sobrecarregante. Por isso, uma abordagem coletiva pode ser mais adequada, permitindo que várias pessoas usufruam e compartilhem o trabalho de manejo de um espaço de cultivo próximo às suas residências.

A figura 13 ilustra parte dessa agrobiodiversidade ainda presente no SAF Odara. Essa diversidade pode incluir diferentes espécies de plantas, tanto hortaliças quanto ervas medicinais, plantas ornamentais e árvores frutíferas. Essa variedade de culturas contribui para a melhoria da qualidade alimentar, para a conservação da biodiversidade e para a criação de um ambiente mais atrativo e sustentável.

Mesmo que o manejo agroecológico não esteja ocorrendo regularmente no

SAF Odara, é importante valorizar a presença dessa agrobiodiversidade e buscar formas de promover a sua continuidade e expansão. Isso pode ser feito por meio de parcerias com organizações locais, engajamento da comunidade e incentivo a práticas de cultivo sustentáveis. Dessa forma, o SAF Odara pode se tornar um espaço ainda mais vivo, produtivo e resiliente dentro do contexto urbano.

Figura 10 - Maracujá e banana presentes no SAF



Fonte: Arquivo pessoal

Os moradores abordados não tiveram um contato tão próximo com o grupo que implantou e desenvolveu o SAF, porém alguns deles além de conhecer o local usufruíram da produção proporcionada nas proximidades de suas residências.

A dona Maria relata um pouco dos benefícios que o SAF pode proporcionar a ela.

De vez em quando vou dar uma caminhada e eu passo ali. Cheguei a pegar umas coisinhas. Uns tempos atrás peguei uns maracujás e fiz suco. Mas agora parece que não tem mais o pé. Essa semana passei ali e vi um cacho de banana. Já já alguém pega (informação verbal, 2022).

O SAF Odara, desenvolvido pelo grupo Odara, desempenhou um papel fundamental na transformação de uma área degradada em um espaço produtivo e sustentável. Essa iniciativa trouxe benefícios significativos para a comunidade local, fornecendo alimentos saudáveis e frescos e contribuindo para a recuperação do meio ambiente.

Mesmo sem a atuação contínua do grupo Odara, o SAF Odara continua sendo uma fonte de alimentos e um exemplo de agricultura sustentável para a população local. A disponibilidade de ervas como o manjeriço proporciona uma opção acessível para os moradores obterem ingredientes frescos para suas refeições.

Além disso, a participação dos filhos da Paula, como o plantio de uma muda de árvore frutífera, demonstra como o espaço do SAF pode ser utilizado para atividades educativas e recreativas. Essas experiências ajudam a conscientizar as crianças sobre a importância da agricultura sustentável e da preservação ambiental.

A presença do SAF Odara também inspira outras pessoas e comunidades a adotarem práticas semelhantes de agricultura urbana, promovendo a diversificação de culturas, a recuperação de áreas degradadas e a integração entre a produção agrícola e a preservação ambiental.

Dessa forma, mesmo que o grupo Odara não esteja atualmente ativo no manejo do SAF, seu legado perdura como um exemplo de como a agricultura pode ser uma ferramenta eficaz na transformação de espaços degradados em locais produtivos e sustentáveis, beneficiando a comunidade local e promovendo uma maior consciência sobre a importância da agricultura urbana e da preservação do meio ambiente.

Eles gostam disso. Na verdade, é importante eles aprenderem a ter cuidado e a pensar no tempo que aquela planta demora para virar uma árvore bonita e com frutas. Meus filhos gostam de ir lá brincar. Quando voltavam para casa eles traziam algo. Já conseguiram pegar banana, maracujá e umas flores e folhas que achavam bonitas (informação verbal, 2022).

Ela ainda contou que o SAF pode ter servido para propor uma mudança de comportamento a ela e aos filhos, pois tornou aquele espaço mais atrativo e com

possibilidades de produção de alimentos.

Minhas crianças gostam de sair de casa para brincar por lá. Antes era mais andar de bicicleta pelo bairro. Também voltam super felizes quando trazem alguma coisa que acharam legal de lá, principalmente coisa para comer. Eu acho bonito isso. Pensar que quando mudei para cá ali era tudo mato. Hoje está arrumadinho. Eles começaram a ver que dava para melhorar o bairro de maneira simples. Acho que eles fizeram sozinhos. Sem a ajuda da prefeitura. Hoje está bonito, tem aquelas pracinhas e iluminação, mas não tem muita coisa para trazer para casa como as crianças gostavam (informação verbal, 2022).

É inspirador perceber como a presença do SAF Odara teve um impacto positivo não apenas na produção de alimentos, mas também na percepção e conexão das pessoas com o ambiente ao seu redor.

A experiência da dona Maria reflete como a implementação do SAF próximo à sua residência contribuiu para a valorização estética do local. A transformação da área degradada em um espaço verde e produtivo tornou seu entorno mais agradável e visualmente atraente, fortalecendo o vínculo emocional dela com o lugar onde vive. Essa valorização estética pode ter efeitos positivos na qualidade de vida e bem-estar dos moradores.

No caso da Marcia, o contato com o grupo Odara e a introdução das PANCS despertaram seu interesse por uma alimentação mais saudável e consciente. As PANCS são plantas comestíveis que não fazem parte do repertório alimentar convencional, mas que possuem alto valor nutricional. Essa descoberta levou Marcia a pesquisar mais sobre o assunto e buscar formas de incorporar essas plantas em sua dieta, proporcionando uma fonte de alimentação saudável e próxima de sua residência.

Esses relatos evidenciam como a presença e as atividades do SAF Odara não apenas beneficiam a comunidade local com a produção de alimentos, mas também promovem mudanças positivas nas percepções, conhecimentos e hábitos alimentares das pessoas. Essa influência pode se estender para além do grupo Odara, alcançando outros moradores e estimulando práticas mais sustentáveis e saudáveis na

comunidade.

Eu aprendi sobre as PANCS e me interessei. Fui atrás para saber mais. Mas vou pesquisar mais para comer mais delas. Sem contar que comecei a consumir coisas pertinho de casa. Não era muito, mas sempre dá uma ajudada. Nunca consegui ter uma horta em casa, então ali foi uma experiência boa, pena que não tem mais (informação verbal, 2022).

Essa proximidade da produção do alimento com o seu consumo final é importante para o desenvolvimento de uma cidade sustentável, pois o gasto energético e de deslocamento é praticamente zero. Muito do que é consumido nas diferentes casas do país, muitas vezes, vem de locais distantes, o que tende a produzir um maior fluxo de caminhões para entregar os produtos nos mercados.

A inserção de um projeto de agricultura urbana no bairro foi uma forma muito eficaz de transformar o espaço urbano e fortalecer o vínculo e pertencimento dos moradores. Isso porque a agricultura urbana envolve a produção de alimentos em espaços urbanos, como hortas comunitárias e mesmo o próprio SAF.

Ao cultivar alimentos em um bairro, os moradores podem ter uma conexão mais profunda com a terra e com a natureza, além de se beneficiarem de alimentos frescos e saudáveis. Essa atividade também pode promover a coesão social, já que as pessoas trabalham juntas para cuidar das plantas e colher os alimentos.

Além disso, a agricultura urbana pode ajudar a melhorar a qualidade do ar e a reduzir a poluição sonora e visual, contribuindo para um ambiente mais saudável e agradável. A inserção do SAF no bairro também pode incentivar o uso de espaço público para atividades comunitárias, fortalecendo ainda mais os laços entre os moradores ou com frequentadores do local.

A abordagem das pessoas que moram nas proximidades do SAF demonstrou ainda mais sobre a importância da inserção de um projeto de agricultura no ambiente urbano. Esses relatos trouxeram a melhoria visual do local, pois foi citado que antes o local era mal cuidado. Outro ponto importante foi a observação da produção de

alimentos praticamente no quintal dessas pessoas. Mesmo o SAF tendo uma vida ativa curta, movimentada exclusivamente pelo grupo Odara, ele foi responsável por proporcionar frutas, temperos, PANCS, entre outros tipos de alimentos aos sujeitos envolvidos direta e indiretamente.

Os estudos de caso abordados na discussão urbana possuem uma lógica semelhante, pois todos eles priorizam a agroecologia, a soberania alimentar e nutricional e a ocupação de espaços públicos. Essas iniciativas buscam transformar as cidades em espaços mais verdes, saudáveis e sustentáveis, valorizando a produção local de alimentos e promovendo a participação da comunidade em todas as etapas do processo.

O SAF Odara, um sistema agroflorestal urbano no município de Itapetininga, segue essa mesma lógica, buscando promover a produção de alimentos orgânicos, restaurar ecossistemas locais e criar espaços verdes nas cidades. No entanto, um dos principais erros do grupo Odara foi a falta de diálogo com a comunidade ao entorno e o poder público local, o que resultou em uma perda de oportunidade para aprofundar os vínculos e o pertencimento local.

O diálogo com a comunidade e o poder público é essencial para que iniciativas como o SAF Odara tenham sucesso e sejam sustentáveis a longo prazo. Quando a comunidade se envolve e se sente parte do projeto, é mais provável que ela o apoie e ajude a mantê-lo em funcionamento. Além disso, o diálogo com o poder público pode fornecer recursos e infraestrutura adequada para a iniciativa, tornando-a mais eficaz e eficiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas diferentes crises históricas, as cidades desenvolveram grandes programas de agricultura urbana para garantir o abastecimento de seus habitantes e movimentar a economia com a geração de renda. Mesmo que o significado das hortas urbanas tenha se transformado ao longo do tempo, assim como os seus participantes, organizações e funções sejam diferentes a cada momento da história, sempre se demonstraram como um elemento fundamental na estratégia da reconfiguração e resiliência urbana.

Durante o levantamento histórico, pode-se ver as várias etapas da evolução do significado da agricultura urbana. Em seu começo, na cidade industrial do século XIX e início do século XX, eram práticas importantes de subsistência em um momento de desapropriação que deixava várias camadas sociais sem meios de se alimentar e ter renda. Estes espaços também eram utilizados como um forte instrumento de controle social e modificação de hábitos e estilos de vida, assim como pensadas para evitar que os seus participantes não obtivessem autonomia excessiva.

Após um grande tempo no qual os espaços de agricultura urbana foram entendidos somente como como um local de lazer ou assistência, ganha força, hoje em dia, o ideal de tornar as cidades mais sustentáveis trazendo práticas agroecológicas e de planejamento ecológico e urbano com espaços verdes de modo a influenciar positivamente o metabolismo urbano e aumentar a agrobiodiversidade.

Para isso, as cidades devem ser pensadas numa perspectiva sistêmica, levando em conta os ciclos do desenvolvimento urbano, o contexto territorial, assim como os processos culturais e identitários das sociedades que se apropriam daquele espaço. Desta forma, não deve se pensar nela como processos isolados, mas sim repensar as relações sinérgicas que ocorrem ali, sendo não a única, mas uma importante ferramenta de regeneração urbana ecológica.

A falta de conhecimento sobre a relação entre agricultura e cidade no contexto brasileiro tem levado à subvalorização das práticas e saberes da agricultura urbana. Essa falta de compreensão limita a inclusão dessas experiências nos processos de

planejamento urbano, prejudicando o desenvolvimento de cidades mais sustentáveis. No entanto, ao reconhecer a interdependência entre agricultura e cidade e promover práticas agroecológicas, planejamento ecológico e o uso de espaços verdes, é possível influenciar positivamente o metabolismo urbano e aumentar a agrobiodiversidade, fortalecendo a conexão das pessoas com a natureza e alimentos frescos. Para isso, é fundamental valorizar a agricultura urbana, promover o diálogo entre a comunidade, o poder público e outros atores relevantes, e reconhecer seu potencial transformador na construção de cidades mais sustentáveis e equitativas

O desafio que se desenha para um futuro breve e urgente se dá em como os projetos de agricultura urbana se integram dentro de um processo geral de reabilitação ecológica urbana e territorial, como mais um elemento que se enquadra no âmbito da complexidade urbana, e não somente como exceções exóticas e pontuais.

Isso demonstra a capacidade transformadora dos sujeitos, que não se limitam a seguir regras e tradições estabelecidas, mas também agem e avaliam os resultados, adaptando-se a novas possibilidades e experimentando diferentes formas de agir, sentir e pensar.

A AU se encaixa nessas novas maneiras de agir e pensar o sujeito. Assim, estas novas possibilidades são a da transformação da identidade dos mesmos, uma vez que existe um novo fator de “fazer” a cidade e de quem a vivencia.

Entender a AU e a cultura nos permite descrever e compreender uma realidade, assim como apontar os caminhos que a modifica, levando o entendimento do processo histórico que delimita a sociedade, as relações de poder e o confronto da cultura dentro de um grupo. Este tipo de estudo significa entender os processos de transformação pelo quais as sociedades passam. Isto ajuda a pensar a realidade social e, assim, dá base para o entendimento da construção de identidades culturais

Pensando nisso, pode-se refletir que uma cidade sem planejamento tende a formar cidadãos que agem nela de forma depreciativa, influenciando negativamente na paisagem urbana e nos seus espaços de interação. Já uma cidade sustentável, planejada para a vida em comunidade, tende a constituir habitantes com comportamento positivo em relação a mesma.

A discussão sobre a agricultura urbana está intrinsecamente ligada ao direito à cidade, uma vez que é uma parte essencial para compreender o processo urbano e atende à necessidade de uma vida urbana mais significativa e conectada. É uma luta pela cidadania e por transformações socioeconômicas e espaciais necessárias para enfrentar a crise que afeta a vida cotidiana nas cidades.

A cidade deve ser entendida como exteriorização do elemento humano e uma constante criação e recriação do sujeito e de seu papel na sociedade, ou seja, ela é o desejo materializado do homem enquanto parte de uma sociedade que também almeja se concretizar no mesmo ambiente.

O processo dinâmico no qual as cidades e as sociedades estão inseridas fazem com que os lugares adquiram novas características, valores e funções ao passar do tempo. Uma vez que o lugar é produto das relações entre os sujeitos e o meio no qual realizam o seu plano vivido, é essencial analisar a produção do espaço urbano, sem se afastar da produção da vida que se realiza ali, por meio da acumulação do cotidiano.

Esta produção espacial que se desdobra com o plano cotidiano e que a partir disso demonstram novas formas de apropriação, utilização, ocupação e de experiências com um lugar reconfiguram também os sujeitos que ali se encontram, passam ou que reparam.

A agricultura urbana pode ser uma forma eficaz de desenvolver um sujeito ecológico, isto é, uma pessoa que possui um conjunto de valores e práticas que buscam a preservação e o equilíbrio ambiental. Isso ocorre porque a agricultura urbana pode proporcionar diversas experiências e aprendizados que estão relacionados aos preceitos agroecológicos.

Ao cultivar alimentos em espaços urbanos, as pessoas podem aprender sobre a importância da biodiversidade, do uso consciente da água e do solo, da produção de alimentos orgânicos e da redução do consumo de alimentos industrializados, por exemplo. Além disso, a agricultura urbana pode ajudar a criar um senso de responsabilidade e cuidado com o meio ambiente, pois as pessoas passam a compreender melhor como as suas escolhas e ações impactam diretamente a

natureza e a qualidade de vida da comunidade em que vivem.

A agricultura urbana também pode promover o desenvolvimento de habilidades sociais, como o trabalho em equipe, a cooperação e a solidariedade. Ao cultivar alimentos em espaços coletivos, as pessoas podem se unir em torno de um objetivo comum e construir relações de confiança e amizade.

A agricultura urbana pode ajudar a desenvolver um senso crítico em relação às questões ambientais e sociais. Ao vivenciar na prática a importância da sustentabilidade e da ecologia, as pessoas podem se tornar mais conscientes e engajadas em temas como a proteção da natureza, o combate às mudanças climáticas e a promoção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Dessa forma, a agricultura urbana pode ser uma ferramenta valiosa para o desenvolvimento de um sujeito ecológico, ajudando a promover a conscientização e a transformação social em relação às questões ambientais.

Nesta pesquisa, pode-se observar que a transformação dos espaços e a inserção de projetos e ações de AU podem ser um mecanismo eficiente para a formação de sujeitos ecológicos, pois os agricultores urbanos e demais sujeitos que fazem parte do cultivo de alimentos no meio urbano de maneira agroecológica, passam também a ser cultivadores de ideias e sensibilidades ecológicas em seu plano de vivência, assim, atuando como potenciais educadores ambientais e reprodutores de novas formas de conduta social pensada pelo lado da essência ambiental, criando desdobramentos da reflexão a respeito não somente daquele espaço, mas também de toda uma sociedade.

Por fim, espera-se que esta pesquisa acadêmica possa contribuir para a ampliação da abordagem a respeito da agricultura urbana e a formação do sujeito ecológico, expandindo os debates sobre a transformação do espaço urbano e a sua real utilização e possível e necessária transformação. A revisão de literatura, permeando as áreas das Ciências Humanas, principalmente a de Geografia, foram importantes para assegurar que não se pretende esgotar a temática nos seus mais diversos olhares, mas sim pode ser o primeiro passo de uma pesquisa que pretende se aprofundar ao questionamento espacial e dos sujeitos.

REFERÊNCIAS

ABUÁZAR, H. **Um adeus em cada esquina** – recordações de gente nossa: história de Itapetininga. São Paulo: Cupolo, 1975.

ACSELRAD, H. **A duração das cidades** – sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Ed. PB&A. 2001.

ADAM, M. G. Definitions and boundaries of the periurban interface – patterns in the patchwork. **Paper presented at IBSRAM International Workshop on Urban and Peri Urban Agriculture**, Accra, Aug. 1999

ALEM, D.; OLIVEIRA, G. G.; OLIVEIRA, J.; IMBIRUSSÚ, E. Segurança alimentar e soberania alimentar: construção e desenvolvimento de atributos. In: **XX encontro nacional de economia política**, Foz do Iguaçu, 2015.

ALMEIDA, D. H.; OLIVEIRA, J. G. et al. O espaço urbano de itapetininga/sp: o geoprocessamento na identificação dos agentes modificadores. **Simpósio Nacional de Geografia e Gestão Territorial e Semana Acadêmica de Geografia da Universidade Estadual de Londrina**, v. 1, p. 1800-1810, 2018.

ALONSO, N. M.; AJA, A. H. Historia de los huertos urbanos. De los huertos para pobres a los programas de agricultura urbana ecológica. In: **"I Congreso Estatal de Agricultura Ecológica Urbana y Periurbana**, Elche, España. Maio, 2011.

ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ALVES, E. R. de A.; SOUZA, G. da S.; MARRA, R. **Êxodo e sua contribuição à urbanização de 1950 a 2010**. 2011.

ANDRÉ, M. E. D. A.; LUDKE, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

AS-PTA. **Avaliação Econômica e Ecológica de Agroecossistemas - Parte II: procedimentos metodológicos**. Impresso. Rio de Janeiro, 2015

AQUINO, A. M.; ASSIS, R. L. Agricultura orgânica em áreas urbanas e periurbanas com base na agroecologia. **Revista Ambiente & Sociedade. Campinas** v. X nº1. p.137-150, jan/jun. 2007.

AQUINO, A. M.; MONTEIRO, D. Agricultura urbana (Cap.8). In: AQUINO, A. M., ASSIS, R. L. **Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável**. Brasília: EMBRAPA, 2005.

ARMAR-KLEMESU, M. Urban agriculture and food security, nutrition and health. In: BAKKER, N.; DUBBELING, M.; GÜNDEL, S.; SABEL-KOSCHELLA, U.; ZEEUW, H. (Ed.). **Growing cities, growing food: urban agriculture on the policy agenda**. Feldafing: Deutsche Stiftung für Internationale Entwicklung, 2000. p.99-117.

ALVES, D. O; MOURA, A. Q; SCHULTZ, G. Agricultura urbana no Brasil: um

levantamento sobre a produção científica nas bases Scopus e Web of Science. **DRd-Desenvolvimento Regional em debate**, v. 9, p. 160-178, 2019.

BAER, Werner e GEIGER, P.P. Industrialização, urbanização e a persistência das desigualdades regionais do Brasil. **SUPED**: Rio de Janeiro 1976.

BAEYER, E. V. The development and history of horticulture. **Encyclopedia of Life Support Systems**, 2009.

BATTAUS, D. M. A; OLIVEIRA, E.A.B. **O direito à cidade**: urbanização excludente e a política urbana brasileira, Lua Nova, São Paulo, 97: 81-106, 2016.

BECKER, H. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1994

BENEDICT, R. **Padrões de Cultura**. Trad. Ricardo A. Rosenbusch. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BEZERRA, G. J; SCHLINDWEIN, M. M. Agricultura familiar como geração de renda e desenvolvimento local: uma análise para Dourados, MS, Brasil. **Interações (Campo Grande)**, v. 18, p. 3-15, 2017.

BOUKHARAEVA, M. L. et al. Agricultura urbana como componente do desenvolvimento humano sustentável: Brasil, França e Rússia. **cadernos de ciência e tecnologia**. v. 22, n. 2, p. 413-425, 2005.

BOURDIEU, P. Efeitos do Lugar. In: Pierre Bourdieu (org.) **A Miséria do Mundo**. Petrópolis: Editora Vozes, 1997. p. 157 – 160.

BRASIL. **Agricultura familiar do Brasil é 8º maior produtora de alimentos do mundo**. Brasil. 2018. Disponível em:<<http://www.brasil.gov.br/noticias/economia-e-financas/2018/06/agricultura-familiar-brasileira-e-a-8a-maior-produtora-de-alimentos-do-mundo>>. Acesso em: 5 de Janeiro de 2023.

BRASIL. Lei 12.305, de 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, seção 1, edição 147, p. 45, 03 ago. 2010.

BRITO, F. A. PINHO, B. A. T D. 2012. "A dinâmica do processo de urbanização no Brasil, 1940-2010," **Textos para Discussão** Cedeplar-UFMG 464, Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais.

BRIZZOLLA, Maria Margarete Baccin et al. Sucessão familiar em propriedades rurais. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 10, p. e9169109408-e9169109408, 2020.

CABRAL, I. et al. Ecosystem services of allotment and community gardens: A Leipzig, Germany case study. **Urban Forestry and Urban Greening**, v. 23, p. 44–53, 2017.

CAMARANO, A. A., ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 2, n. 15, p. 45-66, jul./dez. 1998.

- CASTELLS, M. **A Questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983
- CASTELLS, M. **O poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2008
- CARNEIRO, M DE F. B. .; PEREIRA, L A. G. .; GONÇALVES, T. M. .
AGRICULTURA URBANA E SEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL: desafios e perspectivas . **Revista Desenvolvimento Social**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 51–61, 2020.
- CARLOS, A. F. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, p.47, 2004.
- CARVALHO, A.F; COSTA, L.C.; NOVAES, D.M.; PINTO, M.P.A.; AROUCA, N.E.
Agricultura Urbana: Alternativa de Segurança Alimentar e Geração de Renda,
Viçosa, MG. **Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária**. Belo Horizonte, 2004.
- CARVALHO, I. V.; BRANDUINI, P. N.. Patrimonio y agricultura urbana en Recife: Análisis y directrices para el barrio de Várzea. **COLE**, p. 30-41, 2017.
- CARVALHO, I. C. de M. **A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da Educação Ambiental no Brasil**. 2ª edição. Editora da Universidade Federal do RS. Porto Alegre: 2002.
- CARVALHO, I. C. de M. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2004.
- CARVALHO, I. C. M. A invenção do sujeito ecológico: identidade e subjetividade na formação dos educadores ambientais. In: SATO, M.; CARVALHO, I.C.M. **Educação Ambiental: pesquisa e desafios**. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, 2008.
- CHENARIDES, L.; GREBITUS, C.; LUSK, J.L.; PRINTEZIS, I. Food consumption behavior during the COVID-19 pandemic. **Agribusiness** 2021, 37, 44–81
- CHOGUILL, C L. Sustainable cities: urban policies for the future. **Habitat International**, v. 17, n. 3, p. 1-12, 1993.
- CHUEKE, G. V; LIMA, M. C. Pesquisa Qualitativa: evolução e critérios. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 11, n. 128, p. 63-69, 2012.
- CLENES, C.; CARDOSO, L. C. V.; DOURADO, V. C. O processo de urbanização Brasileira. **Revista EVS-Revista de Ciências Ambientais e Saúde**, v. 37, n. 3, p. 573-585, 2010.
- COAG. Comitê de Agricultura. **La Agricultura Urbana y Periurbana**. Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación – FAO. Roma; 25-29 de janeiro de 1999. 60p.
- COCKRALL-KING, J. (2012). **Urban agriculture and the new food revolution**, New York: Prometheus Books.
- COLE, M.B., AUGUSTIN, M.A., ROBERTSON, M.J. et al. **The science of food security**. npj Sci Food 2, 14 (2018)

- COMASSETTO, B. H., SOLALINDE Z, G. P., SOUZA, J. V. R. D., TREVISAN, M., ABDALA, P. R. Z., ROSSI, C. A. V. Nostalgia, anticonsumo simbólico e bem-estar: A agricultura urbana. **Revista de Administração de Empresas**, v.
- CORRAL-VERDUGO, Víctor. Psicología Ambiental: objeto, "realidades" sócio-físicas e visões culturais de interações ambiente-comportamento. **Psicologia Usp**, v. 16, p. 71-87, 2005. 53, p. 364-375, 2013.
- CORRÊA, H. L., CORRÊA C. A. **Administração de produção e operações: manufatura e serviços**: uma abordagem estratégica. Atlas, 2009.
- COSTA, H. S. M. Desenvolvimento urbano sustentável: uma contradição de termos? **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n. 2, p.55-71, 2000.
- COSTA, H. S. M.; DE ALMEIDA, D. A. O.. AGRICULTURA URBANA: possibilidades de uma praxis espacial?. **Cadernos de estudos culturais**, v. 4, n. 8, 2012.
- COUTINHO, M. N.; COSTA, H. S. M. **Agricultura urbana**: prática espontânea, política pública e transformação de saberes rurais na cidade, Belo Horizonte 07(2) 81-97 julho-dezembro de 2011.
- CUSTÓDIO, M. B.; FURQUIM, N. R.; SANTOS, G. M. M. dos; CYRILLO, D. C. Segurança alimentar e nutricional e a construção de sua política: uma visão histórica. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, SP, v. 18, n. 1, p. 1–10, 2015
- DAINES, A. **Egyptian gardens**. **Studia Antiqua**, Provo, v. 6, p. 15-26, jun 2008.
- DA SILVA, D. O; ALMEIDA, D. H; DE OLIVEIRA GOMES, J. O ESPAÇO URBANO DE ITAPETININGA/SP: O GEOPROCESSAMENTO NA IDENTIFICAÇÃO DOS AGENTES MODIFICADORES. **Simpósio Nacional de Geografia e Gestão Territorial e Semana Acadêmica de Geografia da Universidade Estadual de Londrina**, v. 1, p. 1800-1810, 2018.
- DE ANGELIS, B. L. D. et al. **Praças: História, Usos e Funções**. Editora da Universidade de Maringá - Fundamentum (15), 2005.
- DEELSTRA, T.; GIRARDET, H.: Growing cities, growing food: urban agriculture on the policy agenda. **A reader on urban agriculture**, pp. 43-65, 2000.
- DENZIN, N, K; LINCOLN, Y, S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In _____. **Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006, p.2006. 15-42.
- DESPOMMIER, D. **The rise of vertical farms**: growing crops in city skyscrapers would use less water and fossil fuel than outdoor farm, eliminate agricultural runoff and provide fresh food. *Scientific American*, p.32-39, 2009.
- DIETZ, T., STERN, P. C., & GUAGNANO, G. A. (1998). Social structural and social psychological bases of environmental concern. **Environment and Behavior**, 30, 450-471.
- DIG FOR VICTORY**,2022. Disponível em: <https://dig-for-victory.org.uk/>. Acesso em: 22, maio 2022

DIXON, J. M et al. Functional foods and urban agriculture: two responses to climate change-related food insecurity, **NSW Public Health Bulletin**, Vol. 20(1–2), 2009.

DOBELE, M; ZVIRBULE, A. "The Concept of Urban Agriculture – Historical Development and Tendencies". **Rural Sustainability Research**, vol.43, no.338, 2020, pp.20-26

DOS SANTOS, MM; MACHADO, M. C. M. Agricultura Urbana e Periurbana: Segurança Alimentar e Nutricional, comportamento alimentar e transformações sociais em uma horta comunitária. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 27, p. e020010-e020010, 2020.

EHLERS, E., Possíveis veredas da transição à agricultura sustentável, **Agricultura Sustentável**, CNPMA/Embrapa, v. 02, nº 02, p. 12-22, Jul/Dez. 1995

ENDLICH, A. M. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná**. 2006.

FARCAS, A.C.; GALANAKIS, C.M.; SOCACIU, C.; Pop, O.L.; TIBULCA, D.; PAUCEAN, A.; JIMBOREAN, M.A.; FOGARASI, M.; SALANTA, L.C.; TOFANA, M.; SOCACI, S.A. **Food Security during the Pandemic and the Importance of the Bioeconomy in the New Era. Sustainability** 2021, 13, 150

FEBLES-GONZÁLEZ A, J.M.; TOLÓN-BECERRAB, A.; LASTRA-BRAVOC, X.; ACOSTA-VALDÉSD, X. Cuban agricultural policy in the last 25 years. From conventional to organic agriculture. **Land Use Policy**, v.28, p.723–735, 2011.

FERREIRA, J. R.; CASTILHO, C. J. M. Agricultura urbana: discutindo algumas das suas engrenagens para debater o tema sob a ótica da análise espacial. Recife: **Revista de Geografia**, Recife, v. 24, n. 2, p. 6-23, 2007.

FERREIRA, L. A. S. O processo de urbanização no Brasil. In: PACHECO, M. E. C. (Org.); NETO, A. F.; FERREIRA, L. A. S.. (Org.). **Sociologia Rural e Urbana**. 1ed.Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S. A., 2017, v, p. 103-146.

FERREIRA, R. J.; CASTILHO, C. J. M. Urban agriculture and territorial management in Recife/PE/Brasil: what place of urban agriculture in planning city? **Ateliê Geográfico**, v. 10, n. 2, p. 65-81, 2016.

FISCHER, G. N. **La psychosociologie de l'espace**. Paris: Presses Universitaires de France, 1981.

FREDDI, S. M et al. **A agricultura urbana e o "bem viver" nos espaços urbanos: um estudo de caso sobre as hortas comunitárias do município de Joinville/SC**. 2015.

GERGEN, M M.; GERGEN, K. J. Narratives in action. **Narrative inquiry**, v. 16, n. 1, p. 112-121, 2006.

GEORGE, P. **O Homem na Terra: a geografia em ação**. Tradução: João Gama, 1993.

GIDDENS, A. **Sociologia**. 4ª. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GONÇALVES, R. K. S et al. Agricultura urbana no semiárido: produção de plantas medicinais no sertão baiano. **Cadernos de Agroecologia**, v. 15, n. 2, 2020.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HERZOG, C. P. **Cidades para todos: (re)aprendendo a conviver com a natureza**. Rio de Janeiro: Mauad X/Inverde, 2013.

HÖJER, M; WANGEL, J. Smart sustainable cities: definition and challenges. In: **ICT innovations for sustainability**. Springer, Cham, 2015. p. 333-349.

IBGE, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas**: www.ibge.gov.br: censo demográfico 1940-2010

_____. **Séries Estatísticas. População e Demografia**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 abr. 2019.

ITAPETININGS/SP. **Prefeitura Municipal**. Aspectos físicos e territoriais. Disponível em: <https://www.itapetininga.sp.gov.br/pagina/2/invista-na-cidade/sub-pagina/1/> Acesso em: 15 nov. 2022

JANICK, J. Ancient egyptian agriculture and the origins of horticulture. **Acta Hort**, v.582, p. 23-39, 2010.

KENNEDY, E. H. et al. Why we don't "walk the talk": Understanding the environmental values/behaviour gap in Canada. **Human Ecology Review**, p. 151-160, 2009.

KEPPLE, A. W.; SEGALL-CORRÊA, A. M. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, p. 187-199, 2011.

KRAJHANZL, J. Environmental and proenvironmental behavior. **School and health**, v. 21, n. 1, p. 251-274, 2010.

LAPASSADE, G. L'Observation participante. **Revista Europeia de Etnografia de Educação** ,1, 9-26, 2001

LAWSON, L. The precarious nature of semi-public space: Community garden appeal, complacency, and implications for sustaining user-initiated places. In: **Public Space and the Ideology of Place in American Culture**. Brill, 2009. p. 199-217.

LITTLE, P.E. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e ação política. In: BURSZTYN, M. (Org). **A difícil sustentabilidade: Política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Garamond universitária, 2001.

LUGO-MORIN, D.R. **Global Food Security in a Pandemic: The Case of the New Coronavirus (COVID-19)**. *World* 2020, 1, 171-190

JACOBI, P. (Org.). **Gestão compartilhada dos resíduos sólidos no Brasil: Inovação com inclusão social**. São Paulo: Annablume, 2006.

JASPER, J. M. **The art of moral protest: culture, biography, and creativity in social movements**. Chicago: The University of Chicago Press, 1997.

- JATOBÁ, S. U. S. **Urbanização, meio ambiente e vulnerabilidade social**. 2011.
- KABASHIMA, Y., ANDRADE, M. L., GANDARA, F. B., TOMAS, F. L. Sistemas agroflorestais em áreas urbanas. **Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, v. 4, n. 3, p. 01-20, 2009.
- KOSTOF S. (1991) **The City Shaped: Urban Patterns and Meanings Through History**. London: Thames and Hudson
- LAL, R. Home gardening and urban agriculture for advancing food and nutritional security in response to the COVID-19 pandemic. **Food Sec.** 12, 871–876 (2020).
- LARA, P. N. S.; DOS SANTOS, M. C.; COSTA, I. C. N. P.; VIEIRA, T. A. (2019). Urban agriculture in Brazil: a bibliometric study for the period 2008 to 2017. **Amazonia Investiga**, 8(20), 124-134.
- LARAIA, R. B. **O que é Cultura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 555p
- LEFEBVRE, H. (1991) [1974]: **The Production of Space**. Oxford (R.U.) e Cambridge (EUA):Blackwell
- LEININGER, M. **Qualitative research methods in Nursing**. Orlando. Grune & Stratton, 1995.
- LEITE, M. E. Globalização e urbanização: novas formas de fragmentação. **Revista Cerrados (Unimontes)**, v. 3, n. 1, p. 11-21, 2005.
- LOPES, C. L.; LOPES, K. C. S. A. Agricultura urbana ecológica: A experiência de Cuba. **Agriculturas**, v. 9, n. 2, p. 39-41, 2012.
- LUCCI, E. A. et al. **Território e sociedade: Geografia Geral e do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2005.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. **A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- MACHADO, A. T, MACHADO, C. T. **Agricultura urbana – Planaltina, DF : Embrapa Cerrados**, 2002
- MAGERA, M. **Os Empresários do lixo: um paradoxo da modernidade**. São Paulo: Átomo, 2003.
- MALUF, R. S.; MENEZES, F; MARQUES, S. B. **Caderno segurança alimentar**. Paris: Fhp, 2000.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Editora Atlas, 1992.
- MARICATO, E. **Brasil, cidades: uma alternativa para a crise urbana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- MATOS, R. Migração e urbanização no Brasil. **Revista Geografias**, vol.2, n.14, p. 7-23, jun, 2012.

MATTOS, C. et al. Panorama da Agricultura Urbana e a construção de Políticas Públicas no Brasil. **Revista Advir**, n. 34, p.7-17, 2015.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

MAZZA, V. A; MELO, N. S. F; CHIESA, A. M. O grupo focal como técnica de coleta de dados na pesquisa qualitativa: relato de experiência. **Cogitare Enfermagem**, v. 14, n. 1, 2009.

MAZZOTTI, A. J. A; GEWANDSZNAJDWER, F. Revisão da bibliografia. In: **O Método nas Ciências Naturais e sociais: pesquisa Quantitativa e Qualitativa**. São Paulo: Pioneira, 2000.

MCCLINTOCK, N. Why farm the city? Theorizing urban agriculture through a lens of metabolic rift. *Cambridge Journal of Regions*, **Economy and Society**, v. 3, n. 2, p. 191-207, 2010.

MIYAZAKI, V. K. **Estrutura da cidade e morfologia urbana: um estudo sobre cidades de porte médio da rede urbana paulista**. 2013. 305 f. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista.

MIDDLE, I.; DZIDIC, P.; BUCKLEY, A.; BENNETT, D.; TYE, M.; JONES, R. Integrating community gardens into public parks: An innovative approach for providing ecosystem services in urban areas. **Urban Forestry & Urban Greening**, v.13, p.638–645, 2014.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MISHRA, A.; PATTNAIK, D. Urban Agriculture during and Post Covid-19 Pandemic. *Biotica Research Today* 3(1): 062-064, 2021.

MOLLISON, B; SLAY, R.M 1998. **Introdução à Permacultura**. Tradução André Soares, MA/SDR/PNFC, Brasília DF.

MONT, O.; NEUVONEN, A.; LÄHTEENOJA, S.. Sustainable lifestyles 2050: stakeholder visions, emerging practices and future research. **Journal of Cleaner Production**, v. 63, p. 24-32, 2014

MONTE-MÓR, R. L. O que é o urbano, no mundo contemporâneo. **Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD**, n. 111, p. 09-18, 2006.

MORAES, P. R. **Geografia Geral e do Brasil**. São Paulo: HARBRA, 2005.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999

MOREIRA, I. **O espaço geográfico: Geografia Geral e do Brasil**. São Paulo: Ática, 1998.

MOREIRA R. M., CARMO M. S., Agroecologia na construção do desenvolvimento rural sustentável, **Agricultura em São Paulo**, v. 51, nº 02, p. 37-56, 2004.

MOUGEOT, L. J. A. Urban agriculture: definition, presence, potentials and risks.

In: Bakker et al. (eds.). **Growing Cities, Growing Food, Urban Agriculture on the Policy Agenda**, p. 1-42, 2000

MOUGEOT, L. J. A (ed.) Agropolis: The Social, Political and Environmental Dimensions of Urban Agriculture. London: **Earthscan**, 2005.

MUELLER, C. C.; MARTINE, G. Modernização da agropecuária, emprego agrícola e êxodo rural no Brasil - A década de 1980. **Revista de Economia Política**, v. 17, n. 3, p. 85–104, 1997.

NAGIB, G. **Agricultura urbana como ativismo na cidade de São Paulo: o caso da Horta das Corujas**. 2016. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

NASCIMENTO, A. M. População e família brasileira: ontem e hoje. **Anais**, p. 1-24, 2016.

NEVES, P. D. M. Sistemas agroflorestais como fomento para a segurança alimentar e nutricional. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 41, n. 2, 2014.

NOGUEIRA, J.L.. **Genealogia de uma cidade: Itapetininga**. Vol. I. Itapetininga: edição do autor, 2005.

NYUMBA, T. et al. The use of focus group discussion methodology: Insights from two decades of application in conservation. **Methods in Ecology and evolution**, v. 9, n. 1, p. 20-32, 2018.

OSKAMP, S. (2000). A sustainable future for humanity? How can psychology help? **American Psychologist**, 55, 496-508.

“PINGREE'S POTATO PATCHES,” **Community of Gardens**, Disponível em <<https://communityofgardens.si.edu/items/show/29>> Acesso em: 21 maio 2022.

PINHEIRO, M. C; FERRARETO, L. C. Política nacional de agricultura urbana: estratégia para o combate à fome e promoção da segurança alimentar. **Fome zero: uma história brasileira**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Assessoria Fome Zero, v. 2, p. 253-264, 2010.

Projeto de Horta Comunitária na Vila Sotemo, *Jornal de Itapetininga*, Itapetininga, 5 out 2021. Disponível em: < <https://www.jornaldeitapetininga.com.br/noticias/1991-projeto-de-horta-comunitaria-na-vila-sotemo>> Acesso em: 3 out 2022.

RATTNER, H. Prefácio do livro **A duração das Cidades** –Sustentabilidade e risco nas políticas Urbanas de Henri Acselrad. Ed. PB&A. 2001. P.9

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR (PENSSAN). (2022). **‘II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil’** [livro eletrônico]: II Vigisan: relatório final. São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert, Rede Penssan. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-IIVIGISAN-2022.pdf> Acesso em: janeiro, 2023.

RESCH, S; MATHEUS, R; FERREIRA, M. de F. Logística reversa: o caso dos Ecopontos do Município de São Paulo. **Revista Eletrônica Gestão e Serviços**, v. 3, n. 1, p. 413-430, 2012.

- RESOURCE CENTRES ON URBAN AGRICULTURE & FOOD SECURITY FOUNDATION (RUAF). **Urban agriculture: what and why?** Países Baixos, [s.d]. Disponível em: <<http://www.ruaf.org>>. Acesso em: 20 abr. 2019.
- RIBEIRO, S. M.; BÓGUS, C. M.; WATANABE, H. A. W. **Agricultura urbana agroecológica na perspectiva da promoção da saúde**. Saúde soc., São Paulo, v. 24, n. 2, p. 730-743, jun. 2015.
- RIBEIRO, S. M et al. Agroecological urban agriculture-strategy for health promotion and food and nutrition security. **Brazilian Journal in Health Promotion**, v. 25, n. 3, p. 381-388, 2012.
- RIBEIRO, H.; VARGAS, H. C. Urbanização, globalização e saúde. **Revista USP**, São Paulo, n. 107, p. 13-26, outubro/novembro/dezembro, 2015
- ROGERS, R.; GUMUCHDJIAN, P. **Cidades Para Um Pequeno Planeta**. Barcelona: Gustavo Gili, 2001.
- ROMARIZ, D. A. 1ed. – São Paulo: Scortecci, 2008, 199p.
- ROSA, P. V. Políticas públicas em agricultura urbana e periurbana no Brasil. **Revista Geográfica De América Central** Número Especial EGAL, 2011-Costa Rica II Semestre 2011pp. 1-17
- SANTANDREU, A.; LOVO, I. Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção: identificação e caracterização de iniciativas de agricultura urbana e periurbana em regiões metropolitanas brasileiras. 2007.
- SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel. 1985
- _____. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo; Hucitec. 1988
- _____. **Manual de geografia urbana**. São Paulo: Hucitec, 1989.
- _____. **A Urbanização Brasileira**. 5. ed. 1 reimp. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- SCHMIDHUBER, J., TUBIELLO, F. N. **Food security under climate change. Proceedings of the National Academy of Sciences**, 104, 19,703–19,708, 2007.
- SEBATAI, C. (1997). **Os Bilhões Perdidos no Lixo**. São Paulo: Humanitas, FFLCH/USP.
- SPOSITO, M. E. B. et al. **Capitalismo e urbanização**. 1988.
- SPUDIĆ, S. The new victory garden. Royal Horticultural Society Dissertation. Wisley. Diploma in **Practical Horticulture**. 2007.
- SERRET, H.; RAYMOND, R.; FOLTÊTEC, J.; CLERGEAU, P.; SIMON, L.; MACHON, N. Potential contributions of green spaces at business sites to the ecological network in an urban agglomeration: The case of the Ile-de-France region, France. **Landscape and Urban Planning**, v.131, p.27–35, 2014.
- SILVA, J. A. da. **Direito Urbanístico Brasileiro**. 2ª ed. rev. At. 2ª tiragem. São Paulo MALHEIROS EDITORES, 421p. 1997.

SILVA, J. A. B. et al. A urbanização no mundo contemporâneo e os problemas ambientais. **Caderno de Graduação-Ciências Humanas e Sociais-UNIT-SERGIPE**, v. 2, n. 2, p. 197-207, 2014.

SILVA, N. C. C; DORNELAS, M. A. SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR. **Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação (EIGEDIN)**, v. 4, n. 1, 2020.

SILVA, R. C. N; MACEDO, C. S.. **A Urbanização Mundial**. 2009.

SIMON, D. Introduction: sustainable cities in sustainable societies. In: **Rethinking Sustainable Cities**. Policy Press, 2016. p. 1-10.

SKAR, S.L.G. et al., (2020). Urban agriculture as a keystone contribution towards securing sustainable and healthy development for cities in the future. **Blue Green Systems**, 2(1): 1-27.

SMIT, J; NASR, J. Urban agriculture for sustainable cities: using wastes and idle land and water bodies of resource. **Environment and Urbanization**, v. 4, n. 2, p. 141-152, 1992.

SMIT, J.; NASR, J.; RATTA, A. Urban agriculture: food, jobs and sustainable cities. EUA: **The Urban Agriculture Network**, 2001

SPRADLEY, J. P. **Participant Observation**. Orlando- Florida. Harcourt Brace Jovanovich College Publishers, 1980.

SPUDIĆ, Sandra. The new victory garden. Royal Horticultural Society Dissertation, Wisley, **Diploma in Practical Horticulture**, 2007.

SWIDLER, A. Cultural power and social movements. In JOHNSTON e KLANDERMANS (eds.). Social movements and culture. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1995.

TORNAGHI, C. Critical geography of urban agriculture. **Progress in Human Geography**, Vol. 38(4) 551–567, 2014.

TRAD, L. A. B. Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. **Physis: revista de saúde coletiva**, v. 19, n. 3, p. 777-796, 2009.

TUCCI, Carlos EM et al. Inundações urbanas. Porto Alegre: **ABRH/Rhama**, v. 11, 2007.

TEPPER, A.; BOROWIECKI, K. J. Accounting for breakout in Britain: The industrial Revolution through a Malthusian lens. **Journal of Macroeconomics**, n.44, p.219–233, 2015.

TURNER, B.; HENRYKS, J.; PEARSON, D. Community gardens: sustainability, health and inclusion in the city. **Local Environment**, v.16, n.6, p.489-492, 2011.

ULMANN, R. A. **Antropologia: o homem e a cultura**. Petrópolis: Vozes, 1991

VEENHUIZEN, R. (Ed.). **Cities farming for the future: urban agriculture for green and productive cities**. Holanda: RUAF, 2006.

VESENTINI, José William. Nova ordem mundial: território , soberania e democracia. **Revista do Departamento de Geografia**, n. 8, p. 103-105, 1994

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como espaço de vida reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

ZAAR, M. H. A AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA (AUP) NO MARCO DA SOBERANIA ALIMENTAR. **Sociedade e Território**, [S. l.], v. 27, n. 3, p. 26–44, 2015

ZEEUW, H. de; GUNDEL, S.; WAIBEL, H. La integración de la Agricultura en las políticas urbanas. **La Revista Agricultura Urbana**. Vol. 1, julho de 2000.

APÊNDICE A – ROTEIROS DAS ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS

Grupo Odara
Quando surgiu o grupo Odara?
Qual o objetivo do grupo?
Quem faz parte do grupo Odara?
Quando foi implementado o SAF?
Como era o espaço antes do desenvolvimento do SAF?
Por que desenvolver um SAF urbano?
Como foi a escolha do local?
Quais ações são/foram desenvolvidas no SAF?
Como foi/é a participação da população no SAF?
O que falta para aumentar o alcance do SAF na população local?
Qual a agro biodiversidade no SAF?
Qual a forma de manejo realizado no SAF?
O poder público local teve algum papel na implantação, manutenção ou desenvolvimento do SAF?
Por que se deu o conflito com a prefeitura de Itapetininga em junho de 2020?
Como o SAF se encontra hoje (grau de desenvolvimento)?
O SAF pode ser considerado uma ferramenta para a construção do sujeito ecológico?

Poder público municipal
Quais os projetos ligados a sustentabilidade e educação ambiental desenvolvidos pela secretaria (meio ambiente/agricultura)?
Existem projetos de agricultura urbana fomentado pela secretaria?
Qual a importância de um projeto de agricultura urbana?
Qual o público alvo para o projeto?
Qual o objetivo de se desenvolver um projeto de agricultura urbana?
Quais locais podem receber uma ação de agricultura urbana? Qual a participação do poder público para a implementação dessas ações?
O manejo desses locais será de cunho agroecológico?
Quais os entraves para a sua implantação/aprovação?
A prefeitura/órgão competente conhece o SAF Odara?
Existe a possibilidade da prefeitura/secretaria desenvolver ações/projetos de educação ambiental no SAF?

População
Desenvolve ações sustentáveis em casa? Se sim, quais? <ul style="list-style-type: none"> • Explicar brevemente sustentabilidade Faz tempo que as desenvolve?
Por qual motivo você desenvolve estas ações?
Pensa em aumentar essas ações sustentáveis em sua casa?
Consome alimentos orgânicos ou de hortas urbanas?
Conhece o grupo Odara?

<p>Sabe que existe um SAF aqui nas proximidades?</p> <ul style="list-style-type: none">• Explicar brevemente SAF
<p>Já foi ou participou de alguma intervenção direta ou indiretamente realizada no SAF?</p>
<p>O SAF contribuiu para alguma dessas mudanças em seu comportamento pró-ambiente?</p>

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA, TURISMO E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
(Resolução CNS 510/2016)
AGRICULTURA URBANA E IDENTIDADE
mecanismos e dinâmicas da transformação do urbano e dos sujeitos

Eu, Pedro Henrique Carvalho Carpigiani, estudante do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar o (a) convido a participar da pesquisa “Agricultura urbana e identidade: mecanismos e dinâmicas da transformação do urbano e dos sujeitos” orientada pela Prof. Dr. Antonio Henrique Bernardes.

Existem diversas ações que procuram tornar as cidades viáveis e sustentáveis, buscando ser uma alternativa para os presentes problemas no cotidiano da urbanização. Neste projeto de pesquisa será apresentada uma dessas alternativas, a agricultura urbana (AU), que agrega diferentes práticas voltadas para o consumo próprio e/ou venda para o mercado local urbano. Ocorrem em diferentes áreas em termos de tamanho, localização e propriedade da terra, sejam elas públicas ou privadas de modo informal e espontâneo. As técnicas da AU como o manejo do solo, cultivo de hortifrútis e animais que vêm incorporando ao conceito não são novas no meio urbano, mas no meio acadêmico e institucional esse objeto é novidade.

Assim, o objetivo desta pesquisa é analisar como o Sistema Agroflorestal (SAF) Odara se torna um mecanismo para o desenvolvimento de sujeitos ecológicos por meio da transformação do espaço urbano.

Você foi selecionado(a) por ser representante do poder público do município de Itapetininga, morador dos arredores do SAF Odara ou que faz, ou fez parte do Grupo Odara. Você é convidado(a) a responder uma entrevista semiestruturada com tópicos sobre diversos aspectos que envolvem a agricultura urbana, sustentabilidade e políticas públicas referentes aos temas anteriormente citados.

Caso você seja representante do poder público ou morador dos arredores do SAF Odara a entrevista será individual e realizada no próprio local de trabalho, de residência ou em outro local, se assim o preferir. Já se você faz, ou fez parte do Grupo Odara, as entrevistas serão em grupo e realizadas de modo remoto com compartilhamento de áudio e vídeo.

As perguntas não serão invasivas à intimidade dos participantes, entretanto, esclareço que a participação na pesquisa pode gerar estresse e desconforto como resultado da exposição de opiniões pessoais em responder perguntas que envolvem as próprias ações. Diante dessas situações, os participantes terão garantidas pausas nas entrevistas e a liberdade de não responder as perguntas quando as considerarem constrangedoras, podendo interromper a entrevista a qualquer momento. Serão retomados nessa situação os objetivos a que esse trabalho se propõe e os possíveis

benefícios que a pesquisa possa trazer. Em caso de encerramento das entrevistas por qualquer fator descrito anteriormente, o pesquisador irá orientá-lo e encaminhá-lo para profissionais especialistas e serviços disponíveis, se necessário, visando o bem-estar de todos os participantes.

Sua participação nessa pesquisa auxiliará na obtenção de dados que poderão ser utilizados para fins científicos, proporcionando maiores informações e discussões que poderão trazer benefícios para a área da Agricultura Urbana, para a construção de novos conhecimentos e para a identificação de novas alternativas e possibilidades para o trabalho da formação da identidade ambiental. O pesquisador realizará o acompanhamento de todos os procedimentos e atividades desenvolvidas durante o trabalho.

Sua participação é voluntária e não haverá compensação em dinheiro para tal. A qualquer momento o (a) senhor (a) pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa ou desistência não lhe trará nenhum prejuízo profissional, seja em sua relação ao pesquisador, à Instituição em que trabalha ou à Universidade Federal de São Carlos. Todas as informações obtidas através da pesquisa serão confidenciais, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação em todas as etapas do estudo. Caso haja menção a nomes, a eles serão atribuídas letras, com garantia de anonimato nos resultados e publicações, impossibilitando sua identificação.

Solicito sua autorização para gravação em áudio das entrevistas, dos encontros do grupo e da presença de um relator nesses encontros coletivos. As gravações realizadas durante a entrevista semiestruturada serão transcritas pelo pesquisador garantindo que se mantenha o mais fidedigno possível. Depois de transcrita será apresentada aos participantes para validação das informações. A transcrição das gravações feitas nos encontros dos grupos será realizada na íntegra pelo pesquisador.

Todas as despesas com o transporte e a alimentação decorrentes da sua participação na pesquisa, quando for o caso, serão ressarcidas no dia da coleta. Você receberá assistência imediata e integral e terá direito à indenização por qualquer tipo de dano resultante da sua participação na pesquisa.

Você receberá uma via deste termo, rubricada em todas as páginas por você e pelo pesquisador, onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal. Você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação agora ou a qualquer momento.

Este projeto de pesquisa foi aprovado por um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) que é um órgão que protege o bem-estar dos participantes de pesquisas. O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos, visando garantir a dignidade, os direitos, a segurança e o bem-estar dos participantes de pesquisas. Caso você tenha dúvidas e/ou perguntas sobre seus direitos como participante deste estudo, entre em contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP)** da UFSCar que está vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa da universidade, localizado no prédio da reitoria (área sul do campus São Carlos). Endereço: Rodovia Washington Luís km 235 - CEP: 13.565-905 - São Carlos-SP. Telefone: (16) 3351-9685. E-mail: cephumanos@ufscar.br. Horário de atendimento: das 08:30 às 11:30.

O CEP está vinculado à **Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP)** do Conselho Nacional de Saúde (CNS), e o seu funcionamento e atuação são regidos pelas normativas do CNS/Conep. A CONEP tem a função de implementar as normas

e diretrizes regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, aprovadas pelo CNS, também atuando conjuntamente com uma rede de Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) organizados nas instituições onde as pesquisas se realizam. Endereço: SRTV 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar - Asa Norte - CEP: 70719-040 - Brasília-DF. Telefone: (61) 3315-5877 E-mail: conep@saude.gov.br.

Dados para contato (24 horas por dia e sete dias por semana):

Pesquisador Responsável: Pedro Henrique Carvalho Carpigiani

Endereço: Rodovia Santiago França, Km 107, Bairro Cerrado dos Touros

Contato telefônico: (15)99617-0203

E-mail:

phcarpigiani@gmail.com

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Local e data:

Nome do Pesquisador

Nome do Participante

APÊNDICE C – ENTREVISTAS TRANSCRITAS

ENTREVISTA COM A SECRETARIA DE AGRICULTURA, AGRONEGÓCIO, TRABALHO E DESENVOLVIMENTO

Arquivo: Recording_2 – Tempo de gravação: 52 minutos e 20 segundos

P. Existem projetos ligados à sustentabilidade e educação ambiental desenvolvidos pela secretaria?

Solange - Nós somos duas secretarias bem distintas aqui no município. Nós temos a secretaria de agricultura e desenvolvimento e temos a Secretaria de Meio Ambiente. Esses projetos geralmente são ligados a eles, mas nós temos o caso da horta comunitária da vila Sotemo.

P. E quem participa da horta?

Anderson - Os moradores da Vila...

Solange - Nós temos o nosso agrônomo que faz visitas periódicas e também vai dar orientação. Hoje a gente não fornece mais do que algumas coisas, como insumo e que um dia, caso seja necessário, também fazemos limpeza.

P. A secretaria que implementou esse projeto ou os moradores que vieram com essa demanda?

Anderson - Já era um projeto, já de uns 10 anos...

Solange - Ele nasceu dentro da estrutura da prefeitura que já tinham várias hortas lá.

Anderson - Foi criada a lei daí teve a oportunidade de um programa chamado “horta alimento”. Esse programa é um programa do Estado, e aí juntou-se as duas coisas: o projeto de lei de hortas urbanas e a implementação do programa de alimentos, onde ele tinha essa visão de distribuir uma renda e produção.

P. - É um projeto feito em terreno público cedido pela prefeitura?

Gerônimo - Em terreno público. Tem poço artesiano no local, um pequeno trator

manual, energia elétrica, todo cercado. Em cinco mil metros de terreno.

P. - Para participar desse projeto existe alguma seleção de inscrição?

Solange - Ele é livre para participar, a única contrapartida é doar alimentos para quem tem necessidade.

Anderson - Eles são produtores de uma associação de amigos de bairro.

Solange - Hoje nós estamos reestruturando, porque as pessoas vão mudando, vão envelhecendo e o espaço estava um pouco destruído, então a gente deu uma reestruturada nesses últimos anos. Melhorar a horta, porque ela realmente está precisando de mais gente.

P, - Você sabe o número de moradores que participam?

Solange - São poucos.

Anderson - Três moradores, mas é aberto para quem quiser plantar lá. Eles trocam o uso do espaço e é só comunicar a gente.

P. - Parecido com uma horta que eu fui conhecer numa uba aqui da cidade,

Solange - Esta horta saiu da penúltima Expoagro que teve. Foi a primeira que nós participamos. O primeiro da nossa gestão. Houve uma parceria com o sindicato e uma das contrapartidas era mandar equipamentos, então foi feito uma lista de coisas que eles tinham que dar, como sementes e tal. E era para saúde, para distribuir nesses CAPS, para saúde fazer a gestão. Então existe esse início em 2018/2019. Na verdade, em 2017 e depois eu não sei como que é de trabalho. Com isso, atualmente a saúde acabou de ter aprovado o projeto da "Farmácia Viva". Eles estão preparando a documentação, mas já foi aprovado a "Farmácia Viva", com a parceria da Etec e com a nossa secretaria.

P. - E seria a produção de plantas medicinais somente...?

Solange - Somente plantas medicinais. Para fazer toda a produção mesmo

Gerônimo - Para fazer a prescrição nas unidades de saúde dessa medicação e na distribuição na farmácia.

Solange - Tem um treinamento que todos os funcionários passam para entender.

Como que faz essa prescrição...vai ser um projeto bem legal! Esse projeto ainda está bem no início. Fazendo parte da documentação, mas a gente está super animado. A saúde nos chamou para fazer a parceria e no mesmo dia que eles me ligaram, me ligou a Etec, que é nossa parceira. Eles estavam com curso de química e estavam interessados em produzir com a “Farmácia Viva” e se município não tinha interesse de participar...se secretaria não queria participar.

Gerônimo - E vai ter um curso de técnico em farmácia na ETEC, então está casando tudo

Solange - Quanto maior, mais gente participando, melhor a parceria.

P. - Qual a importância de ter projetos como esses da “Farmácia Viva”...

Solange - Tem mais um projeto acontecendo. Existe aqui...não sei te explicar direitinho. O que eu faço mais é a parte burocrática, eu não tenho tempo de ler tudo. Chama-se projeto Tangará, é uma ONG no município...Só um minutinho!

Gerônimo - Outra questão do que a V vai falar é o seguinte. Como a secretaria de agricultura ela trabalha e o número de agricultores familiares é grande. São mais de 3.000 propriedades no município. Quase 90% é agricultura familiar...Então veja bem. Um dos problemas que nós temos é que muitos desses agricultores familiares, eles procuram agregar valor ao produto deles, tipo fazer um doce, fazer um queijo, fazer algum suco, alguma coisa e tal. Então a secretaria tem procurado trabalhar na orientação de como fazer a coisa correta. Muitas dessas pessoas são fiscalizadas ambientalmente pela CETESB, e a CETESB, muitas vezes, devido à falta de pessoal, com certeza, então quando ela vai atrás dessas pessoas, ela vai porque recebeu alguma denúncia. Ela vai e notifica e autua, e a multa acaba inviabilizando a atividade da pessoa. Então uma coisa que nós estamos desenvolvendo aqui no município é a parte legal. Entrar em contato com o Conselho Estadual de Meio Ambiente. Estamos buscando fazer o licenciamento ambiental municipal, porque, diferentemente das ações que acontecem, o nosso objetivo é no sentido de trabalhar na forma educativa, por exemplo: como trabalhar os resíduos, entendeu?! Como fazer o tratamento fossa séptica, trabalhar a questão da sustentabilidade. A gente quer fazer o licenciamento ambiental Municipal e estamos trabalhando nisso. Estamos mudando o Código Ambiental para ter isso pronto. O jurídico deve estar analisando para mandar para

câmara a mudança do Código Ambiental municipal. O decreto municipal de licenciamento e fazer um convênio com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente para que o município possa fazer isso legalmente. Fazer o licenciamento de pequena e média complexidade. E o objetivo é justamente trabalhar na questão da sustentabilidade, educando o pequeno agricultor e agregar o maior valor a propriedade. A manter o agricultor no local e gerar renda e melhor qualidade de vida, respeitando o meio em que eles vivem.

Eu avancei nisso, porque a secretaria meio que acaba tendo envolvimento com esse pessoal, mas agora, na verdade, a responsabilidade legal é do meio ambiente, é a secretaria do meio ambiente. Então, como nós estamos aqui envolvidos, estou trabalhando nesse tema

Solange - Até porque a gente faz uma parceria muito boa entre as secretarias. Assim como eles pontuam no município "Verde e Azul", quando eles fazem esse tipo de projeto nós também pontuamos com o "Cidadania no Campo". E quando a gente é bem pontuado a gente recebe recursos, e todas as ações da nossa secretaria são coordenadas pela Cat, secretaria de agricultura do estado, e a gente segue as regras e vai colocando elas a serviço. Trabalhamos em parceria com todas as secretarias do município e são legados dessa gestão. Então, um com o outro...isso faz com que a gente crie uma situação em que o campo é atendido em todas as áreas. Nós somos um município grande, com seis distritos um longe um do outro. Chega a ter uma distância de bairro de 65 Km. O mais longe é o pescaria na divisa com Buri.

A nossa secretaria ela é muito menos social e muito mais a dar recursos e agregar valor ao pequeno produtor, por exemplo. A gente produz o leite, a gente faz o queijo. Transforma porco em linguiça...produção artesanal. Eu falei de um padrão exigido pela lei. Então, as leis foram as primeiras coisas que a gente se preocupou com o SIM e SISBI-POA Nós somos a quinta cidade que adequou as leis do SIM e SISBI-POA. Então, hoje a gente tá dentro do padrão. Pode ser vendido em todo o território nacional. Ele cria ferramentas, faz essas leis para que as pessoas possam fazer melhor uso e possam produzir. Aqui a gente tem o leite, a linguiça que é muito forte na nossa região que chegou a receber um prêmio. Obtendo o SISBI a gente faz com que eles possam produzir cada vez melhor. também vamos em busca de melhoria. Essa é a nossa função. A parte social é criar ferramentas para que eles possam

produzir melhor e agregar mais valor aos produtos em busca de uma melhor forma de se sustentarem. A gente quer manter a sucessão familiar no campo, porque se não ocorre que as pessoas vão para cidade, o que aconteceu comigo e com você. Também queremos segurar as pessoas no campo

P. - Na Vila Sotemo existe o sim?

Solange - Lá é só produção de hortaliças e leguminosas. Produzindo e vendendo direto

Solange - O Tangará é um projeto de bio casas. É mais um projeto que a gente vai desenvolver lá na vila Sotemo. A associação me procurou no final de semana para pedir para conversar com a prefeita para fazer alguma coisa social lá, e esse projeto estava procurando parceiros....leitura projeto Tangará.... Eles têm todo esse projeto pronto. E eles tinham a parceria ali perto da marginal, no Jardim Fogaça, com pesqueiro e tal. E ele acabou a parceria com eles, porque parece que ela já estava virando um condomínio. Aí o cara precisou tirar eles de lá. Aí eles estão desesperados, pois se eles não achassem um local eles perderiam a verba. Eu estou colocando eles junto. Já tenho uma reunião segunda-feira às 8:30 da manhã com a associação, um representante da Tangará e a prefeitura para a gente ver a possibilidade de um outro terreno ou até mesmo de um pedaço da horta e liberar para eles fazerem o projeto. Então, esse projeto vai terminar a construção de uma sede que eles mesmos vão fazer, e aí essa sede vai dar cursos de capacitação e trabalho contínuo para a população. Eu já mandei uma mensagem para comunidade, porque se eles tiverem interesse, na segunda-feira a gente já tá junto e trabalhando com o meio ambiente. Lá na vila Sotemo ficou só o seu Dinho e a esposa tem problemas de saúde, então o pessoal meio que abandonou.

Quando eles vieram falar comigo e eles pediram uma área da prefeitura para conseguirem realizar o projeto. Então as coisas estão indo...tem umas coisas bem interessantes. E aí eu juntei com a comunidade. Então tem que ver o interesse dos líderes.

P.- Qual o público alvo do projeto de agricultura Urbana?

Solange - Todo projeto de baixa renda, com pessoas de vulnerabilidade social e

econômica. Voltado para pessoas que tem risco alimentar e também para ajudar melhorar essa consciência. No caso da Tangará, o objetivo deles é dar uma assistência para essas crianças que estão ali e criar uma produção, um jeito novo de viver numa comunidade e, junto com tudo isso, a gente vai levando a paz e a consciência. Além desse projeto, a gente tem a “cozinha alimentos”. A gente acabou de receber. A gente ainda tá na fase de comprar equipamentos. Ela vai ser montada lá no nosso ceprom. Ela tem como objetivo também ensinar a cozinhar, ensinar a produzir com qualidade, ensinar as pessoas a fazer melhor uso dos alimentos.

P. - Esse é um projeto do Governo do Estado?

Solange - Sim! Eles dão 60.000 de verba para a gente comprar equipamentos e a gente entra com o imóvel. É muito burocrático a compra, mas se a gente conseguir, a gente vai ser a primeira do Estado. Tudo isso vem porque nós vamos bem no “cidadania no campo”. Nós estamos entre os 10 melhores. Já ficamos melhor posicionados, mas agora cresceu o número de cidades participantes.

Anderson - Apesar da gente cair na classificação a gente que melhorou na pontuação, porque a concorrência aumentou.

Gerônimo - Falar sobre o GPS Rural?

Solange - Sim

Gerônimo - Na verdade a secretaria tem algumas pessoas que trabalham aqui e que ainda estudam. Tem esse lance do trabalho da TI. Ele estuda na Fatec, na área de informática e se formou. Agora ele começou a desenvolver um projeto que a secretaria acabou servindo como..uniu o útil ao agradável. Pegou o trabalho dele aqui na secretaria e a grande extensão territorial do município. Então ele começou a usar a ferramenta que ele tem para tentar criar uma ferramenta de localização do pequeno agricultor da zona rural inteirinha. Todas as estradas do município, então ele começou georreferenciar quase todas as propriedades do município foi de moto com outro rapaz. Começou a partir de algumas porteiras de muitas propriedades a levantar o georreferenciamento dessa área rural e colocaram no sistema. Criaram um GPS Rural e, inclusive, foi levado para feira de Ribeirão Preto.

Solange - Na última agrishow que teve, o governo anterior já tinha lançado, e a nossa cidade foi o projeto piloto com o nosso GPS, então no estande da secretaria do estado

tem fotos da gente lá com o governador com o nosso projeto. Isso nasceu de um outro evento que foi o - inaudível - feito em Sorocaba. É uma parceria do SEBRAE que eles vão para as faculdades e tiram todas as ideias e fazem a classificação dentro das escolas. As escolas vão vendo as melhores ideias e eles estimulam com todas. Com toda essa história do Sebrae na época, a gente tinha um funcionário fantástico, o Davi, foi uma perda grande para o Sebrae porque ele era muito bom. Esse jovem preparou esse vento que todas as nossas faculdades participaram, as particulares e não. Eles permitiram também que nesse projeto e que é um projeto que a prefeitura abraçou. E tudo isso culminou onde cada um apresentou o melhor de cada faculdade e ali nos dispusemos empresários, pessoas que poderiam até comprar ideias, mais ou menos no estilo daqueles tubarão, lá com eles apresentando foi fantástico.

Gerônimo - Agora está na UFSCAR na faculdade de engenharia de Sorocaba, Fatec de Itapetininga, na FATEC de Tatuí...em vários lugares que os alunos vão desenvolvendo no laboratório e apresentaram, e a nossa foi premiada.

Solange - Nós usamos por 2 anos e no segundo ano eles entraram com GPS e ganharam em primeiro lugar. Aqui foram 3 premiados, eles foram o primeiro lugar. Daqui eles foram para esse regional que foi feito lá no parque tecnológico, que eles também foram premiados. Então foi um trabalho que nasceu dentro da secretaria. Os funcionários da secretaria, quando eu falo que eles são formados em outra coisa...é muito legal isso, eu falo que a gente permite que eles cresçam, então eles são muito gratos por isso, porque ele conseguiu a origem de tudo. Botar um projeto dele para funcionar. É mais uma forma nossa de ajudar a implementar toda acessibilidade no campo.

Gerônimo - Hoje em dia, na verdade, o maior problema é o camarada vender aquilo que ele produz. E hoje existem muitas ferramentas virtuais, então o camarada precisa ter uma localização nesse mundo virtual. Se ele não tiver localizado, ele não existe. Essa ferramenta cria a cidadania para o camarada, que a partir daí, ele passa a ser uma pessoa no mundo...

Solange - Passa ter o endereço. Isso é uma coisa super importante hoje. Que a gente tem endereço, que chega educação, que chega saúde, que chegue em segurança. O projeto é bem interessante, a gente consegue hoje localizar. O Governo do Estado daria a ferramenta maior. Naquela gestão anterior do Márcio França o projeto era

financiado pela Anfavea. Para você ter uma ideia como o projeto é maravilhoso. E depois vindo uma Startup lançar para todos esses dados. Uma coisa bem simples bem tranquila. E aí você teria todo o mapeamento. Como ele funcionava? você pegaria o Marco Zero de Itapetininga que fica aqui na praça, você colocaria o endereço e ele determinaria o mesmo modelo de uma cidade. Seria o modelo mais prático de se localizar. Esse modelo não precisa da autorização da pessoa porque você mapeia o imóvel e não a pessoa. Depois você permite que aquela pessoa coloque ou não o seu endereço, o seu nome...fica uma coisa muito pessoal.

P. - Quais locais podem receber projeto de agricultura urbana?

Solange - Tem mais um terreno que talvez faça outro projeto. Tem um outro aqui no Jardim Brasil que nós estamos vendo também. Já mandamos fazer análise da água, porque lá tem bastante água. Tem outros que nos procuraram, mas não há viabilidade, porque não tem água. Para você conseguir fazer, você teria que ter um poço, ter uma estrutura de água potável junto, porque não dá para você mandar água da rua junto.

P. - Mas eles procuraram para implementar o projeto em local público ou particular?

Solange - Tudo em terreno público, da prefeitura. Terrenos na própria prefeitura e todos os loteamentos Institucionais podem ser usados, quando a lei que criou, permite para a gente fazer esse tipo de ação para comunidade.

P. - Sobre a participação do poder público, vocês já colocaram que ele ajuda com sementes, insumos e com a própria estrutura do terreno, a parte legal também.

Esses projetos como o da Vila Sotemo tem uma visão agroecológica ou é algo relacionado a agricultura convencional?

Anderson - Faz uso de algumas coisas, mas não é exclusivo orgânico. Eles usam defensivos agrícolas, mas basicamente é o uso de adubos químicos do que de defensivos

P. - Quais os entraves para implementar um projeto desse?

Solange - Geralmente é a falta de interesse mesmo. Até a última vez que a prefeita fez uma publicação sobre o assunto, ela falou que era só procurar a secretaria.

Algumas pessoas procuraram, mas a gente foi ver e havia somente o interesse próprio e a gente gostaria que fosse interesse coletivo, da comunidade.

Gerônimo - Falta visão de coletivo, e aí é um problema educacional...

Essa horta quando começou na Vila Sotemo, coisa de dez anos atrás, eu participei do início dela. No início dela a associação de moradores tinha pelo menos umas 15 ou 20 pessoas envolvidas. Eles faziam reuniões a cada 15 dias, daí o pessoal foi se evadindo e hoje uma das primeiras pessoas que começou era um senhorzinho que morava do lado, o seu Dinho. E aí é ele quem continuou tocando. Ele conseguiu convencer outros dois moradores a ajudar ele, e aí eles vendem e distribuem para alguns. "Se é para mim eu vou cercar e vender para alguém, se um coletivo é para ser distribuído. Certamente não vai ter envolvimento, porque não vou ganhar nada". Infelizmente essa mentalidade do brasileiro, não somente em Itapetininga. Mentalidade muito individualista. Não tem uma visão de coletividade. A gente não conseguiu se educar para isso.

Anderson - Em outro local na Vila Palmeiras, ali em cima, o pessoal começou, mas já houve discussão e logo terminaram. Nem começaram direito. Acharam que o outro ia ganhar, mas o outro não...

Solange - Parece que a doação incomoda. Se você tem uma mercearia, uma estrutura de supermercado, parece que eles fazem de tudo para não ir para frente, porque vai incomodar. A gente entende eles, pois trabalham com isso. É muito complexo.

P. - A secretaria conhece o SAF ODARA?

Anderson - Até onde eu sei, implantaram o sistema de uma maneira aleatória. E nem foi acordada com o meio ambiente e tal. Parece que teve uma dificuldade. Até onde eu sei era um grupo de amigos, eles tinham visão, a filosofia desse trabalho que foi se acabando e depois parou. Mas não sei como que o ambiente conduziu.

Solange - Na época que foi fazer aquela mudança, aí foi feito o projeto eles ficaram bravos, eles fizeram algo de uma forma muito aleatória, não seguiram planejamento realmente de mata ciliar.

Anderson - Não fizeram pelos meios legais, pela prefeitura.

Solange - Não seguiram um cronograma...porque se eles tivessem projeto, não poderia ter sido mexido. Não chegou nenhum projeto, só se chegou ali no meio

ambiente

P. - Última questão e a gente pode finalizar caso alguém não tenha mais nada a falar. Existe a possibilidade da secretaria de agricultura desenvolver o projeto e continuar com ações no SAF Odara

Solange - Só nos procurar, tudo nos interessa!

Anderson - A gente já aproveitou, na verdade já até elaborou um projetinho e encaminhou para plataforma Brasil de implementação de saf. No momento não era na área urbana, mas a gente acabou não sendo contemplado.

Solange - Sempre que abre uma possibilidade a gente se inscreve, mas nem sempre a gente consegue o recurso. A gente está super disponível. A última vez que a gente mandou projetos, nós fizemos 12. A gente corre atrás, só que desses 12 a gente conseguiu alguns só. Duas retroescavadeiras. A gente tenta tudo, por exemplo: com o “cidadania no campo” a gente conseguiu duas viaturas só para fazer a segurança do campo. É um perfil diferente de segurança, uma ideia comunitária. Eles vão até as propriedades, conhecem o produtor, deixam um contato e visitam periodicamente para ver se está tudo bem. Muitas vezes acontece um problema lá e eles nem vêm para cidade fazer a notificação. Às vezes o problema é recorrente entre eles, então a gente vai tentar eliminar esses problemas de comunicação entre os moradores.

Anderson - Um trabalho que a gente faz, mas não é na área urbana, é o protocolo de transição agroecológica. Tem dois ou três que estão iniciando a fazer. Não é na área urbana, a demanda está sendo na Rural.

Tem o curso em conjunto com o SENAR de morango orgânico.

Solange - Temos muitas parcerias com o SENAR e a prefeitura. Tem gente que vem até de outras cidades para participar de curso de capacitação dentro da secretaria. Quando o SENAR disponibiliza, a gente faz, porque a gente tem muito foco na rentabilidade do produtor agregar valor e conseguir tirar recursos.

Anderson - O foco é produção e comercialização, então essas certificações...

Solange - Estamos fazendo agora o SIM vegetal, na verdade é o SISBI vegetal. Assim como existe o animal, o SISBI vegetal na verdade não existe ainda, mas existe a possibilidade da lei. Ainda não implementado porque são formas de melhorar. Tantas pessoas que produzem vinho artesanal, compotas, ainda mais com essa coisa

vegana. Tem muita gente fazendo coisa nessa área, mas que tem muita dificuldade porque depende de vigilância sanitária, depende da estrutura do estado. Elas, infelizmente, têm muita dificuldade de chegar até eles. A gente tenta tirar essa burocracia, deixar os caminhos mais livres e mais fáceis. Se você registra e passa pelo processo de aprimoramento, convidando eles para fazer os cursos, como o da cozinha alimentos. A ideia é transformar algo que gere várias possibilidades de ensinamento, de agregar valor ao produto. Tem que melhorar cada dia mais a vida do cidadão, incentivar o empreendedorismo, tanto que nossa parceria com o Sebrae é muito forte. Tudo que a gente puder ajudar aquela pessoa a empreender que seja um grande sucesso. Essa que é a nossa visão

Agradei aos presentes e conversamos mais algumas coisas fora da pesquisa e nos despedimos.

APÊNDICE C – ENTREVISTAS TRANSCRITAS

Entrevista com a Secretaria de Meio Ambiente

Arquivo: Recording_3 – Tempo de gravação: 16 minutos e 37 minutos

P. Quais os projetos ligados à sustentabilidade e educação ambiental desenvolvidos pela secretaria?

Sandro - Como a gente participa do município “verde e azul” a gente tem que seguir algumas metas, né. Para a gente conseguir pontuar, por exemplo, aqui na cidade foi criado o “adote uma praça” que funciona da seguinte forma: as empresas privadas acabam adotando uma praça e essa parte de cuidado da praça, plantação de árvores, de paisagismo todo, fica a cargo das empresas. Temos também o “câmbio verde” que a população traz o reciclado em troca de alimento. As pessoas mais carentes às vezes acabam passando por nesse projeto. Esses são os projetos que nós temos aqui voltado à essa área, fora as vistorias de rotina.

Gabriel - Temos a cooperita (Cooperativa de Reciclagem de Itapetininga)

Sandro - Auxiliar o município e os munícipes, então o que acontece? a gente tem o PEV, um ponto de entrega voluntária. Por exemplo, o pessoal que vai fazer uma reforma, quebrar uma parede, fazer uma poda de uma árvore, quebrou o armário...para pessoa não ter que alugar caçamba e ter que levar, a gente autoriza a pessoa e ele faz o frete para colocar e acaba descarregando ali. A gente leva para o lugar correto.

Gabriel - Isso reduziu bastante esse tipo de resíduos volumosos de construção civil que eram depositados nas margens de córregos e corpos hídricos, terrenos baldios, diminuiu a poluição visual, a criação de animais vetores de doenças peçonhentas.

Sandro - O ele alugava a caçamba ou pagava o frete até o local de descarte ou acontecia o descarte no local irregular.

P. - As empresas que adotam uma praça têm qual tipo de retorno?

Sandro - É pela imagem e ajuda a gente na conservação do meio ambiente...

Gabriel - É ligada à responsabilidade socioambiental.

Sandro - Dá um retorno bom para os munícipes, gera uma economia ao erário municipal e com isso aumenta a capacidade do município em levar às comunidades novos investimentos.

P. - Como que as empresas fazem para adotar uma praça?

Sandro - O que que acontece? Você vem até a secretaria do meio ambiente e fala que quer adotar uma praça. Aí você vai contar para a gente o local, aí tem um decreto municipal que dá toda a especificação do que você pode colocar. Placas, por exemplo. Não pode colocar placa de 5 metros. Tem o tamanho padronizado que é colocado. Dependendo da praça a gente orienta. Praça de muito movimento a gente pede para evitar árvore, aí tem gente acostumada com parquinho. Não, é só paisagismo, deixar arrumada praça.

P. - Projetos ligados à agricultura urbana...

Sandro - Não é vinculado a nossa secretaria

P. - Caso uma empresa adote uma praça e queira utilizar o espaço para produção de alimentos, fazer uma horta comunitária, plantar árvores frutíferas...

Sandro - Não pode, porque o decreto não permite pelo seguinte fato. Ele pode colocar placa a cada 400 m. Como a gente não tem placas nesse sentido, não seria possível. Vai colocar propaganda? Ele até poderia colocar placa incentivando, mas a partir do momento que ele coloca, ele não pode pôr o nome dele.

Gabriel - Só para complementar o que o secretário falou. A parceria pode ser para conservação, manutenção, transformação e até mesmo construção. Agora a gente tá com novo parceiro pelo projeto “adote uma praça” que ele vai construir uma praça no Jardim Morada do Sol. Isso também se estende à campo de futebol, pode ser implantado nos canteiros centrais das avenidas e nas rotatórias como nós temos visto.

P. - Seguindo agora por pelo outro tópico da pesquisa que se delimita a estudar o SAF Odara. Vocês conhecem o espaço?

Gabriel - Conhecemos, porque até passamos por ali. É um lugar de bastante movimento...já ouvimos falar também do projeto.

P. - Existe uma possibilidade caso o grupo que desenvolveu chegar com projeto de educação ambiental naquele local?

Gabriel - Ele pode apresentar. Nós vamos estudar, né secretário?!

Sandro - Já tivemos alguns projetos e a gente repassa. De repente da forma que o projeto for não fica aqui com a gente. Vou dar um exemplo: tem um projeto “pé no mato, pé na mata” é um projeto com o Instituto Florestal, que é do estado. As crianças saem da escola e entram na mata para aprender com os estagiários e professores. Eles vão ensinando. Se tiver lixo eles vão falar que não pode, vão falar sobre as árvores, sobre a vegetação, conservação. Esse projeto é uma parceria com Instituto Florestal, mas também se for viável e vier um particular que tem um projeto e que quer montar, a gente vai direcionar. De repente esse projeto é da parte ambiental, mas vai envolver educação, aí vai para secretaria de educação ou para secretaria de agricultura. A prefeitura está aberta para o desenvolvimento dessas questões.

Gabriel - Esse espaço que o Pedro falou foi adotado pelo senhor Wagner. Ele adotou todo aquele trecho. Então saf está adotado.

Sandro - Ele pegou aquele trecho de ponta a ponta.

Gabriel - Você falou algo interessante, não para fins do seu trabalho. mas para fins de questão das hortas comunitárias. Tem um agrônomo, o engenheiro Renato diz que tem que ser muito bem pensada a questão da segurança alimentar. Se você planta uma horta no lugar...quem vai atender. Quem garante que alguém não vai, muitas vezes por desconhecimento, ou por aplicar algo...fazer algo que corram riscos em relação às questões sanitárias. A segurança alimentar a horta comunitária você vai estar fornecendo alimentos para as pessoas, muitas vezes o consumo vai ser sem cozimento nem nada e isso aumenta o risco de contaminação por agentes patogênicos e tal. Então a horta que a secretaria de agricultura mantém é toda cercada. No final da noite fecham com cadeado.

P. - Exatamente! Essa é uma das ideias das hortas comunitárias e da Agricultura Urbana. Foi um dos tópicos da conversa com a secretaria de agricultura. A secretária

tocou no assunto sobre a vila sotemo e explicou até que estava entrando um novo parceiro, uma ONG chamada Tangará

Gabriel - Isso a Tangará. Nós estivemos em reunião com ela.

Sandro - Isso, semana passada ou retrasada.

Gabriel - Semana passada com a ONG e com a Solange

Nós falamos do viveiro para você?

Sandro - Não, não falamos.

Gabriel - É mais um projeto ligado à sustentabilidade. O viveiro o nosso faz mudas para projetos de arborização urbana, viária e paisagismo, para manter nossas áreas verdes. Itapetininga tem muita área verde urbana. Grandes praças, como a Peixoto Gomide...outro dia estava lendo um artigo muito interessante, que falava da diferença entre praças, jardim e parque...

Sandro - Conhece a praça Pet? É uma praça fechada onde a pessoa pode levar o seu Pet e soltar. Ficou muito legal!

Sandro recebeu uma ligação e teve que se retirar, com isso a entrevista foi encerrada.

Gabriel e Maurício ainda continuaram conversando sobre coisas que não competiam ao objeto de estudo.

Nos despedimos e me retirei.

APÊNDICE C – ENTREVISTAS TRANSCRITAS

ENTREVISTA COM O GRUPO ODARA (Grupo focal)

Arquivo: Recording_4 – Tempo de gravação: 1 hora e 11 minutos

Entrevista grupo Odara

PEDRO - Pronto pessoal. Estou gravando aqui a nossa conversa, então depois eu gostaria que vocês falassem se aceitam participar da nossa conversa. Durante entrevista qualquer dúvida é só chamar palavra e desbloquear o microfone e complementar a ideia do outro colega para que esse papo flua de forma tranquila e espontânea e se não se sentirem à vontade podem ficar quieto tranquilamente. Não sejam forçados à participar, ok?

Primeira questão é sobre quando surgiu o grupo Odara. Se vocês lembram de uma data ou um momento específico.

João - Você lembra de data, Paulo?

Maurício - Eu lembro de muitas ocasiões, mas é difícil lembrar de datas. Mas começando, assim, eu lembro do Paulo falando do espaço, que até então não tinha, sei lá, um uma única muda de árvore naquele espaço todo.

Paulo - Eu tô tentando ligar o computador para ver se eu acho as fotos, e daí dá para ter uma base pela data da foto, mas eu também não lembro a data certa. O que que a gente pode considerar de data?

João - Pensando e data, e aquela primeira foto que você postou no Facebook do espaço, falando sobre o entulho, lembra disso?

P. - Sem problemas, vocês resgatam em algum momento da nossa conversa para não ficar preso a data. Só para gente também ter ideia de tempo, para a gente se situar.

Paulo - Primeira postagem tá como maio de dois mil e dezoito

João - 4 anos, caramba!

P. - Qual foi o objetivo formar o grupo Odara?

Paulo - Acho que a ideia foi uma intervenção ali na área. Trabalhar, fazer uma intervenção ambiental na mata ciliar, e as coisas foram acontecendo. Mutirões e encontros com diversos objetivos

João – O objetivo era trabalhar na área e depois ele foi se espalhando onde mais a gente poderia agir.

Maurício - A ideia era ocupar aquela área e dar um uso nela, né? Quanto de lixo a gente não tirou no começo? Quanto de entulho não tinha ali?

P. - Então o grupo surgiu para dar uma intervenção naquele espaço onde existe o saf Odara?

Maurício - Que eu lembro acho que foi isso. A gente começou a fazer uma intervenção naquela área plantando e depois novas pessoas vieram agregar no grupo. A gente fez algumas oficinas lá na área. Depois a gente começou a partilhar esse conhecimento em outros espaços. A gente foi numa fazenda e depois em uma Pousada Ecológica. Conseguimos chegar em Tatuí. Existiam propostas diferentes. Uma era um atrativo turístico para trazer mais pássaros. E a outra proposta era para fazer algo mais produtivo, para comercializar.

Júlio - Fizemos uma oficina na escola uma vez em Angatuba.

P. – A oficina era ligada a agricultura Urbana?

Paulo - Fizemos para os professores. A ideia era de fazer uma capacitação para eles

Maurício - É isso mesmo! A ideia era trazer esse conhecimento, essa prática para os agentes da escola que seriam os professores, coordenadores, a tia da Cantina e alguns pais que apareceram por ali.

Paulo - Se eu não me engano, até o prefeito e o secretário de educação apareceram por lá.

Maurício - É legal pensar que com essas ações do Odara...a gente não tinha referências no município. Já tinha o movimento de plantio de empresas que fazem recomposição de área, nada muito especial com relação a essa questão urbana. A gente já viu outras ações que vieram no município. A gente vai acompanhar ao longo do tempo, e aí vai vendo o impacto da prefeitura faz o plantio, mas faz o plantio

descoordenado. Cada hora a gente vai se preparando para uma situação e vai vendo que não tem ação voltada para esse fim, sabe? Eu acho que disso tudo, acabará sendo essa ideia de intervenção e ocupação.

A gente tava bem forte com a ideia de ocupar, mesmo sabendo que poderíamos correr o risco dos caras passar por cima de todos os trabalhos. Até hoje a gente pode pensar que eles vão lá e passar e devastar o trabalhando do Odara na beira do rio e tudo. Ao mesmo tempo você vê que tem esgoto, tem lixo, tem braquiária, mas não tem ação conjunta e ele continua sendo uma área de residência. Ele tá bonito e poderia ser ter sido uma ação junto com a prefeitura, que com certeza renderia bons frutos.

Júlio - Bom foi nosso esforço conversar com eles por um tempo. Voltando nessa questão, a gente tava ali para fazer uma referência. Que a gente pode unir pessoas, Vou compartilhar uma questão pessoal minha. Na época, o que eu mais queria era aplicar o conhecimento que eu tinha aprendido.

O Paulo foi um grande professor, né. Eu só tô aqui por causa dele hoje.

Maurício - É legal esse tema que o P. tá tocando. A gente teve várias provas que isso poderia ter virado melhor, mas isso continua meio que uma grande necessidade de se abordar.

Esse é um assunto de trabalho nas escolas da comunidade e que eu acho que, sei lá, eu acho uma besteira não ter uma Prefeitura que de repente não cuida das nascentes, não cuida das margens dos rios, das águas. Bem, tá bem zoadado, e se a gente pensar em território, Itapetininga é a terceira maior do Estado e a gente poderia pensar que o município poderia virar para esse lado ambiental e sustentável. Enfim, poderia ser uma referência. Existe muita coisa para fazer, e é legal pensar que como isso chega bem nas pessoas.

P. O grupo surgiu quando vocês implementaram SAF?

João - Pelo que eu me lembro, o Paulo começou a plantar na área. Foi uma coisa bem natural. Eu lembro a primeira vez que eu fui lá e aí a gente começou a ter ideias Depois a gente começou a ter contato com o Maurício e o Júlio. Sabíamos da Laís. Foi bem natural onde começou a plantar, e aí foram surgindo ideias do que mais a gente poderia fazer lá.

Maurício - Ah! uma outra coisa que eu lembro. Estava eu o Paulo e aí a gente começou

a pensar: “Viu, cara! A gente tem que ir para internet fazer um vídeo”. Mas ninguém queria aparecer no vídeo. Aí a gente fez o Instagram e uma página no Facebook. Esta foi uma maneira da gente criar uma identidade. Assim apareceu o nome Odara.

P. - Como que era o espaço antes de existir o SAF? O que vocês lembram daquele local?

João - Uma referência que eu tenho é que aquela é uma marginal onde o pessoal caminha de manhã, e ali era o trecho que o pessoal chegava até aquele trecho e voltava. Ali era o final daquele trecho e, hoje em dia, ela meio que virou uma praça. Então as pessoas começaram a caminhar até lá e olhar o espaço. Teve essa mudança.

Maurício - Era um trecho de chão de terra que era uma continuação da pista de caminhada. Do lado era tipo grama ou braquiária bem cortadinho, assim ficava sempre roçada. Não lembro mais ou menos quantos metros. Tem uns 250m talvez no total.

Paulo - Era um local de beira de rio. O córrego meio que poluído e, do outro lado da margem, tem uma mata. Uma margem de mata e tinha umas duas obras se eu não me engano.

P. - Por que desenvolveram o SAF naquele espaço?

João - Olha eu acho que é questão de ele ser em espaço de mata ciliar e que estava sem nada. Era um lugar meio esquecido, no fundão onde passava o bastante gente, mas através de uma intervenção, poderia ser um espaço bacana que a gente estaria fazendo. Era um lugar que estava pedindo alguma coisa. Um baita de um gramado na beira do rio e não tinha nada. Surgiu mais ou menos assim, pela vontade de fazer alguma coisa e achar que ela queria espaço adequado.

Paulo - Aí veio primeiro encontro. Jogo rápido. Fizemos um dia de plantio e ainda e mutirão com uma galera, não foi?!

João - Isso!

P. - Tinha mais alguém que fazia parte do grupo? Ou vocês foram os desbravadores e foram ficando

Júlio - Teve a Gabriela também. Fez parte do grupo, aí não lembro porque ela saiu.

Creio que seja por motivos pessoais. E resta a gente mesmo

Paulo - A gente tava sempre lá, mas nos mutirões iam aparecendo pessoas que participavam não tão ativamente, mas que iam lá dar uma conferida.

Maurício - Outros iam em outros mutirões. Tinha o caso do vizinho que vinha plantar com a filha. Então o espaço foi ficando meio que conhecido dos vizinhos. Tinha ali na frente o cara da academia. Eu lembro desses casos. Isso ia de um ouvir e falar com os moradores. Sempre tinha alguém ali fazendo uma intervenção meio que do nada

Paulo - Aparecia uma mudinha plantada aqui, outra ali.

Maurício - Além das intervenções humanas que apareciam do nada, tinha a intervenção das Capivaras.

Júlio - Teve aquela das bananeiras que demoraram para crescer.

P. – Por que desenvolver um sistema agroflorestal Urbano? Qual a importância?

Maurício - Eu acho que coincidiu. O Paulo tava na agrofloresta. Acho que era uma ideia a gente tinha em comum

Laís - Eu acho que a agrofloresta é um assunto que atrai todo mundo aí do grupo, né!

Paulo - É realmente era uma coisa bem forte ali nos 5. Eu não tinha nenhuma dúvida que seria legal desenvolver algo do tipo. Não ouvi nem divergência

João - Teve essa pegada do cenário urbano, de plantar árvores nativas e mostrar que é possível você recuperar uma mata dentro da cidade, em conjunto com uma bananeira o maracujá.

Laís - Mostrar que a cidade pode ser produtiva. Acessar o alimento ali perto por que é legalzinho. Para as famílias...era meio que o quintalzinho delas. Hoje quando você passa dá para ver que tem pessoas ali pegando coisas. Mostrar que dentro da cidade dá para plantar árvores de espécies que a gente pode comer.

Maurício - E deu para comprovar que é possível recuperar uma área e produzir alimentos. Infelizmente isso ainda inovador

P. - Quais foram as ações ou projetos que vocês desenvolveram no SAF?

Maurício - Fizemos uma oficina de compostagem.

Paulo - Acho que as primeiras foram mutirões de plantio.

Laís - Fizemos uma que tinha a ver com a estação do ano.

Paulo - Depois respondo...A gente fez uma de compostagem e depois de bambu...na verdade uma composteira de bambu e mais alguma outra coisa que eu não tô me lembrando.

P. - Quem que participavam dessas oficinas?

Júlio - Sempre foi variado. Aparecia gente até de outras cidades. Vira e Mexe apareciam crianças.

João - A gente costumava criar um evento no Facebook e deixava aberto, assim para pessoal confirmar...foi meio que espalhando. Quem se interessava era bem-vindo!

Laís - A ideia era fortalecer essa rede...a gente criou uma rede.

P. - E a população do entorno abraçou? Eles foram fazendo de forma espontânea sem que vocês estivessem ali, ou eram pessoas de outras localidades que acabam interagindo?

Paulo - Eu acho que eu houve uma interação. Lembro de algumas situações que a gente chegava lá para mexer e já via algumas coisas diferentes. Muitas coisas a gente não sabia quem tinha plantado. Uma árvore...uma muda, então a gente não sabia. Então pensamos que tinha uma interação da população do entorno.

Maurício - Tinham de moradores próximos e como falaram de invenções secretas

Júlio - Tinha um morador que ele levava uma enxada sempre que alguém estava fazendo alguma coisa

Maurício - Sempre aparecia alguém querendo alguma coisa. Pessoal aparecia para colher. Uma vez eu tava lá e tinha uma senhorinha que tava saindo com chumaço de manjeriço.

P. - Vocês chegaram a convidar a turma das proximidades para participar?

Maurício - É, realmente, era mais visual. Eu não me lembro da gente ter ido nas casas chamar.

João - De vez em quando estava plantando manejando aí passava o morador parava deixar um saco de esterco, plantar uma muda, era algo bem espontâneo nos mutirões. O Anderson e a família dele que plantou um pezinho de limão, eu acho, que na oficina de compostagem.

Maurício - Tem uma rua que dava de frente ali. Eu acho que era mais aquela rua ali

que o pessoal se interessou. O próprio Anderson, o (sobrenome) que passava de Saveiro e deixava esterco, o cara da academia.

João - Tinha um de uma outra loja dele na frente que chegou a plantar uma árvore com o sobrinho dele...neto, alguma coisa assim.

Maurício – Sim, aquele do negócio de extintor.

Paulo - Me lembro de uma senhorinha que a gente tava no Mutirão e ela era moradora próxima e acabou vendo a gente plantando e falou que tinha uma muda na casa dela, que ela queria plantar e tinha até um apelo sentimental. Era uma muda enorme.

Maurício - Tem a casa das paineiras, né Felipe. Que foi mais para frente e que apareceu porque a gente tinha divulgado na internet e pessoal começou a querer. E aí do nada ele chegou com um amigo com várias árvores paineiras para plantar...a gente falou: “como assim várias?”.

Laís - E elas são bonitas!

Maurício - E aí elas tão ali até hoje na resistência. Tão ficando lindas. A gente começa a divulgar e a galera chega. Isso faz falta. Fazer um café da manhã era uma ação, assim, bem massa para um domingo de manhã. Galera bem da hora!

Júlio - Era legal os dias que a gente estava trampando lá e uma senhorinha e um senhorzinho passavam e aí eles se lembravam: “Nossa, tem uma horta em casa!”. Era bem legal para mim. Traz a lembrança para a coisa do interior, de pessoas que tem um pezinho de limão, abacate, tem as ervas medicinais para fazer chá, os temperinhos para cozinhar...que é legal. A gente traz recordação para o pessoal que tinha ou tem. Uma nostalgia.

P. - Qual a agrobiodiversidade que tem no SAF?

Paulo - Tem árvores nativas, pé de bananeira, mamão, tem algumas hortaliças, mandioca, batata doce, maracujá, produziu astrapéia, entre outras nativas. Chegou até ter abelha. Mandeí algumas fotos no grupo enquanto estava conversando. Ela estava cercada com margaridão que tava bem alto, e em uma das intervenções da prefeitura eles baixaram bem, por que formavam um “u” e a caixa estava escondida bem ali, no meio. Não dava para ver, não estava tão exposta. E aí a prefeitura foi lá e cortou o margaridão. Abaixou bem, e acho que alguém com má intenção passou ali e levou embora a caixa. Infelizmente não estamos avançados para essas coisas. Hoje

em dia eu penso que não colocaria, infelizmente. Paineiras do Alexandre que ele levou num dia, tem guapuruvu, pé de abacate, a cânfora tá bem grandona. A folha dela cheira Gelol.

João - Aquele para fazer chá. Como é o nome mesmo?

Paulo - Erva cidreira.

Maurício - Uma roxinha que dá um casulinho.

Paulo - A vinagreira brasileira. Deu bem bonito lá é essa

P. - Vocês falaram bastante da agrobiodiversidade. Qual que era a forma do manejo utilizavam lá?

Paulo - Era uma ideia agroecológica. A gente procurava...não lembro da gente ter usado nenhum veneno ou algo do tipo assim lá, a usar calcário e esterco. Uma coisa legal que a gente pegou foi bastante matéria orgânica lá no Sesi. Eles têm uma área bem grande lá na escola. Eles fazem lá no fundão da escola umas pilhas de resíduo de grama e de poda. A gente foi lá pegar algumas vezes e pegou essa matéria orgânica e foi jogando lá na área. De vez em quando a prefeitura tirava tudo

Maurício - O que ajudou bastante foram os núcleos, né?

Júlio – Além disso, a questão que a gente fazia manejo e tinha um manejo da prefeitura também relação a poda e cortar a grama

João - A gente tinha os mutirões. As atividades eram bem livres. Quem tinha tempo livre plantava ou ia fazer alguma coisa. E aí nos mutirões a gente concentravam os grupos.

Maurício - O solo era bem compactado, bem durão.

P. - Vocês falaram da prefeitura algumas vezes. O poder público teve alguma ajuda para implantar ou para desenvolver e manter o local?

Maurício - Eu acho que tem uma certa falta de comunicação. Eu acredito que ela tinha a intenção de cuidar do espaço, mas com uma visão quadradinha, não agroecológica. Deve ser falar para os caras roçar, mas não fala como que têm que roçar. Não tinha treinamento, poderia ter sido melhor dialogado o que fazer naquele espaço.

Paulo - Eu acho que em algum momento a gente tentou fazer uma comunicação, mas foi um pouco difícil. O que acaba rolando no manejo ali, naquele espaço é que nós

estamos fazendo...ele era diferente do que ele somente roçar a grama. E aí o cara roça toda a marginal e ele já aproveita e faz a mesma ideia, sem informação de que por exemplo a matéria orgânica tem que ficar naquele espaço, que a planta ia gostar. Sem informação de que roçar em volta de uma árvore...

P. - Talvez uma ideia mais paisagística

Maurício - Galera sempre acha que é mato: "Ah, isso aqui é mato!".

P. Certa vez eu lembro que teve bastante barulho nas redes sociais. No meio da pandemia teve uma grande comoção nas redes sociais falando que a prefeitura tinha chegado lá arrancando algumas mudas que faziam parte do SAF. O que aconteceu nesse dia?

Paulo - Eu lembro que eu tava trabalhando lá e tocou o meu telefone. Era o (pessoa da prefeitura), falando que estavam lá na área fazendo um trabalho...que a turma tá arrancando as mudas do lugar. O seu Valter trabalha na prefeitura. Ele já contribuiu com mandioca e algumas coisas. Assim...então ele sabia que a gente cuidava de lá. Ela sabia mais ou menos disso, aí eu coloquei para a turma e foi se espalhando. E aí o negócio cresceu...foi louco! Foi uma galera lá.

João - Eu lembro de estar chegando lá e os caras com trator com duas árvores na pá. O trator meteu no chão a pá e sacou duas árvores com uma retroescavadeira. E aí chegou todo mundo filmando e indo para cima dos caras da prefeitura. Um grande impasse, bate boca e os caras, tipo, e agora fazer o quê? Eles meio que deram para trás, mas já tinham começado o serviço. E aí eu tava pensando agora...que bizarro que os caras iam fazer? Levaram com caminhão e jogar em algum lugar um monte de árvores?

Maurício - Eles cavaram, depois do bate-boca, um buraco. Ligaram para prefeitura. Ficou um negócio bem cabuloso, sim. E a gente perguntando: "Cadê o documento? O que que tá acontecendo?". Meio que na hora decidiram que não iam fazer mais. Fizeram um buraco e colocaram as plantas. Plantaram embaixo da Fiação, uma coisa que a gente respeita bastante porque tem esse lance, né, de perto de uma área de fios.

Júlio - Uma rede elétrica de alta tensão é isso.

João - Eles alegavam que tinha um projeto muito antigo que tinha sido aprovado e que era exatamente ali uma das praças. Tinha um monte de área livre para frente e para trás, mas não, era exatamente ali que a praça tinha que ser colocada. Uma maneira meio burra, né? Porque eles poderiam ter organizado e adaptado algo para a praça, mas a preferiria quis arrancar tudo. É isso que eles iam fazer, arrancar tudo se a gente não chegasse lá.

P. - Iam utilizar a área que já estava plantada para desenvolver alguma coisa?

Maurício - Não tinha um lance que queriam fazer um levantamento das espécies que utilizar lá?

Paulo - Eu não sei, parece que eles iam arrancar tudo pela forma do que eles chegaram com a retro e máquinas pesadas mexendo ali, eles iam fazer um desastre com essa ideia de que iam fazer essa praça lá. Tinha tanto espaço para sair essa praça, tanto que ela não aconteceu, aí ela ficou do lado...eu não entendi muito até hoje. Não tem explicação do porquê que eles agiram dessa forma.

Maurício - Você lembra também que a gente fez a contagem das mudas? Era algo do tipo de uma 70 ou mais?

Paulo - 70 ou mais menos. Tem bastante coisa lá.

P. - Episódio mais recente ou...

João – Não, antes da gente mexer lá. Inclusive eles arrancaram o pé de laranja que o pai tinha plantado com a filha. Tinha uma mudinha de um pouco mais de um metro que ela e ela molhavam. Eles tinham criado esse vínculo e foi uma dessas mudas que eles arrancaram e destruíram. Não conseguimos nem replantar, sumiu a muda.

P. - Como o SAF se encontra hoje? Como está o desenvolvimento dele? Vocês fazem alguma intervenção lá? Qual que é o grau de desenvolvimento dele hoje em dia?

João - Olha, eu vou falar por mim, mas aí todo mundo fala porque não sei como tá a relação de cada um. Eu parei bem. Praticamente nem passo mais quase. A última vez eu acho que faz uns meses que eu entrei, mas assim de plantar eu desanimei bastante assim por conta dessa relação com a prefeitura...assim sabe? de ir lá eu tinha feito bastante coisa, a gente deposita uma esperança na hora do plantio e aí eles chegam

e não querem nem saber. Está crescendo o girassol e eles vão lá e cortam. Achem que é mato. Eu plantei, eu coloquei plaquinha em volta das plantas e eles arrancam. Parece que é birra. Isso que me desanimou bem, assim...e aí teve a questão do grupo como um todo por causa da pandemia. Cada um foi para um lado e acabou que não teve mais atividade. Então foi uma somatória que fez com que eu não fosse mais lá, pessoalmente falando.

Paulo - Eu lembro que essa questão da prefeitura é uma questão que era bastante discutida. Se continuaria fazendo alguma coisa ali ou não, porque parecia que era uma luta, assim, sabe? A gente tava cuidando do espaço, mas parecia que estava contra prefeitura. E respondendo à sua pergunta, faz bastante tempo que eu também não vou lá

Maurício - Eu também não tenho ido. Fui pouco nos últimos anos, nos últimos tempos não passei mais lá. Moro perto, coisa de 1 km no máximo, talvez 500 metros...mas de qualquer forma, não acaba sendo a minha atividade dos últimos tempos.

Júlio - Eu acho que assim...é faz uns bons meses que eu não vou lá, mas quando eu fui lá tava bem bonito. Eu acho que as plantas mostram esse nível de resiliência delas. Está bem agradável, tá bonito. O guapuruvu tava grandão, mas também sem intervenção nenhuma, também. Eu tenho admiração pelo espaço. É bem legal apesar da gente não estar manejando.

Eu achei assim...vou dizer por mim, e tomar a liberdade de falar pelo grupo. Cada um foi seguindo uma caminhada. Eu até aproveito para colocar que eu acho que o Odara foi o pontapé para a gente conseguir desenvolver as nossas atividades, por exemplo. Se eu não tivesse feito aquela oficina em Angatuba que teve aquele pessoal que foi fazer a oficina de agroflorestal, eu acredito que se não fosse por isso, eu não estaria aqui hoje. Por que eu falo isso? Porque com a temática do seu trabalho que fala em transformação e eu me transformei pelo Odara

Laís - E eu também queria falar da minha experiência com o Odara. Além de agora a gente começar falar dessa lembrança, de como ele surgiu. Está ali a energia da galera dos mutirões. Ele tá bonito! Não tá como antes, mas tá bonito. Ainda falando em transformação, eu fique sabendo projeto logo que eu cheguei em Itapetinga. Já tava acontecendo e eu me senti muito acolhida. Tava rolando todo esse movimento assim e que me fortaleceu a continuar nesse caminho da agroecologia. Ele me ajudou a

conhecer pessoas que com certeza ainda vão ficar bem presentes na rede, por mais que a gente não tem o contato. Foi bem importante isso para mim!

P.- Vocês acham que SAF foi uma ferramenta para construção de sujeitos ligados a questão ambiental? vocês acham que ele vai ser o, é uma ferramenta que ajuda a ser uma conscientização ligados a questão ambiental?

Paulo - Eu achei que a ideia foi muito massa que vocês voltaram aí. Olhando para muita coisa, ela foi transformadora para cada um num caminho. Em mim eu vejo o quanto isso ficou marcado, porque eu vejo no futuro quando eu posso desfrutar, mesmo que em pequena escala, para sobrevivência, com outro costume, em outro modo de vida e não que na loucura da atual sociedade. Eu fico meio que nesse sonho. Eu acredito que isso foi um passo para querer isso, para o meu futuro o quanto antes. Que legal! É um fruto bonito! Valeu pela galera de todas as passagens aí!

Maurício - Eu acho que para mim, assim, tudo que a gente faz na vida tem coisa para aprender. Até a agroflorestal tem uma didática muito boa para te ensinar a entender como os processos agroflorestais eles se dão. Como se ficasse mais claros. A gente começa a entender sobre cooperação. A teoria da agrofloresta é legal, pois se a gente tiver com os olhos abertos, ele acaba sendo um processo de transformação gigante. Eu acredito que para a gente que fez parte e o que ela foi para a população eu vejo que poderia ter sido mais. Por que as pessoas que participaram eu sei que tiveram momentos gostosos como já foi citado de pais e filhos. Pessoas que participavam com a gente, mas acredito que pelo fato de parecer um pouco difícil de implementar a gente acabou deixando um pouco de lado. Eu, enfim...acho que poderia ter sido mais. Poderia ter impactado mais a vida das pessoas com a transformação, mas para nós que fizemos parte daquilo saímos diferentes do que entramos.

João - E eu acredito que ainda o processo ele tá acontecendo. A área está bonita e vendo as árvores que resistiram, que estão grandes, a gente vai ver que o negócio vai ficar muito mais bonito ainda. Imagina quando aquelas paineiras estiverem bem grande? O abacateiro, guapuruvu que tá bem grandão...assim, vai ficar uma coisa...um trabalho bem gratificante, na experiência boa e muito aprendizado. E é isso, ai. Muito massa! muito massa, mesmo!

Júlio - Para a interação com a população se eu pudesse fazer uma amostragem e

pudesse escolher o meu pai como mostra...o meu pai, no caminho do trabalho dele, quando ele vai e ele passa por ali, não tem uma vez que não passa e não se admira. Porque ele passa e sempre fala e relata que tinha gente e passarinho ali e tal. Eu imagino que devem ter outras pessoas que tem a visão do meu pai. Que conseguem ver beleza nisso e que esse conjunto agroflorestal que forma as pessoas.

P. - Então é isso, pessoal. Alguém tem mais alguma coisa que gostaria de abordar que eu não abordei? Foi uma ideia muito rica! Muito legal! acabou extrapolando as minhas expectativas. Acabei conhecendo outros participantes, além do Paulo. Foi muito legal essa troca de ideias. Cada um foi construindo o pensamento do outro e colocando um pouquinho de vocês.

Júlio - Aproveitando para agradecer também porque isso faz parte do processo muito legal que interessante as pessoas têm que ter essa noção de de prazer

Paulo - Já pegando incentivo você tem broto aí de novo vamos fazer o plantio da primavera

Maurício - Olha aí! Vamos lá!

Júlio - Vou tirar até a poeira da enxada.

João - E agora sim tá mais tranquila a questão da pandemia.

Laís - Eu acredito que agora durante a pandemia esse lado assim mostrou dar o lado positivo da área do saf que podem ter o verde, né? Então acho que ajudou a manter bem marcado ali.

Agradei a participação de todos e nos despedimos.

APÊNDICE C – ENTREVISTAS TRANSCRITAS

ENTREVISTAS COM OS MORADORES DAS PROXIMIDADES DO SAF ODARA

Arquivo: Recording_6 – Tempo de gravação: 10 minutos e 20 segundos

Dona Maria, 68 anos.

P. Você desenvolve ações sustentáveis em casa?

Dona Maria – Olha, eu acho que sim! Separar a reciclagem entra?

P. Entra sim. A gente pode colocar como sustentáveis ações como: Separar o lixo do reciclável, reduzir o consumo de água e energia, fazer uma compostagem, trocar para lâmpadas de LED...

Dona Maria – A gente trocou as lâmpadas esses dias porque a luz estava muito cara. Também diminuimos o tempo no banho. Tem que entrar e ser rápido. Não pode ficar lá no banho pensando na vida.

Acho que é mais ou menos isso. Se eu lembrar de mais algo eu falo.

P. Faz tempo que você desenvolve essas ações?

Dona Maria – Olha! A reciclagem faz tempo sim. Não sei ao certo, mas sempre passa um pessoal aqui pedindo as coisas que eu guardo. Sei que para a gente é lixo, mas para eles é dinheiro, além de não ser mais coisa que pode sujar a rua. Só andar aqui próximo que você vê um monte de coisa jogada no chão.

Já o negócio das lâmpadas e do banho a gente tem fica mais ligado nesses últimos tempos. Está tudo muito caro!

P. Então você desenvolve essas ações pensando no próximo e em vocês?

Dona Maria – Sim. E no meio ambiente. Sei que fazendo isso a gente está ajudando o meio ambiente.

Veja aqui no final da rua o quanto é poluído o córrego.

Agora está até bonito depois que a prefeitura arrumou um pouco e os meninos plantaram aquelas coisas.

P. Você está falando ali do sistema agroflorestal?

Dona Maria – Isso! Acho que é esse o nome. Ali onde tem as bananeiras e as outras plantas. Já estive muito mais bonito quando o pessoal aparecia por aqui. Faz tempo que não vejo ninguém lá. Só o pessoal que caminha.

P. Você consome alimentos orgânicos ou de hortas urbanas?

Dona Maria – Eu já tive horta em casa, mas dá muito trabalho. O mato não para de crescer. Agora eu tenho umas plantinhas e temperinhos em balde ou vaso. O que sobra eu faço vaso. Olha só ali fora. Faz tempo que não chove direito então tá meio feio.

P. – Você conhece o grupo Odara?

Dona Maria – É o pessoal que mexia ali?

P. – Isso!

Dona Maria – Olha, conhecer pessoalmente não. Via eles sempre mexendo ali, mas agora faz um tempo que não vejo ninguém. Última vez que apareceu bastante gente foi quando a prefeitura começou a mexer ali para fazer a pista de caminhada. Deu bastante gente aquele dia. Parece que a prefeitura queria tirar aquelas coisas lá. Coitado dos meninos. Tanto trabalho para chegar alguém e destruir tudo. Ainda bem que eles não acabaram com a...como é mesmo o nome?

P. – Agrofloresta.

Dona Maria – Isso. A agrofloresta.

P. Você já chegou a participar de alguma ação que teve lá?

Dona Maria – Nunca fui. De vez em quando vou dar uma caminhada e eu passo ali. Cheguei a pegar umas coisinhas. Uns tempos atrás peguei uns maracujás e fiz suco.

Mas agora parece que não tem mais o pé. Essa semana passei ali e vi um cacho de banana. Já já alguém pega.

P. Aquela agrofloresta contribuiu para você mudar algum comportamento?

Dona Maria – Acho que não. Se tivesse mais coisa para comer lá eu pegaria, mas tem muita coisa que eu não sei o que é.

Depois que os meninos fizeram a agrofloresta ali eu comecei a achar bonito aquele lugar. Sempre estava muito sujo e feio. Acho que mudei nisso aí.

É uma mudança, né?!

P. Sem dúvida! Gostaria de falar mais algo?

Dona Maria – Acho que não.

Tomei um copo de água e nos despedimos.

APÊNDICE C – ENTREVISTAS TRANSCRITAS

ENTREVISTAS COM OS MORADORES DAS PROXIMIDADES DO SAF ODARA

Arquivo: Recording_7 – Tempo de gravação: 5 minutos

Marcos, 49 anos.

P. Desenvolve ações sustentáveis em casa?

Marcos – Não me ligo muito nisso aí não.

P. Não separa a reciclagem dos outros tipos de resíduos, faz o reuso da água....

Marcos – Eu me atento muito nessas coisas. Se eu faço não é pensando no meio ambiente. Penso em reduzir por causa da economia de dinheiro somente.

P. Consome alimentos orgânicos ou de hortas urbanas?

Marcos – Aqui em casa gente não é muito de salada. Ainda mais a orgânica por que a gente sabe que ela é mais cara, então sem chance. Não me lembro de ter comprado algo desse tipo. Já na horta a gente já morou em outro lugar que dava para ter. Agora nessa casa não tem espaço.

Minha esposa gostava de mexer na horta.

P. Conhece o grupo Odara?

Marcos – Naquela placa no final da rua tinha algo do tipo. É a mesma coisa?

P. – Sim. O grupo Odara que desenvolveu aquele espaço. Chama-se agrofloresta.

Marcos – Entendi!

P. – Já chegou a conhecer o espaço?

Marcos – Vou para caminhar por lá com o meu cachorro.

P. – Você já participou de alguma ação realizada lá?

Marcos – Nem sabia que tinha gente mexendo lá.

P. – Agora o grupo não mexe mais lá a um bom tempo, mas antes eles faziam algumas ações lá.

Marcos – Eu nunca fui lá não, a não ser para andar com o meu cachorro. Vi que tem umas coisas lá, mas nunca peguei, por que eu não sou muito ligado nessa ideia. Talvez a minha esposa possa falar melhor outro dia quando ela estiver aqui. Eu não paro muito em casa.

Agradei a participação e fui embora.

APÊNDICE C – ENTREVISTAS TRANSCRITAS

ENTREVISTAS COM OS MORADORES DAS PROXIMIDADES DO SAF ODARA

Arquivo: Recording_8 – Tempo de gravação: 13 minutos e 40 segundos

Márcia, 56 anos

P. – A senhora desenvolve ações sustentáveis em casa?

Márcia – Ligado ao meio ambiente?

P. – Isso! Algo como reuso de água, consumo de orgânicos, reciclagem de resíduos...

Márcia- Ah, sim! Aqui sempre passa a coleta de reciclagem, então separo plástico, papel, vidro, óleo de cozinha...essas coisas.

Recentemente meu filho instalou umas placas que esquentam a água do chuveiro. Agora economizo bastante na luz.

Alimentos orgânicos eu compro na feira quando tem. No mercado é muito caro. Acho que só.

Ah! Algumas vezes uso a água da máquina de lavar para lavar o quintal.

Acho importante a gente pensar no meio ambiente. Senão a gente só usa e um dia acaba.

P. – Faz tempo que você desenvolve essas ações?

Márcia – A reciclagem já faz. Os outros faz menos tempo. Quando eu aprendo e consigo fazer eu faço. Gostaria de fazer mais, mas eu acho que eu já contribuo muito mais que outros. Gostaria que os outros pensassem assim também, mas é difícil.

P. – Então você pensa em aumentar essas ações sustentáveis em casa?

Márcia – Sim! É importante a gente fazer mais sempre. Temos que pensar que um dia isso tudo pode acabar. Talvez não na minha geração, mas eu tenho netos e penso neles e nos outros que vêm por aí.

P. – Você disse que consome alimentos orgânicos, né? Consome também alimentos de hortas urbanas?

Márcia – Do mercado eu tenho certeza que não vem de hortas urbanas, mas na feira não sei. Acho que não. Lá eu compro orgânico, pelo menos é o que o rapaz diz, mas eu confio. Parece que tem até sabor diferente. E o bom que não é mais caro.

Hoje em dia vem muito veneno na comida. O que era para ser bom para a saúde acaba fazendo mal.

P. – Conhece o grupo Odara?

Márcia – Ali da agrofloresta, né? Eles eram bonzinhos. Pena que não vêm mais mexer aqui. Era tão mais bonito. Agora está limpo, mas parece que não tem muita coisa, mais não.

P. – A senhora frequentava a agrofloresta?

Márcia – Já fui mais lá. Hoje não tem muita coisa. Até aprendi que tem uns tipos de plantas que pode comer e que ninguém sabe que pode. Como é o nome mesmo?

P. – PANCS? Plantas alimentícias não convencionais.

Márcia – Exatamente! Uma vez eles estavam lá e me falaram algo desse tipo. Depois fui pesquisar e descobri que tem muita coisa. Tempos atrás fui na feira e estavam vendendo um pezinho dessas plantas. Comprei e uso ela em casa. Ela é bem espinhenta...ora-pro-nóbis. Lembrei! Já tive aquela chamada peixinho. Muito boa também! Dá para comer um monte de tipo de flor. Mas tem que ter cuidado, não pode sair comendo qualquer coisa porque pode fazer mal.

P. - Já participou de alguma ação do grupo Odara?

Márcia – Na verdade foi mais essa vez só. No máximo era um bom dia e boa tarde. Eles vinham mais aqui. Não tenho mais visto ninguém. Quando tem alguém mexendo lá acho que deve ser da manutenção da prefeitura.

É uma pena que não está mais bonito como antes. Cheguei a pegar bastante coisa. Tinha um pé de manjeriço lindo....que pena!

Hoje você vê que está arrumado, mas era diferente. Parece que lá tinha mais vida. Tanto das plantas como das pessoas. De vez em quando chegava bastante gente. Parece que eles davam aulas lá.

P. – Você acha que mudou de comportamento depois que fizeram a agrofloresta?

Márcia – Você diz pensando no comportamento voltado para o meio ambiente?

P. – Isso!

Márcia – Eu aprendi sobre as PANCS e me interessei. Fui atrás para saber mais. Mas vou pesquisar mais para comer mais delas.

Sem contar que comecei a consumir coisas pertinho de casa. Não era muito, mas sempre dá uma ajudada. Nunca consegui ter uma horta em casa, então ali foi uma experiência boa, pena que tem mais.

Agradei a participação e nos despedimos.

APÊNDICE C – ENTREVISTAS TRANSCRITAS

ENTREVISTAS COM OS MORADORES DAS PROXIMIDADES DO SAF ODARA

Arquivo: Recording_9 – Tempo de gravação: 9 minutos e 30 segundos

Jorge, 50 anos

P. – Desenvolve ações sustentáveis em casa?

Jorge – Tenho pegado no pé aqui em casa mais na luz, está muito cara e se eu não ficar em cima o pessoal gasta demais. Sei que eu economizo dinheiro e ao mesmo tempo ajudo a natureza. Água também. Agora aqui só banho rápido. O que mais será que a gente faz?

Reciclagem também. Separamos e de tempo em tempo passa alguém pegando.

Ana? (Jorge chama a esposa)

A gente faz algo para ajudar o meio ambiente? Falei da luz, da água e da reciclagem.

Ana – Acho que é mais isso mesmo. Agora o Jorge é o patrulheiro da luz e água. Se alguém demora no banho ele bate na porta.

Jorge – Claro! Dinheiro não cai do céu. Sem contar que já chegou a faltar água aqui em casa. Não sei se foi algum problema da SABESP ou se foi falta, mas foi naquela época que não chovia.

Ana – Dá licença que eu vou voltar ali para estender as roupas

P. – Faz tempo que você desenvolve essas ações?

Jorge – Quando apertou o bolso. Pouco tempo. A reciclagem já faz mais tempo.

P. – Pensa em aumentar essas ações aqui na sua casa?

Jorge – Poderia sim. Acho que é bom a gente pensar mais na natureza.

P. – Consome alimentos orgânicos ou de hortas urbanas?

Jorge – Até já consumi sim. Meus pais tem um terreno até que grande e a minha mão

tem uma hortinha lá. Só eu ir lá que eu saio cheio de coisa. Alface, rúcula, cenoura e mais um monte de coisa. Coisa de mãe, né?!

P. – Conhece o grupo Odara?

Jorge – Grupo Odara? O nome não me é estranho.

Ana – Jorge, no outro lado da rua tem uma placa com esse nome.

Não liga não, ele é assim mesmo.

Jorge – Sei. Sabia que conhecia. É o grupo que toma conta dali, né?

P. – Sim!

Jorge – Nunca falei com eles, mas sei que eles faziam umas coisas ai.

P. – Você chegou a participar de alguma ação lá?

Jorge – Com eles não. Só vou lá para usar a pista de caminhada.

P. – Você acha que o SAF pode ter ajudado a ser um fator de mudança de comportamento pensando nas suas ações sustentáveis?

Jorge – Acho que não. Acho legal ter alimento do outro lado da rua, mas nunca fui. Quem sabe eu não comece. Já imaginou toda a marginal cheia de alimentos? A turma não ia nem precisar ir para o mercado.

APÊNDICE C – ENTREVISTAS TRANSCRITAS

ENTREVISTAS COM OS MORADORES DAS PROXIMIDADES DO SAF ODARA

Arquivo: Recording_10 – Tempo de gravação: 10 minutos e 35 segundos

Paula, 40 anos

P. – Você desenvolve ações sustentáveis em casa?

Paula – Meus filhos são bem antenados nisso. Vira e mexe surgem com uma ideia nova que aprendem na escola ou em algum vídeo que aprendem na internet.

Eles sempre falam da separação do lixo. Que a gente tem que descartar as coisas certinho por que ajuda as pessoas e não suja a natureza.

Minha filha veio com a história que ia parar de comer carne por que os bichinhos não merecem morrer para virar comida pra gente

Eles também aprenderam a fazer uma composteira com os restos de comida. Fica ali fora. A gente usa nas plantinhas que temos em casa.

Me fizeram usar essas sacolas de algodão para ir no mercado. Agora a gente traz pouca sacolinha pra casa.

A criançada está mais consciente. Legal isso!

P. – Faz tempo que você desenvolve essas ações em casa?

Paula – Faz pouco tempo. Acho que foi mais agora no período da pandemia. Acho que por passar mais tempo em casa começaram a pensar nas atitudes deles em casa. Então aprendiam alguma coisa e queriam fazer aqui em casa.

P. – Pensa em aumentar essas ações aqui na sua casa?

Paula – Com certeza. Aqui eu não tenho muita escolha. As crianças gostam disso e me influenciam. Bom para nós e para o meio ambiente.

P. – Consome alimentos orgânicos ou de hortas urbanas?

Paula – Comemos bastante frutas, legumes e verduras, mas orgânicos não são muito

acessíveis. Já das hortas eu não sei. Faço feira, mas não sei de onde vem as coisas que compro. Vou perguntar para os vendedores.

P. – Conhece o grupo Odara?

Paula – A turma que fez ali na marginal?

P. – Sim!

Paula – Já presenciei algumas coisas deles lá, mas não conheço ninguém pessoalmente. Até chegamos a plantar uma mudinha lá para ajudar, mas fomos quando não tinha ninguém.

Acho que depois daquele “auê” quando vieram as máquinas eu não vi mais eles por aqui.

P. – Vocês chegaram a plantar lá, então? Lembra o que era?

Paula – Era uma fruta. Agora esqueci. As crianças devem saber. Elas que trouxeram para a casa aquela muda.

Nós íamos lá, mas acho que a mudinha não está mais lá. Acho que o trator arrancou.

P. – As crianças iam lá cuidar?

Paula – Sim. Bastante! Eles gostam disso. Na verdade, é importante eles aprenderem a ter cuidado e a pensar no tempo que aquela planta demora para virar uma árvore bonita e com frutas.

Meus filhos gostam de ir lá brincar. Quando voltavam para casa eles traziam algo. Já conseguiram pegar banana, maracujá e umas flores e folhas que achavam bonitas.

P. – Você acha que o SAF contribuiu de alguma forma para uma mudança no comportamento, pensando pelo lado ambiental?

Paula – Acho que sim. Minhas crianças gostam de sair de casa para brincar por lá. Antes era mais andar de bicicleta pelo bairro. Também voltam super felizes quando trazem alguma coisa que acharam legal de lá, principalmente coisa para comer.

Eu acho bonito isso. Pensar que quando mudei para cá ali era tudo mato. Hoje está arrumadinho. Eles começaram a ver que dava para melhorar o bairro de maneira

simples. Acho que eles fizeram sozinhos. Sem a ajuda da prefeitura. Hoje está bonito, tem aquelas pracinhas e iluminação, mas não tem muita coisa para trazer para casa como as crianças gostam.

Nos despedimos e fui embora.